

Relatório de Gestão e
Contas do Exercício

2017



Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO	9
0. Indicadores.....	10
1. Introdução.....	11
2. Enquadramento estratégico	13
3. Áreas de negócio.....	15
3.1. Enquadramento	15
3.2. Atividade portuária	17
3.2.1. Movimento de navios e embarcações	17
3.2.1.1. Introdução.....	17
3.2.1.2. Movimento de navios e embarcações	19
3.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações.....	21
3.2.1.4. Estadia de navios e embarcações	24
3.2.2. Movimento de mercadorias.....	25
3.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto.....	25
3.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento	26
3.2.2.3. Mercadorias carregadas por modo de acondicionamento.....	27
3.2.2.4. Mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	28
3.2.2.5. Mercadorias carregadas e descarregadas.....	28
3.2.2.6. Contentores.....	31
3.2.3. Movimento de passageiros	37
3.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro	39
3.2.3.2. Passageiros em operações interilhas	43
3.2.4. Extração de inertes.....	44
3.3. Atividade não portuária	47
3.3.1. Náutica de recreio	47
3.3.1.1. Embarcações não locais	47
3.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais	50
4. Recursos humanos.....	52
4.1. Enquadramento	52
4.2. Estrutura do efetivo	53
4.3. Níveis etários do efetivo	54



4.4.	Níveis de antiguidade do efetivo	56
4.5.	Níveis de escolaridade do efetivo	57
4.6.	Sinistralidade.....	58
4.7.	Formação.....	59
5.	Estrutura organizativa e política de gestão	60
5.1.	Estrutura organizativa e órgãos sociais.....	60
5.1.1.	Composição dos órgãos sociais.....	60
5.1.2.	Remuneração dos membros dos órgãos sociais	60
5.1.3.	Informação relativa aos membros do órgão de gestão e administração	62
5.1.3.1.	Competências dos membros do órgão de gestão e administração.....	62
5.1.3.2.	Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração.....	62
5.1.3.3.	Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração.....	63
5.1.3.4.	Número de reuniões do órgão de gestão e administração e matérias versadas	64
5.1.4.	Estrutura organizativa	65
5.1.4.1.	Direções-Gerais	65
5.1.4.2.	Áreas transversais	66
5.2.	Política de gestão	72
5.3.	Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho.....	74
6.	Investimento	76
6.1.	Introdução.....	76
6.2.	Investimentos realizados por ilha	78
6.2.1.	Ilha de Santa Maria	78
6.2.2.	Ilha de São Miguel.....	79
6.2.3.	Ilha Terceira.....	79
6.2.4.	Ilha Graciosa.....	80
6.2.5.	Ilha de São Jorge	80
6.2.6.	Ilha do Pico.....	80
6.2.7.	Ilha do Faial	81
6.2.8.	Ilha das Flores.....	81
6.2.9.	Ilha do Corvo	82
7.	Análise Económica e Financeira.....	83
7.1.	Resultados.....	83
7.1.1.	Resultado operacional	84
7.1.1.1.	Rendimentos operacionais.....	84

7.1.1.2. Gastos operacionais	85
7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal	86
7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos	89
7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização	90
7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional	91
7.1.2. Resultado financeiro	92
7.2. Fundos libertos.....	93
7.3. Situação financeira e patrimonial	93
7.4. Fundo de maneo	95
7.5. Indicadores económicos e financeiros.....	95
8. Participações financeiras	97
8.1. Enquadramento	97
8.2. Atlânticoline, S.A.	98
8.2.1. Atividade operacional	98
8.2.2. Elementos económicos e financeiros.....	100
8.3. Operadores portuários.....	103
9. Perspetivas futuras	106
10. Proposta de aplicação de resultados	110
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS	111
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS	116
CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)	148
CAPÍTULO V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS).....	151
CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	159
CAPÍTULO VII – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS).....	164
CAPÍTULO VIII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS).....	200
CAPÍTULO IX – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)	203



Índice das Tabelas

Tabela 1: Taxas de variação (em percentagem) de alguns indicadores em Portugal e Área Euro.....	15
Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB.....	16
Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores	17
Tabela 4: Navios e embarcações entrados	18
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados	18
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados	19
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados.....	20
Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio	22
Tabela 9: Movimento total de mercadorias	25
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento	26
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento	27
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	28
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada.....	29
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados	30
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados.....	30
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada.....	31
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)	32
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados	34
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'	36
Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados.....	36
Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'.....	37
Tabela 22: Movimento total de passageiros	37
Tabela 23: Movimento de passageiros por segmento	38
Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro	39
Tabela 25: Movimento de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro.....	40
Tabela 26: Número de escalas e de passageiros por tipo de itinerário de cruzeiro	42
Tabela 27: Número de escalas e de passageiros por categoria de navios de cruzeiro	42
Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro	43
Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas.....	43
Tabela 30: Descarga de inertes provenientes do mar	45
Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais.....	47
Tabela 32: Classes das embarcações de recreio não locais.....	49
Tabela 33: Nacionalidade das embarcações não locais.....	49
Tabela 34: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais	50
Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro.....	53
Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro	53
Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2017	54
Tabela 38: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho.....	54
Tabela 39: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro	54
Tabela 40: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro	56
Tabela 41: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro	57

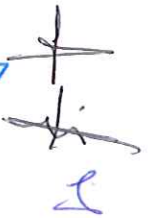
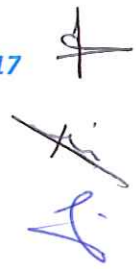





Tabela 42: Indicadores de sinistralidade	58
Tabela 43: Acidentes por Direção-Geral.....	59
Tabela 44: Indicadores de formação	59
Tabela 45: Investimento realizado por ilha	76
Tabela 46: Investimento realizado por Direção-geral	78
Tabela 47: Formação do Resultado líquido	83
Tabela 48: Rendimentos operacionais	84
Tabela 49: Gastos operacionais	86
Tabela 50: Gastos com o pessoal.....	87
Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal)	87
Tabela 52: Remunerações do pessoal	88
Tabela 53: Remunerações normais do pessoal	88
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos	89
Tabela 55: Gastos de depreciação e amortização	90
Tabela 56: Resultado operacional	92
Tabela 57: Resultado financeiro	92
Tabela 58: Fundos libertos.....	93
Tabela 59: Balanços	94
Tabela 60: Fundo de maneo	95
Tabela 61: Indicadores económicos	96
Tabela 62: Indicadores financeiros	96
Tabela 63: Empresas subsidiárias	97
Tabela 64: Empresas e entidades associadas	97
Tabela 65: Passageiros transportados por linha.....	99
Tabela 66: Viaturas transportados por linha	100
Tabela 67: Demonstração de resultados da Atlânticoline.....	101
Tabela 68: Balanços da Atlânticoline	102
Tabela 69: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários.....	103
Tabela 70: Balanços dos Operadores Portuários.....	104
Tabela 71: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários.....	105



Índice das Figuras

Figura 1: Navios e embarcações entrados em 2017	19
Figura 2: Evolução mensal do número de escalas em 2017	20
Figura 3: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2017.....	21
Figura 4: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2017	22
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2017	23
Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2017, por porto	23
Figura 7: Estadia de navios e embarcações em 2017	24
Figura 8: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2017, por tipo de navio	25
Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2017, por porto.....	26
Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2017, por modo de acondicionamento	27
Figura 11: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2017, em toneladas	29
Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2017	32
Figura 13: TEUs cheios por meses no último triénio	33
Figura 14: TEUs cheios por meses em 2017	33
Figura 15: TEUs cheios por meses em 2017 – restantes portos.....	34
Figura 16: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados em 2017	35
Figura 17: Índice de cobertura das mercadorias descarregadas em TEU	35
Figura 18: Movimento total de passageiros em 2017	38
Figura 19: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2017	40
Figura 20: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triénio	41
Figura 21: Escalas de cruzeiros por tipologia de operação.....	41
Figura 22: Principais nacionalidades dos passageiros de cruzeiros no último triénio	42
Figura 23: Movimento de passageiros interilhas em 2017.....	44
Figura 24: Descarga de inertes provenientes do mar em 2017.....	45
Figura 25: Descarga de inertes no último triénio	46
Figura 26: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2017.....	48
Figura 27: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio	48
Figura 28: Tripulantes de embarcações de recreio não locais em 2017	50
Figura 29: Escalões etários do efetivo por género em 2017	55
Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2015 e 2017.....	55
Figura 31: Antiguidade do efetivo por género em 2017	56
Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2015 e 2017.....	57
Figura 33: Escolaridade do efetivo por género em 2017.....	58
Figura 34: Mapa de processos para o Sistema de Gestão	73
Figura 35: Requisitos do SGQ e SGSST.....	75
Figura 36: Macroestrutura funcional que suporta o SGSST	75
Figura 37: Investimento por ilha em 2017.....	77
Figura 38: Investimento por Direções-Gerais em 2017.....	77
Figura 39: Investimento por Direções-Gerais entre 2011 e 2017	78
Figura 40: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2017.....	89
Figura 41: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2017	91

Figura 42: Passageiros transportados por linha em 2017	99
Figura 43: Viaturas transportadas por linha em 2017	100

Three handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page.

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO



0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2017	2016	2015	2014	2013
Movimento portuário						
Escalas de navios	N.º	2 867	2 828	2 701	2 589	2 743
GT de navios	GT/1000	16 774	17 611	17 379	15 389	15 154
Estadia dos navios	N.º	5 310	5 754	5 679	5 305	5 730
Movimento de contentores cheios	N.º	70 648	70 190	64 935	64 336	69 181
Movimento de contentores cheios	TEU	108 488	106 317	97 535	95 969	102 172
Total de mercadorias	'000 Tons.	2 378	2 335	2 138	2 089	2 180
Total de passageiros	000	1 308	1 236	1 167	1 064	1 014
Passageiros em cruzeiros	N.º	135 783	125 906	141 847	95 132	87 437
Náutica de recreio						
Escalas de embarcações	N.º	4 028	3 710	3 689	3 250	3 327
Tripulantes	N.º	16 820	15 458	14 446	11 995	11 503
Pessoal						
Efetivo	N.º	276	274	271	262	269
Volume de formação	N.º horas	2188	2 637	1 993	2 131	4 920
Sinistralidade						
Índice de frequência	-	34,79	35,49	34,79	30,45	39,89
Índice de gravidade	-	0,61	0,20	0,61	1,20	1,75
Finanças						
Volume de negócios	'000 €	19 553	20 083	17 329	17 479	18 267
EBITDA	'000 €	1 864	6 358	5 373	5 716	7 017
Resultados operacionais	'000 €	(5 355)	(986)	(2 090)	(1 573)	(274)
Resultado líquido	'000 €	(7 464)	(3 400)	(4 516)	(4 333)	(2 912)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	(654)	3 643	2 632	2 790	4 197
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,65	0,65	0,66	0,68	0,68
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-27,39	-4,91	-12,06	-9,00	-1,50
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-3,07	-1,60	-2,23	-1,99	-1,31

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

Para a Portos dos Açores, o ano de 2017 constituiu um ano de relativa consolidação da atividade, observando-se uma variação positiva de 2,43 por cento ao nível das mercadorias e de 1,38 por cento relativamente a entrada de navios e embarcações.

Estas variações enquadram-se num relativo ajustamento em face da evolução muito expressiva registada em 2016 em alguns indicadores da atividade operacional, com particular destaque para o aumento de 9,2 por cento do volume de mercadorias movimentadas.

O volume de mercadorias regista portanto uma tendência de estabilização em 2017, contudo a um nível ainda muito distante do obtido nos anos anteriores à crise económica e financeira. Em 2017 atingiu-se um total de 2.391 milhares de toneladas, ligeiramente acima dos 2.335 milhares de toneladas de 2016, mas longe das 2,8 milhões de toneladas de 2010, por exemplo. Também o volume de contentores cheios movimentados, principal segmento de atividade da Portos dos Açores, registou uma evolução positiva em 2017, embora muito ligeira, atingindo-se um total de 108.488 TEUs movimentados, mais 2,04 por cento do que no ano anterior.

Ao nível da náutica de recreio, valerá a pena sublinhar o acréscimo de 8,57 por cento ao nível das escalas de embarcações não locais, ultrapassando-se pela primeira vez a fasquia das 4.000 embarcações no conjunto das marinas sob jurisdição da Portos dos Açores.

Este nível de estabilização da atividade portuária refletiu-se de modo direto na evolução do volume de negócios da Portos dos Açores, que atingiu no final de 2017 um total de 19.552.788,48 euros. Tal representa uma variação negativa de 2,64 por cento face ao ano transato. Nesse ano o volume de negócios fora positivamente afectado por alguns fenómenos pontuais que não se repetiram em 2017, de que se destaca o número de serviços especiais com rebocadores, serviços estes associados ao abastecimento de combustível de algumas ilhas, diretamente afectadas pela imobilização do navio tanque “Chem Daisy” no porto da Horta entre meados de 2016 e 2017. Estes eventos proporcionaram um aumento extraordinário do volume de negócios em 2016, da ordem dos 428,5 milhares de euros.

O resultado líquido da Portos dos Açores, a par do sucedido em anos anteriores, apresenta valores negativos. Em 2017, o resultado foi particularmente afectado por um conjunto de fatores, com preponderância para o impacto dos resultados negativos da subsidiária Atlânticoline. A aplicação do método de equivalência patrimonial ditou um valor negativo de 2.183.488 euros na rubrica de ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, contribuindo de forma muito direta para uma penalização do resultado da Portos dos Açores. Também de destacar a evolução dos gastos com o pessoal, que subiram 4,83 por cento, na sequência da eliminação das restrições impostas pelas várias Leis de Orçamento de Estado desde o ano de 2011, ocorrida em meados de 2016.

Neste quadro, o resultado operacional registou um valor negativo de 5.355.124,84 euros. Quanto ao resultado líquido, atingiu um valor negativo de 7.463.949,12 euros.

Para além disto, houve que considerar a necessidade de reforço das provisões e imparidades, decorrente de factos relevantes, como sejam a existência de diversas notas de cobrança emitidas em nome da Portos dos Açores e alvo de reserva por parte do Revisor Oficial de Contas em anteriores relatórios e contas, para além da existência de dívidas de clientes com uma antiguidade superior a 24 meses e com uma probabilidade reduzida de recuperação.

Relativamente ao investimento, prosseguiram as principais empreitadas, com destaque para as executadas no porto das Velas de São Jorge, e que envolve o aumento da área de acostagem, a criação de maior área de terraplano e a construção de uma gare de passageiros. A principal empreitada (“Empreitada do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas”) foi financiada numa parte muito substancial pelo Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020). O valor executado em 2017 foi de quase 5,7 milhões de euros, estando a empreitada executada em 87 por cento em 31 de dezembro de 2017.

Outras empreitadas de maior envergadura iniciadas em anos anteriores são as associadas respetivamente ao porto da Casa, na ilha do Corvo (“Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa”), com uma taxa de execução de 59,60 por cento e a do cais das Poças, na ilha das Flores (“Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores”), executada em 56,07 por cento. O valor despendido em 2017 em ambas as empreitadas correspondeu a quase 8,6 milhões de euros.

Em janeiro de 2017 teve início a empreitada relativa ao “Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada”, com um nível de execução de 65,21 por cento no final do mesmo ano.



2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a Portos dos Açores tem por objeto a administração de um conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio localizadas no arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária. O sistema de gestão da empresa encontra-se implementado para o seguinte âmbito:

“Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo”

De acordo com diversas disposições constantes da norma ISO 9001:2015, o Conselho de Administração decidiu proceder à elaboração do documento “Intenção Estratégica”, documento aprovado a 22 de dezembro de 2017.

De acordo com o documento em apreço, e de entre os aspetos mais relevantes constantes do mesmo, há a destacar:




Visão

Fazer da Portos dos Açores, S.A. uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.



Missão

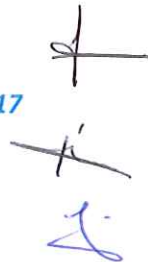
Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.




Para além disto, foram definidos um conjunto de compromissos, no âmbito da política de gestão:

-  Compromisso com os clientes;
-  Compromisso com as pessoas;
-  Compromisso com todos.

Por último, referência aos objetivos estratégicos definidos:

-  Promover condições e locais de trabalho saudáveis e seguros;
-  Otimizar a operação e incrementar a competitividade;

Three handwritten signatures in blue ink are located in the top right corner of the page.

-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Desenvolver a utilização das áreas dominiais;
-  Promover uma cultura de responsabilidade e a motivação das pessoas.

3. Áreas de negócio

3.1. Enquadramento

Em termos mundiais o ano de 2017 fica marcado pela aceleração da atividade económica, iniciada em 2016, tendo-se atingido um crescimento de 3,8 por cento, o mais elevado desde 2011, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no *World Economic Outlook* de abril de 2018. Esta evolução alicerça-se num conjunto de fatores, em que se destaca, de acordo com o FMI:

- Forte recuperação no comércio global;
- Evolução favorável do investimento ao nível das economias mais avançadas;
- Crescimento contínuo nos países asiáticos emergentes;
- Notável aumento do ritmo de crescimento nos países emergentes europeus;
- Recuperação em vários países exportadores de *commodities*.

Este relatório, publicado em abril e setembro/outubro de cada ano, apresenta a análise e projeções relativas ao desenvolvimento económico a nível global, a nível dos grandes grupos de países e ainda, a respeito de muitos países a nível individual. A respeito de Portugal, o FMI considera que a economia portuguesa está mais fortalecida, alicerçada num conjunto de fatores, de que se salientam os seguintes:

- Ambiente externo benigno;
- Evolução favorável no mercado de trabalho;
- Estabilidade financeira, com quebra das taxas de juro;
- Execução orçamental controlada.

Os dados das diversas entidades nacionais, nomeadamente o Banco de Portugal (BdP) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentam também elementos que reforçam este quadro positivo, com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7 por cento em 2017, bastante acima dos 1,6 por cento registados em 2016, ou seja, com um aumento de 1,1 pontos percentuais (p.p.).

Tabela 1: Taxas de variação (em percentagem) de alguns indicadores em Portugal e Área Euro

		2017	2016	2015
PIB	Portugal	2,7	1,6	1,6
	Área Euro	2,3	1,8	2,0
Taxa de desemprego	Portugal	8,9	11,1	12,4
	Área Euro	9,1	10,0	10,9
Balanças corrente e de capital	Portugal	1,4	1,6	1,2
	Área Euro	3,3	3,6	3,1
Índice de preços no consumidor	Portugal	1,6	0,6	0,5
	Área Euro	1,5	0,2	0,0

Fonte: BdP



De acordo com o INE, o contributo da procura interna para a variação do PIB aumentou para 2,9 p.p. (1,6 p.p. em 2016), devido sobretudo à aceleração do Investimento, que registou uma taxa de variação de 8,4 por cento, contra apenas 0,8 por cento em 2016. O consumo privado também acelerou ligeiramente, de 2,1 por cento em 2016 para 2,2 por cento em 2017. Já no que respeita à procura externa líquida, registo para um contributo negativo de 0,2 p.p., observando-se uma aceleração das Exportações relativamente menos intensa do que as Importações de Bens e Serviços. Verificou-se uma ligeira deterioração dos termos de troca.

De referir ainda a evolução do VAB a preços base, que registou uma taxa de variação de 2,2 por cento, o que representou uma aceleração de 1,0 p.p. face ao observado em 2016.

Relativamente ao emprego, registou uma variação de 3,3 por cento em 2017 (1,6 por cento no ano anterior). A evolução extremamente favorável do emprego reflete-se ao nível da taxa de desemprego cuja evolução excedeu as projeções mais otimistas e que apresenta uma taxa bastante mais satisfatória do que as observadas em anos anteriores e que fora duramente afetada pelo processo de ajustamento da economia portuguesa no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira de 2011.

Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB

	2017	2016	2015	2014
Procura interna	2,8	1,6	2,7	2,2
Exportações	7,9	4,4	6,1	4,3
Importações	7,9	4,2	8,5	7,8
PIB	2,7	1,6	1,8	0,9

Fonte: INE

Por fim, referência a alguns dados da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente o crescimento do PIB em 2017, que se cifrou em 1,8 por cento, de acordo com o documento “Contas Trimestrais Regionais - Estimativa Rápida”, do Serviço Regional de Estatística”, relativo ao quarto trimestre de 2017 e ano de 2017. Este crescimento representa uma aceleração do crescimento relativamente a 2016, ano em que a subida do PIB em volume fora de 1,6 por cento.

Em termos nominais, o PIB terá atingido em 2017 nos Açores 4.067 milhões de euros, com uma taxa de crescimento nominal, ou seja, sem o efeito da inflação, de 3,6 por cento. Os Açores confirmam assim a tendência de crescimento da sua economia iniciada em 2014, após três anos, ou seja, entre 2011 e 2013, com consecutivas descidas trimestrais do PIB.

O efeito proporcionado pelo setor do turismo após a liberalização ocorrida em 2015 destaca-se de uma forma muito evidente. A evolução do indicador “Dormidas em estabelecimentos hoteleiros” nos últimos três anos, conforme se poderá perceber na tabela a seguir revela a dinâmica do setor na atualidade. Face ao ano de 2014, ano em que este indicador registara uma variação de 0,9 por cento face ao ano imediatamente anterior, o contraste é evidente.

Também noutras áreas foi possível constatar uma melhoria do ritmo da atividade. É o caso da venda de cimento e de automóveis ligeiros, no primeiro caso com uma aceleração bastante pronunciada no ano de 2017 e, no segundo, com uma tendência de estabilização em 2017, após um aumento extraordinário em 2016. O efeito do crescimento da venda de cimento registou uma correlação direta com o número de licenças de construção de edifícios que em 2017 cresceu 6,7 por cento.

Noutros indicadores as variações ocorridas em 2017 foram também positivas, com exceção apenas para o peso do gado bovino abatido, cuja variação foi negativa em 6,5 por cento, após dois anos com aumentos muito significativos.

Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores

Indicadores	2017	2016	2015
<i>Indicadores globais</i>			
Desemprego			
Taxa de desemprego	9,0	11,1	12,8
Inflação			
Taxa média	1,9	1,2	1,0
Taxa homóloga	1,6	1,8	0,7
Energia elétrica			
Consumo total	0,3	2,0	0,5
<i>Indicadores parcelares</i>			
Leite entregue nas fábricas			
Total	1,4	-1,2	5,3
Gado abatido (peso)			
Bovino	-6,5	19,4	10,3
Pesca (quantidade)			
Total	10,7	-29,8	-10,1
Turismo			
Dormidas em estabel. hoteleiros	15,8	21,1	19,6
Licenças de construção			
Total de edifícios licenciados	6,7	-4,9	14,0
Cimento			
Venda	22,2	7,3	-2,6
Automóveis			
Venda de ligeiros de passageiros	7,3	32,3	27,7

Fonte: SREA

A evolução positiva ao nível dos indicadores parcelares registou um reflexo direto ao nível de indicadores globais, com destaque para a taxa de desemprego, cujo comportamento é de decréscimo contínuo ao longo dos últimos três anos. Também ao nível da taxa de inflação, observa-se um nível estacionário, significando isto que não ocorreram em 2017 quaisquer tendências inflacionárias na economia açoriana.

3.2. Atividade portuária

3.2.1. Movimento de navios e embarcações

3.2.1.1. Introdução

Em 2017 foi atingido um total de 2.867 escalas de navios e embarcações no conjunto dos portos dos Açores. Face a 2016, em que se registou um total de 2.828 escalas de navios e embarcações, constata-se uma variação positiva de 39 escalas, correspondendo a um aumento de 1,38 por cento.

A evolução registada nos diversos portos comerciais do arquipélago foi relativamente diversa, observando-se variações em termos absolutos mais pronunciadas em portos como, por exemplo, Horta, com mais 23 escalas, e Angra do Heroísmo, com mais 10 escalas. Todas as restantes variações não atingem a dezena, tanto em termos de variações positivas como de negativas.

Tabela 4: Navios e embarcações entrados

Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	863	858	0,58%
Praia da Vitória	Terceira	601	604	-0,50%
Horta	Faial	316	293	7,85%
Velas	São Jorge	268	270	-0,74%
São Roque	Pico	239	237	0,84%
Vila do Porto	Santa Maria	238	231	3,03%
Praia	Graciosa	196	199	-1,51%
Lajes	Flores	50	50	0,00%
Calheta	São Jorge	48	53	-9,43%
Angra do Heroísmo	Terceira	36	26	38,46%
Lajes	Pico	1	2	-50,00%
Madalena	Pico	8	2	300%
Corvo	Corvo	3	3	0,00%
Total		2.867	2.828	1,38%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à arqueação dos navios e embarcações, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), observa-se que, em 2017, ocorreu um decréscimo de 4,76 por cento no conjunto dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores.

Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Unidade: '000 Gross tonnage (GT)				
Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	9.937	9.495	4,65%
Praia da Vitória	Terceira	2.681	2.550	5,15%
Horta	Faial	1.381	1.932	-28,52%
Velas	São Jorge	702	1.104	-36,45%
São Roque	Pico	629	1.044	-39,73%
Praia	Graciosa	488	788	-38,07%
Vila do Porto	Santa Maria	428	405	5,63%
Lajes	Flores	240	212	13,33%
Angra do Heroísmo	Terceira	226	27	736%
Calheta	São Jorge	22	29	-25,44%
Madalena	Pico	19	1	2252%
Corvo	Corvo	14	10	36,75%
Lajes	Pico	8	15	-44,63%
Total		16.774	17.611	-4,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Este fenómeno deveu-se sobretudo à utilização, por parte da Atlânticoline, de navios de menor dimensão do que em anos anteriores, conforme detalhado no ponto 3.2.1.3. abaixo.



No que respeita à estadia dos navios e embarcações, observa-se uma variação negativa de 7,72 por cento, particularmente assinalável no porto da Praia da Vitória, devido ao menor número de dias de estadia dos navios de carga geral afetos ao tráfego local, e no porto da Horta, neste caso em resultado da estadia prolongada do navio tanque “Chem Daisy” que incidiu sobretudo no ano de 2016, não obstante o navio em apreço ter saído daquele porto já em meados de 2017.

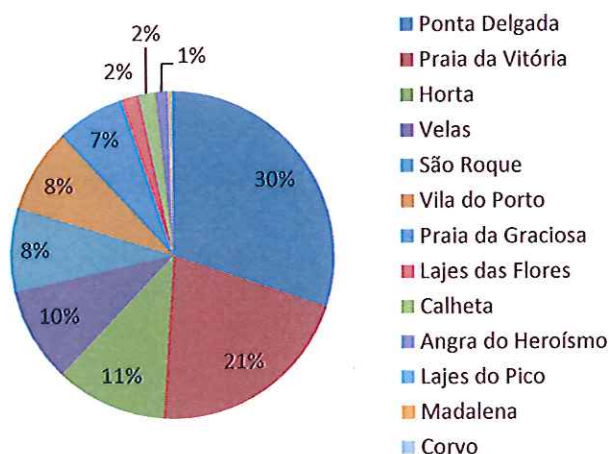
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

		Unidade: dias		
Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	1.934	2.100	-7,90%
Praia da Vitória	Terceira	1.455	1.758	-17,24%
Horta	Faial	591	683	-13,47%
Velas	São Jorge	282	275	2,55%
Vila do Porto	Santa Maria	264	284	-7,04%
São Roque	Pico	256	249	2,81%
Praia	Graciosa	232	200	16,00%
Lajes	Flores	149	103	44,66%
Madalena	Pico	57	2	2750%
Calheta	São Jorge	49	53	-7,55%
Angra do Heroísmo	Terceira	37	26	42,31%
Corvo	Corvo	3	19	-84,21%
Lajes	Pico	1	2	-50,00%
Total		5.310	5.754	-7,72%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

3.2.1.2. Movimento de navios e embarcações

Figura 1: Navios e embarcações entrados em 2017

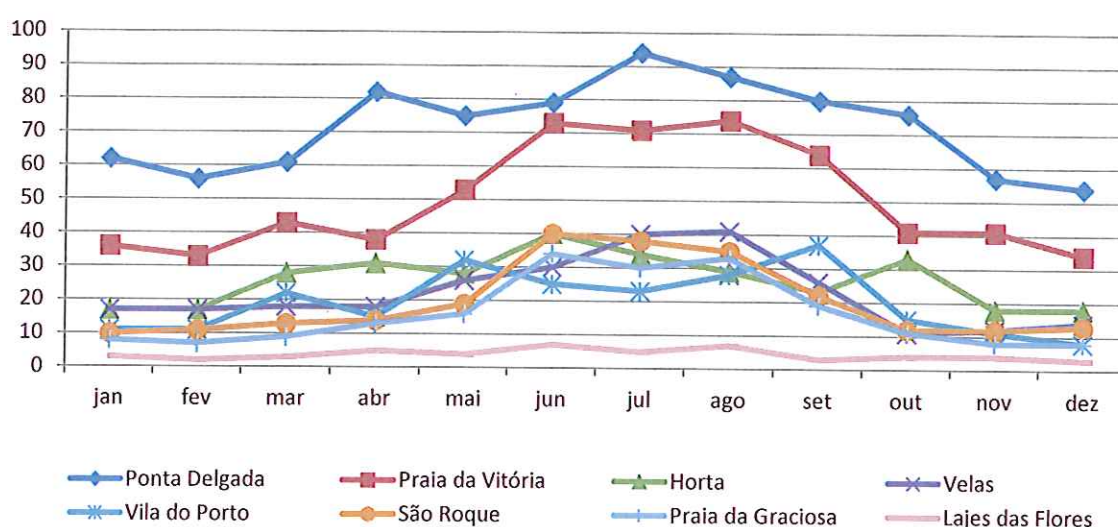


O porto de Ponta Delgada, com 863 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 30,1 por cento do total de navios e embarcações. Segue-se, em

termos de relevância, o porto da Praia da Vitória, com 601 escalas, ou seja, 20,96 por cento do total de navios e embarcações registado em 2017. Em terceiro lugar, temos o porto da Horta, com um total de 316 escalas em 2017, o equivalente a 11,02 por cento do total de navios e embarcações entrados em 2017. Os restantes portos apresentam volumes que não atingem, em qualquer caso, os 10 por cento do total de movimentos de navios e embarcações, sendo, no entanto, de destacar a posição de alguns portos, como é o caso do porto de Velas, São Roque do Pico e Vila do Porto, à volta, no primeiro caso, dos nove por cento e, nos outros dois, dos oito por cento.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória, na figura abaixo, a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória na totalidade dos meses do ano.

Figura 2: Evolução mensal do número de escalas em 2017



De referir que os portos de dimensão particularmente diminuta, como sejam, Calheta, Angra do Heroísmo ou Madalena não foram incluídos na figura.

Para além disto, na figura anterior é perceptível uma razoável similitude entre um vasto conjunto de portos, nomeadamente os portos de Horta, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto e Praia da Graciosa, com uma média mensal entre 16 (porto da Praia da Graciosa) e 26 (porto da Horta) escalas.

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2017	2016	Var. %
Carga geral	783	781	0,26%
Porta contentores	688	704	-2,27%
Passageiros	592	584	1,37%
Tanque	305	312	-2,24%
Outros	299	288	3,82%
Cruzeiros	152	121	25,62%
Graneleiros	48	38	26,32%
Total	2.867	2.828	1,38%

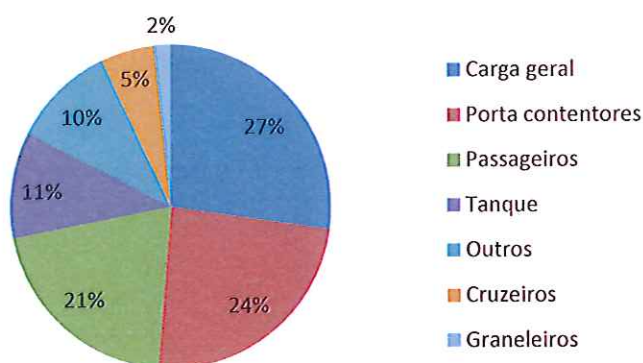
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



No que respeita à tipologia dos navios, destaque para os navios e embarcações de carga geral, que constituem o principal tipo de embarcações, decorrente das operações de tráfego local registadas em alguns dos portos, com destaque para o porto da Praia da Vitória, Praia da Graciosa ou Vila do Porto, em termos absolutos. Em portos de menor dimensão como, por exemplo, Calheta e Madalena, estas operações representam praticamente a totalidade das escalas.

Seguem-se, em número, as escalas de navios porta contentores, que se enquadram, quase em exclusivo, no âmbito do regime de cabotagem insular, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro. De acordo com o referido diploma, os operadores de transporte marítimo entre o continente e o arquipélago dos Açores estão obrigados ao cumprimento de determinado número de escalas e determinada regularidade de serviço. Atualmente operam ao abrigo do diploma em causa três operadores de transporte marítimo.

Figura 3: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2017



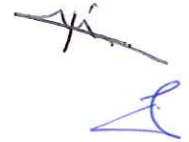
Decorre diretamente do cumprimento deste quadro legislativo o perfil de escalas atualmente praticado pelos diversos operadores de transporte regular, a saber: seis escalas semanais no porto de Ponta Delgada, ou seja, duas escalas semanais por cada operador de transporte; três escalas semanais de navios porta contentores, ou seja, uma escala por cada operador de transporte no porto da Praia da Vitória; os portos da Horta, São Roque do Pico e Velas registam, por regra, uma escala semanal, enquanto os portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores têm apenas escalas quinzenais de navios porta-contentores.

3.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações

Relativamente à dimensão dos navios, medida em unidade GT, a principal tipologia corresponde aos navios de cruzeiros, com 6.253 milhares de GT em 2017, mais 10 por cento do que no ano anterior. Seguem-se os navios porta contentores, com 4.127 milhares de GT, um volume superior em 6,42 por cento ao registado em 2016.



Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio

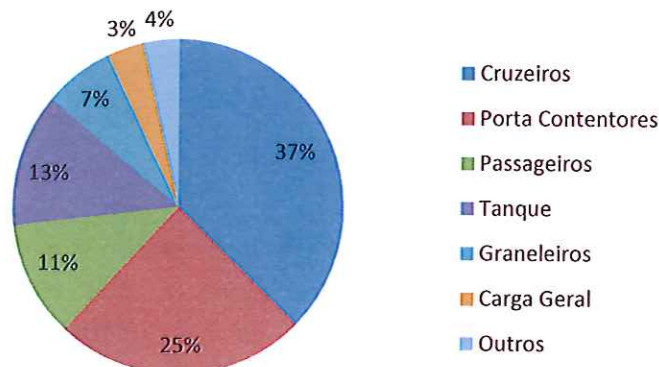


Tipo de navios	Unidade: '000 Gross tonnage (GT)		
	2017	2016	Var. %
Cruzeiros	6.253	5.687	9,94%
Porta contentores	4.127	3.878	6,42%
Tanque	2.163	2.199	-1,68%
Passageiros	1.891	3.722	-49,20%
Graneleiros	1.160	820	41,45%
Outros	597	561	6,27%
Carga geral	584	743	-21,41%
Total	16.774	17.611	-4,76%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em virtude da utilização de navios de menor arqueação no transporte inter-ilhas de passageiros, observa-se uma diminuição assinalável (menos 49,20 por cento do que em 2016) na tonelagem de arqueação do conjunto de escalas realizadas por estes navios, fazendo com que os navios tanque se posicionassem, em 2017, como o terceiro maior segmento no que respeita à tonelagem de arqueação dos navios.

Figura 4: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2017



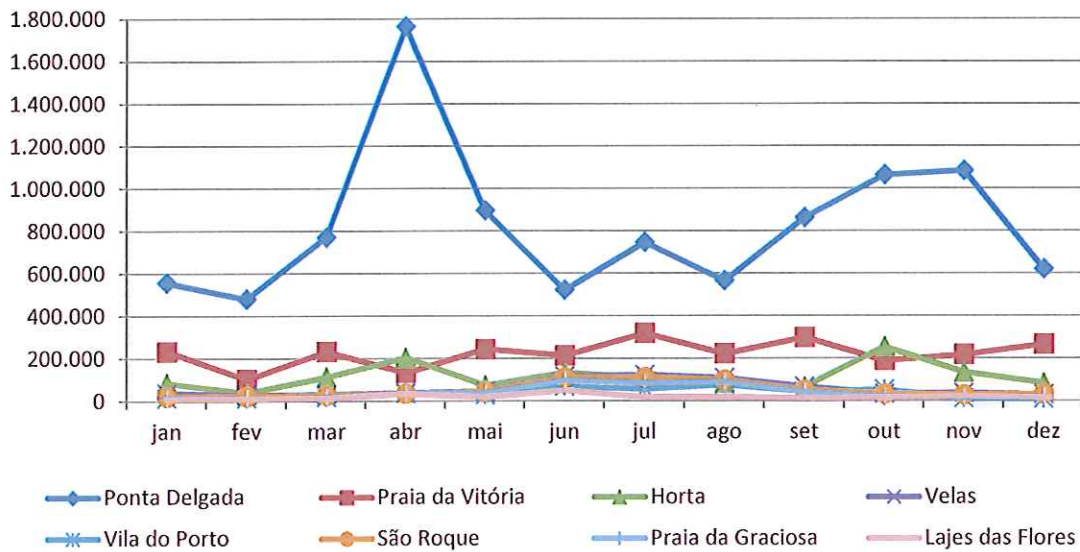
Tal como nos anos anteriores, os portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e ainda, embora em menor grau, Horta, concentram um volume muito substancial da arqueação total dos navios, que se situou, em 2017, nos 83,45 por cento (79,36 por cento em 2016). Para esta preponderância dos maiores portos contribui decisivamente o número de escalas de navios de cruzeiro que representam 37,28 por cento do volume total de arqueação no conjunto dos portos do arquipélago e 83,45 por cento da arqueação dos três principais portos.

O porto de Ponta Delgada, só por si representa 71,87 por cento (77,14 por cento em 2016) da arqueação de tais navios, com um crescimento de 2,44 por cento (de 4.387.012 GT em 2016 para 4.494.107 GT em 2017).

O porto da Praia da Vitória registou um crescimento assinalável em termos de arqueação, duplicando os valores registados em 2016 (de 354.849 GT em 2016 para 746.037 GT em 2017). Em oposição, o porto da Horta viu diminuir o volume de arqueação dos navios de cruzeiros, de 858 milhares de GT em 2016 para 604 mil GT em 2017.

[Handwritten signatures]

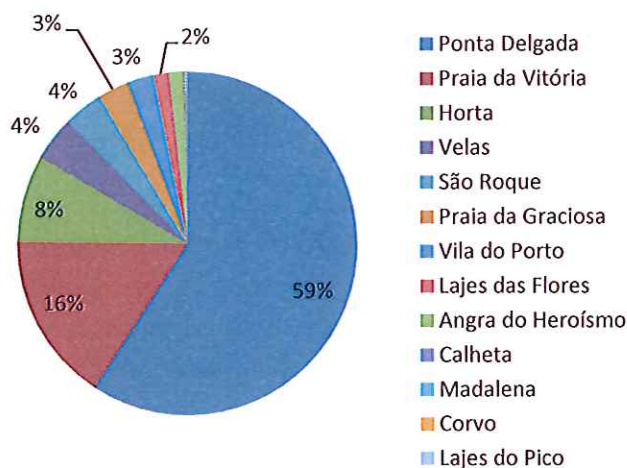
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2017



Numa análise mensal da arqueação dos navios, constata-se que o porto de Ponta Delgada apresenta valores de arqueação notoriamente mais elevados, fenómeno decorrente, em grande medida da existência de um número mais elevado de escalas de navios de cruzeiro, com predominância para as escalas durante a primavera (no mês de abril sobretudo) e no outono (nos meses de outubro e novembro). O porto da Praia da Vitória surge também com algum relevo, ultrapassado apenas pontualmente pelo porto da Horta, nos meses de abril e outubro de 2017.

No que respeita a navios porta-contentores, a desagregação por porto apresenta um perfil menos heterogéneo, concentrando o porto de Ponta Delgada 47,56 por cento da arqueação total deste tipo de navios, o porto da Praia da Vitória 21,33 por cento e o porto da Horta 8,92 por cento.

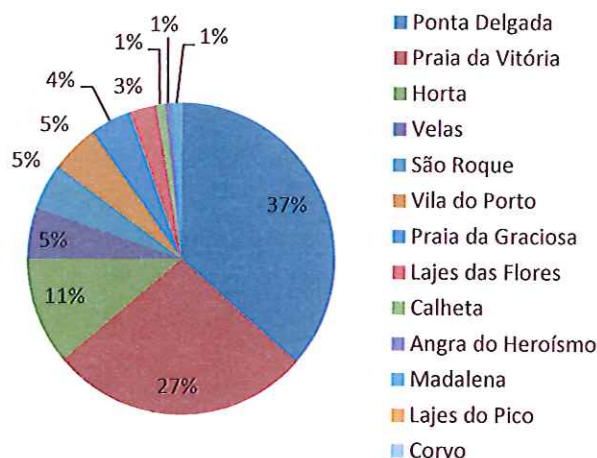
Figura 6: GT de navios e embarcações entrados em 2017, por porto



3.2.1.4. Estadia de navios e embarcações

A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores atingiu, em 2017, um total de 5.310 dias, o que face ao total de 5.754 dias de estadia em 2016, significa um decréscimo de 7,72 por cento. Tendo em conta o aumento de 1,38 por cento ao nível do número de escalas observado, constata-se um decréscimo da estadia média correspondente a 8,97 por cento, de 2,03 dias em 2016 para 1,85 dias em 2017. Para o efeito contribuíram algumas situações pontuais, com particular destaque para as diminuições observadas nos portos da Praia da Vitória e Horta, conforme detalhado no ponto 3.2.1.1. e tabela 6 acima apresentados.

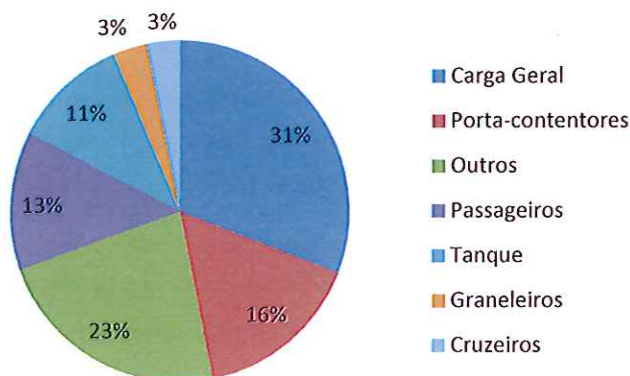
Figura 7: Estadia de navios e embarcações em 2017



O porto de Ponta Delgada é onde se regista o maior número de dias de estadia, correspondendo a 37 por cento do total de dias de estadia, seguido do porto da Praia da Vitória, com 27 por cento. Os restantes portos apresentam níveis de estadia significativamente menores, com uma maior percentagem para o porto da Horta, com 11 por cento do total. Todos os restantes apresentam um peso relativo igual ou inferior a cinco por cento.

No que respeita à categoria dos navios e embarcações, 31 por cento do total de dias de estadia corresponde a navios ou embarcações de carga geral, e em que predominam de forma muito notória as embarcações de tráfego local. Os navios porta-contentores são o segundo tipo de navio mais relevante, com 16 por cento das estadias, enquanto os navios de passageiros representam 13 por cento, associados em grande medida a estadias de navios de passageiros interilhas, operados pela subsidiária Atlânticoline. Estas três categorias de embarcações representam, no conjunto, 62 por cento das estadias. Um conjunto de diversos tipos de navios e embarcações têm um peso muito substancial de 23 por cento do total de dias de estadia, em parte devido a operações associadas a navios pesqueiros, com predominância para o porto da Horta.

Figura 8: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2017, por tipo de navio



3.2.2. Movimento de mercadorias

3.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto

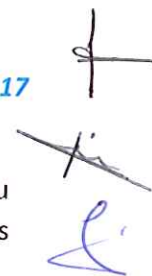
O volume global de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago dos Açores no ano de 2017 atingiu 2.378 milhares de toneladas, um crescimento de 1,85 por cento face aos 2.335 milhares de toneladas registados em 2016. Este crescimento foi bastante menor do que o observado em 2016, que se cifrara em 9,2 por cento. De qualquer modo, trata-se do terceiro exercício consecutivo com taxas de crescimento positivas, após um ciclo entre 2011 e 2014 em que se registaram taxas de evolução negativas no peso total das mercadorias movimentadas.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

		Unidade: tons.		
Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	1.523.512	1.471.699	3,52%
Praia da Vitória	Terceira	481.091	490.082	-1,83%
Horta	Faial	101.110	90.900	11,23%
São Roque	Pico	87.549	99.501	-12,01%
Velas	São Jorge	74.046	71.824	3,09%
Lajes	Flores	38.592	25.983	48,53%
Vila do Porto	Santa Maria	32.948	48.697	-32,34%
Praia	Graciosa	31.923	28.741	11,07%
Calheta	São Jorge	6.633	7.157	-7,32%
Madalena	Pico	418	10	4171%
Total		2.377.823	2.334.595	1,85%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto de Ponta Delgada, com 1.524 milhares de toneladas, apresenta-se como o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 481 mil toneladas. O porto da Horta, com 101 milhares de toneladas, ultrapassou o porto de São Roque do Pico, que viu diminuir o número de toneladas movimentadas de cerca de 100 mil toneladas para



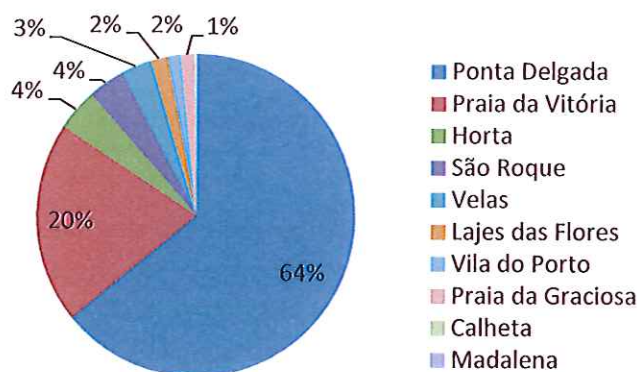
quase 88 mil toneladas, um decréscimo que ultrapassou os 10 por cento. O porto das Velas registou em 2017 um crescimento acima da média total, atingindo 74 mil toneladas movimentadas. Todos os restantes portos apresentam volumes de movimentação bastante inferiores.

Em termos das principais variações a assinalar será de mencionar, desde logo, o aumento extraordinário de quase 49 por cento no porto das Lajes das Flores. Também no porto da Horta regista-se um aumento da ordem dos dois dígitos, ou seja, de 11 por cento, a mesma percentagem que se verificou no porto da Praia da Graciosa.

Com variações negativas de maior amplitude, temos os casos dos portos de Vila do Porto (diminuição de 32 por cento) e de São Roque do Pico (diminuição de 12 por cento).

Na figura abaixo são apresentados os pesos relativos dos vários portos no que respeita ao peso total das mercadorias movimentadas.

Figura 9: Mercadorias movimentadas em 2017, por porto



3.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento

Em termos de desagregação das mercadorias por modo de acondicionamento, observa-se uma variação positiva em todos os modos.

Destaque para os granéis sólidos e a mercadoria contentorizada, em que as variações foram superiores à média do total das mercadorias.

Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2017	2016	Var.%
Carga contentorizada	1.261.369	1.230.590	2,50%
Granéis Líquidos	513.915	513.442	0,09%
Granéis sólidos	442.831	431.471	2,63%
Carga geral	159.707	159.092	0,39%
Total	2.377.823	2.334.595	1,85%

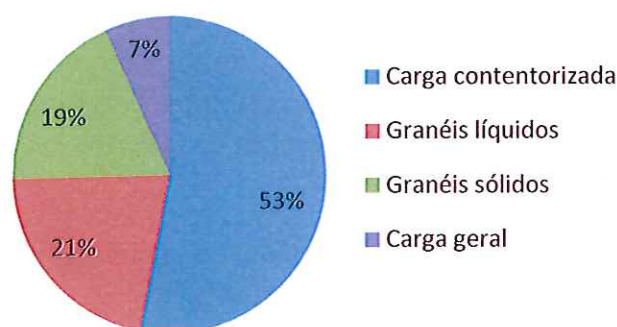
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Para além disto merece destaque o aumento no volume da carga contentorizada, principal modo de acondicionamento das mercadorias, que registou aumentos no peso das mercadorias pelo quarto ano consecutivo, isto é, desde o ano de 2014. De qualquer modo, o volume das mercadorias movimentadas em contentor encontra-se ainda mais de 12 por cento abaixo do peso das mercadorias observado em 2011 neste modo de acondicionamento.

Na figura que se segue é apresentada a importância relativa dos vários modos de acondicionamento das mercadorias e em que se constata a particular preponderância das mercadorias contentorizadas, com 53 por cento do total.

Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2017, por modo de acondicionamento



3.2.2.3. Mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Numa análise com incidência sobre as mercadorias carregadas, observa-se um decréscimo de 1,19 por cento, devido, em grande medida, à redução ao nível dos granéis líquidos carregados, que quase atingiu os 11 por cento. Em sentido contrário, destaca-se a evolução positiva de 1,28 por cento na carga contentorizada.

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2017	2016	Var. %
Carga contentorizada	490.293	484.093	1,28%
Granéis líquidos	72.853	81.627	-10,75%
Carga geral	67.689	70.989	-4,65%
Granéis sólidos	0	1.727	-100%
Total	630.834	638.437	-1,19%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Contudo, deverá mencionar-se que esta diminuição ocorre após dois anos sucessivos (em 2015 e 2016) de crescimentos bastante razoáveis, principalmente o observado no ano de 2015, em que a variação foi de quase 11 por cento. Ao nível da carga contentorizada, observa-se uma evolução positiva nos últimos quatro exercícios, com um movimento em 2017 de mais praticamente 80 mil



toneladas do que em 2014, o valor mais baixo dos últimos sete anos ao nível da carga contentorizada.

A carga geral vem registando uma perda de importância ao longo do tempo, o que se evidencia num decréscimo de 4,65 por cento relativamente ao ano transato.

3.2.2.4. Mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

Já no que respeita a operações de desembarque de mercadorias, observa-se um crescimento generalizado dos vários segmentos. O contributo da carga contentorizada, com um aumento de 3,29 por cento, foi particularmente importante para o crescimento do total das mercadorias descarregadas de três por cento. Para além disto, registo para o facto de se tratar também do terceiro ano consecutivo de aumento das mercadorias contentorizadas em operações de descarga no conjunto dos portos açorianos, um aumento absoluto de mais 106 mil toneladas entre os anos de 2014 e 2017.

Tal como nas mercadorias carregadas, também nas descarregadas os granéis líquidos registaram uma variação inferior à da totalidade das mercadorias descarregadas.

Já no caso dos granéis sólidos, observam-se flutuações em geral mais pronunciadas. Em 2017 o crescimento, em termos absolutos, foi de pouco mais de 13 mil toneladas face ao ano imediatamente anterior. Contudo, face ao ano de 2015, a variação absoluta correspondeu a praticamente 70,5 milhares de toneladas.

Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2017	2016	Var.%
Carga contentorizada	771.077	746.496	3,29%
Granéis sólidos	442.831	429.744	3,05%
Granéis líquidos	441.062	431.815	2,14%
Carga geral	92.019	88.103	4,44%
Total	1.746.989	1.696.158	3,00%

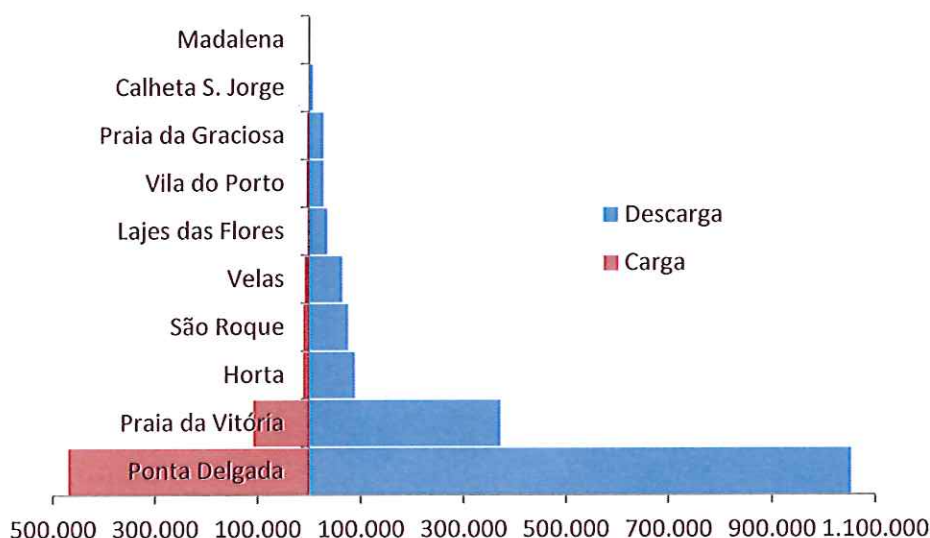
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

3.2.2.5. Mercadorias carregadas e descarregadas

Na presente secção é efetuada uma análise conjunta da movimentação de mercadorias carregadas e descarregadas.

Na figura abaixo apresenta-se a desagregação por porto e por operação (carga e descarga) do peso total das mercadorias movimentadas em 2017.

Figura 11: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2017, em toneladas



Numa análise detalhada por porto no que diz respeito a carga contentorizada, constata-se que o porto de Ponta Delgada, com praticamente 794 milhares de toneladas, mais 2,13 por cento do que em 2016, é o principal porto neste segmento, seguido do porto da Praia da Vitória, com 240 milhares de toneladas, menos 1,10 por cento do que no ano anterior. Os restantes portos apresentam valores significativamente mais reduzidos, sendo de referir os casos dos portos de Horta, Velas e São Roque do Pico, todos na casa das 50 mil toneladas, embora com maior volume de toneladas para o porto da Horta, que suplantou em 2017 o porto de São Roque do Pico como o terceiro porto do arquipélago neste tipo de tráfego.

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Portos	Ilhas	2017			2016			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	383.185	410.578	793.763	376.898	400.343	777.241	1,67%	2,56%	2,13%
Praia da Vitória	Terceira	63.077	176.991	240.068	70.053	172.678	242.731	-9,96%	2,50%	-1,10%
Horta	Faial	12.377	44.108	56.485	9.122	41.398	50.520	35,68%	6,55%	11,81%
Velas	São Jorge	8.876	43.856	52.732	7.463	42.705	50.168	18,92%	2,70%	5,11%
São Roque	Pico	11.027	41.169	52.196	11.902	46.458	58.360	-7,35%	-11,38%	-10,56%
Lajes	Flores	3.485	30.042	33.526	2.810	18.411	21.221	24,00%	63,18%	57,99%
Vila do Porto	Santa Maria	4.624	12.354	16.978	3.398	14.628	18.025	36,09%	-15,54%	-5,81%
Praia	Graciosa	3.643	11.978	15.621	2.447	9.876	12.322	48,88%	21,29%	26,77%
Total		490.293	771.077	1.261.369	484.093	746.496	1.230.590	1,28%	3,29%	2,50%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita a granéis líquidos, o sistema de distribuição inter-ilhas de combustíveis está centrado no porto de Ponta Delgada, porto a partir do qual os combustíveis são distribuídos pelos portos das diferentes ilhas, com exclusão do porto da Praia da Vitória que recebe os combustíveis líquidos diretamente do exterior. No caso do porto da Horta o abastecimento direto do exterior abrange apenas o gás liquefeito.

Esta estrutura de distribuição reflete-se de modo direto nos volumes movimentados de granéis líquidos. Assim, o porto de Ponta Delgada constitui o porto com maior fluxo deste tipo de mercadorias, tanto ao nível do desembarque como do embarque, neste caso com destino aos portos



das restantes ilhas, com exclusão do porto da Praia da Vitória. Em 2017 registou-se um total relativamente idêntico ao do ano anterior, na ordem dos 514 milhares de toneladas. A única situação de diminuição significativa ocorreu no porto de Vila do Porto, reflexo da política de armazenamento de combustível para aeronaves que se abastecem no aeroporto local.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2017			2016			Var. %		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	72.123	267.861	339.984	78.395	253.509	331.904	-8,00%	5,66%	2,43%
Praia da Vitória	Terceira	648	97.450	98.099	2.908	90.140	93.048	-77,71%	8,11%	5,43%
Horta	Faial	0	31.041	31.041	324	28.862	29.185	-100%	7,55%	6,36%
São Roque	Pico	0	17.688	17.688	0	19.020	19.020	-%	-7,00%	-7,00%
Velas	São Jorge	0	11.367	11.367	0	11.559	11.559	-%	-1,66%	-1,66%
Vila do Porto	Santa Maria	82	5.801	5.883	0	19.315	19.315	-%	-69,97%	-69,54%
Praia	Graciosa	0	5.553	5.553	0	5.336	5.336	-%	4,07%	4,07%
Lajes	Flores	0	4.301	4.301	0	4.075	4.075	-%	5,55%	5,55%
Total		72.853	441.062	513.915	81.627	431.815	513.442	-10,75%	2,14%	0,09%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O movimento de granéis sólidos abrange apenas alguns dos portos dos Açores, cingindo-se, em 2017, aos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória. Há a considerar sobretudo dois tipos de produtos neste tipo de granel: cereais e cimento ou clínquer e gesso, para além de ferro. No primeiro caso, trata-se de produtos alimentares para rações animais e, no segundo, de produtos para a construção civil. No caso do porto da Praia da Vitória, há lugar à descarga de cimento e, no porto de Ponta Delgada, clínquer e gesso para fabrico de cimento.

Relativamente a cereais, o porto da Praia da Vitória, movimentou cerca de 77 mil toneladas, a que acrescem 13.534 toneladas de cimento, em três operações de descarga no terminal cimenteiro. Já no porto de Ponta Delgada, o volume de descarga de cereais foi de 265.566 toneladas e de 86.911 toneladas de clínquer e outros produtos para o fabrico de cimento.

Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2017			2016			Var. %		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	0	352.477	352.477	1.727	328.936	330.663	-100%	7,16%	6,60%
Praia da Vitória	Terceira	0	90.354	90.354	0	98.954	98.954	-%	-8,69%	-8,69%
Total		0	442.831	442.831	1.727	429.744	431.471	-100,00%	3,05%	2,63%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência à carga geral, que inclui os mais diversos tipos de itens, desde viaturas e maquinaria, peças avulsas, ou carga paletizada. Em 2017, o volume total movimentado foi relativamente similar ao do ano anterior, num total de cerca de 160 mil toneladas, com um acréscimo residual de 0,39 por cento face a 2016. Observou-se uma diminuição de 4,65 por cento ao nível da carga e um acréscimo de 4,44 por cento ao nível da descarga.

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2017			2016			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Praia da Vitória	Terceira	45.720	6.849	52.569	49.715	5.632	55.348	-8,04%	21,61%	-5,02%
Ponta Delgada	São Miguel	15.894	21.395	37.289	13.640	18.250	31.890	16,52%	17,23%	16,93%
São Roque	Pico	1.416	16.248	17.665	3.308	18.813	22.122	-57,19%	-13,63%	-20,15%
Horta	Faial	459	13.125	13.584	498	10.697	11.195	-7,77%	22,69%	21,34%
Praia	Graciosa	1.218	9.531	10.749	938	10.146	11.083	29,85%	-6,05%	-3,02%
Vila do Porto	Santa Maria	1.156	8.932	10.087	1.071	8.431	9.502	7,90%	5,94%	6,16%
Velas	São Jorge	1.135	8.812	9.947	1.359	8.738	10.097	-16,46%	0,85%	-1,48%
Calheta	São Jorge	445	6.189	6.633	259	6.899	7.157	71,95%	-10,29%	-7,32%
Madalena	Pico	19	399	418	0	10	10	-%	3979%	4171%
Lajes	Flores	227	538	765	201	487	688	13,07%	10,45%	11,21%
Total		67.689	92.019	159.707	70.989	88.103	159.092	-4,65%	4,44%	0,39%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto da Praia da Vitória, com um total de cerca de 53 mil toneladas, sendo a quase totalidade correspondente a movimentos de embarque (cerca de 46 mil toneladas) é o principal porto da Região Autónoma dos Açores no que respeita a este tipo de cargas. Uma parte muito significativa deste volume de carga geral movimentado no porto da Praia da Vitória decorre das operações de tráfego local no Grupo Central do Arquipélago, nomeadamente do operador Transporte Marítimos Graciosenses (TMG). Em 2017 foram contabilizadas 44.723 toneladas carregadas neste regime de tráfego local (45.165 toneladas carregadas em 2016), e apenas 3.376 toneladas embarcadas (2.306 toneladas em 2016).

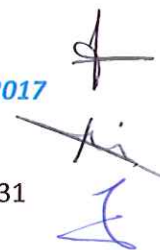
3.2.2.6. Contentores

A movimentação de contentores constitui a principal atividade nos portos do arquipélago, correspondendo a 53 por cento do total das mercadorias movimentadas, conforme demonstrado nos pontos anteriores, bem como ainda pelo número de navios porta contentores com escala nos portos dos Açores.

Em 2017 foram movimentadas 108.488 unidades cheias em unidades TEU (Unidades equivalentes de 20 pés), um acréscimo de 2,04 por cento do que 2016, que se cifrara em 106.317 TEU. Trata-se de uma evolução positiva desde 2014, ano em que se registou o valor mais baixo de TEU movimentados, com um aumento sucessivo no número de TEU movimentados no conjunto dos portos açorianos.

O porto com maior volume de contentores é o porto de Ponta Delgada, que atingiu em 2017 um total de 69.799 TEU (68.043 unidades TEU em 2016), um crescimento de 2,58 por cento. O segundo maior porto é o da Praia da Vitória, apesar de ter registado um ligeiro decréscimo de 1,73 por cento.

Surpreendente foi a evolução registada no porto da Horta, que ultrapassou o porto de São Roque do Pico em termos de volume de contentores cheios movimentados (em unidades TEU) em 2017. Este porto da Horta viu aumentar em 316 o número de TEU movimentados, enquanto o porto de São Roque, registou com um decréscimo de 10,02 por cento em 2017, equivalente a 525 TEU. De qualquer forma, a evolução neste último porto poderá ser relativizada tendo em consideração o



crescimento ocorrido em 2016 face a 2015, e que se cifrara em 13,7 por cento, ou seja, mais 631 TEU.

Destaque ainda para a variação assinalável ocorrida no porto das Lajes das Flores, correspondente a mais 616 unidades TEU, ou seja, um aumento de mais de 35 por cento. Por último, referência ao porto da Praia da Graciosa, com uma variação positiva de 11,5 por cento em 2017, atingindo pela primeira vez o volume observado em 2010.

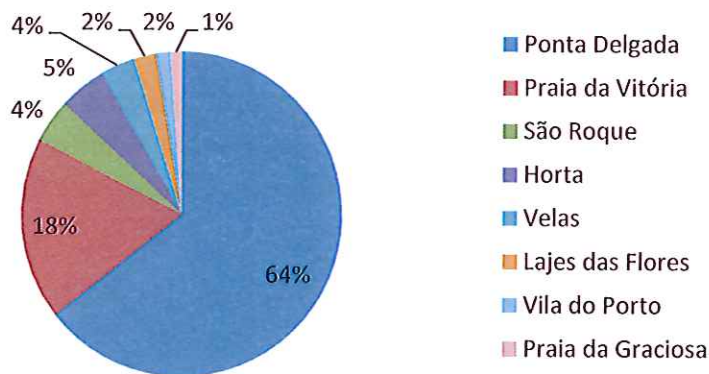
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)

Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	69.799	68.043	2,58%
Praia da Vitória	Terceira	19.767	20.116	-1,73%
Horta	Faial	5.117	4.801	6,58%
São Roque	Pico	4.716	5.241	-10,02%
Velas	São Jorge	3.843	3.648	5,35%
Lajes	Flores	2.353	1.737	35,46%
Vila do Porto	Santa Maria	1.613	1.583	1,90%
Praia	Graciosa	1.280	1.148	11,50%
Total		108.488	106.317	2,04%



Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em termos globais, foram movimentados em 2017 mais 2.171 TEU do que em 2016, sendo que o volume de aumento ocorrido no porto de Ponta Delgada e correspondente a 1.756 TEU equivale a 81 por cento deste acréscimo.

Figura 12: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2017



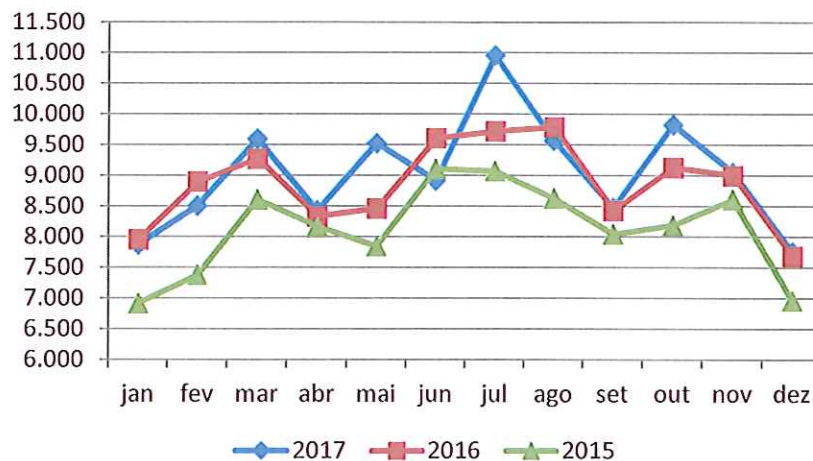
O conjunto dos portos dos Açores, no que respeita à movimentação de contentores poderá ser dividido em três grandes grupos:

-  Um primeiro grupo, composto pelos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória, que se destacam claramente dos restantes pela respetiva dimensão. O porto de Ponta Delgada, pela dimensão populacional da ilha e do sistema de ligações marítimas associadas à cabotagem insular, apresenta-se como o porto de maior dimensão;
-  Um segundo grupo, composto pelos portos da Horta, São Roque do Pico e Velas, com uma dimensão relativamente similar, que varia entre cerca de 3.500 e 5.000 TEU;



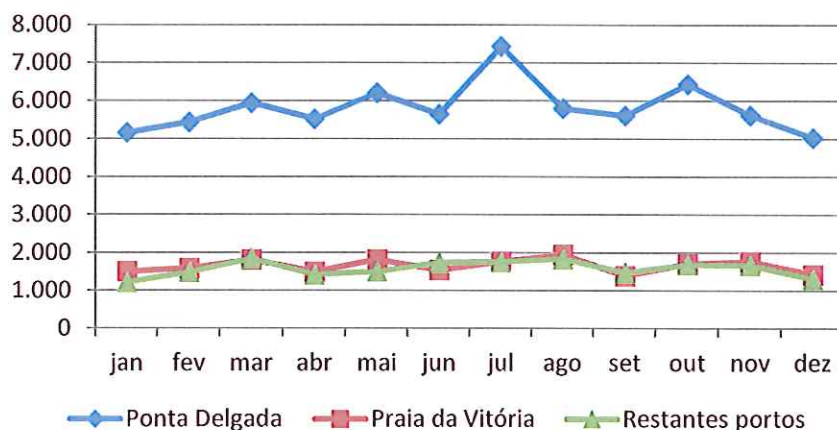
Um terceiro grupo, que inclui os portos de menor dimensão, normalmente associados a escalas quinzenais de navios porta-contentores, e cujo volume de contentores cheios, medidos em unidades TEU, não atinge normalmente as duas mil unidades. Neste quadro, o valor atingido em 2017 pelo porto das Lajes das Flores poder-se-á considerar como verdadeiramente extraordinário.

Figura 13: TEUs cheios por meses no último triénio



Numa análise mensal referente aos últimos três exercícios, é possível constatar, em 2017 e face a 2016, uma melhoria bastante perceptível num número muito significativo de meses, conforme demonstrado pela figura acima. Para além disto, o número de unidades de 2017 é consistentemente superior ao número de unidades TEU movimentadas ao longo de 2015, ocorrendo apenas um caso, no mês de junho, em que foram movimentados mais 190 unidades TEU em 2015 do que em 2017.

Figura 14: TEUs cheios por meses em 2017



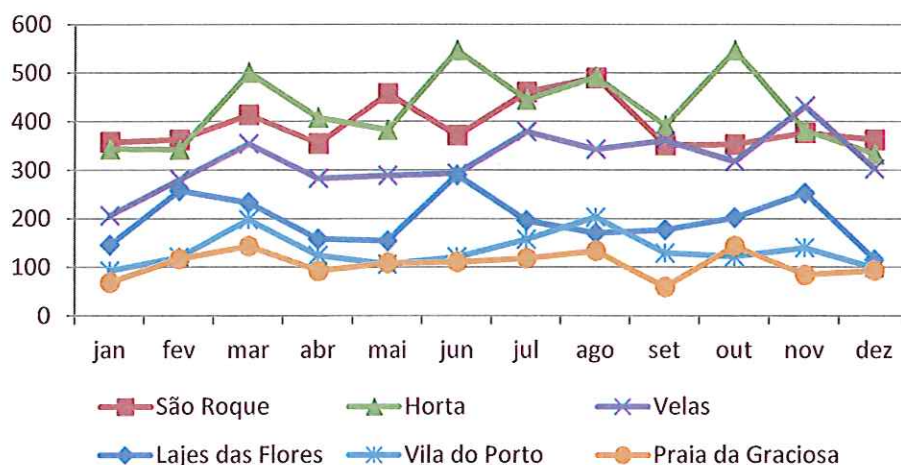
Numa análise mensal por portos, optou-se por uma apresentação em duas figuras distintas dos vários portos, devido à diferença de escala entre os mesmos.

Numa primeira figura, os portos de menor dimensão foram agregados num conjunto designado "Restantes portos". Constata-se que o somatório de tais portos apresenta uma dimensão similar à do

porto da Praia da Vitória. Por seu turno, o porto de Ponta Delgada destaca-se de forma muito notória dos outros, com uma diferença da ordem das 50.000 unidades TEU anuais.

Na figura que se segue, detalham-se os vários portos de menor dimensão, e que haviam sido agregados na figura anterior. O porto da Horta apresenta-se como o mais movimentado em alguns meses, equiparando-se ao porto de São Roque do Pico noutros tantos meses. Em termos médios, o porto da Horta movimentou 426 TEU mensais em 2017, enquanto o porto de São Roque do Pico movimentou, em média, 393 TEU mensais.

Figura 15: TEUs cheios por meses em 2017 – restantes portos



O porto das Velas regista uma importância relativamente menor, atingindo uma média de 320 TEU mensais. Os restantes portos apenas pontualmente aproximam-se do porto das Velas, como é o caso do porto das Lajes das Flores, no mês de junho de 2017.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

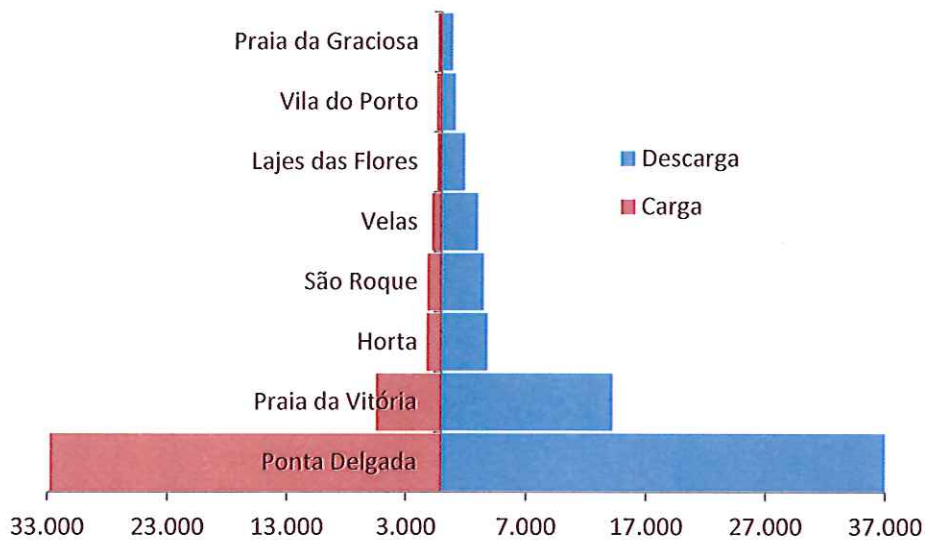
Portos	Ilhas	2017			2016			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	32.839	36.960	69.799	32.178	35.865	68.043	2,05%	3,05%	2,58%
Praia da Vitória	Terceira	5.564	14.203	19.767	6.040	14.076	20.116	-7,88%	0,90%	-1,73%
Horta	Faial	1.323	3.794	5.117	1.068	3.733	4.801	23,88%	1,63%	6,58%
São Roque	Pico	1.249	3.467	4.716	1.339	3.902	5.241	-6,72%	-11,15%	-10,02%
Velas	São Jorge	890	2.953	3.843	765	2.883	3.648	16,34%	2,43%	5,35%
Lajes	Flores	471	1.882	2.353	363	1.374	1.737	29,75%	36,97%	35,46%
Vila do Porto	Santa Maria	526	1.087	1.613	416	1.167	1.583	26,44%	-6,86%	1,90%
Praia	Graciosa	428	852	1.280	382	766	1.148	12,04%	11,23%	11,50%
Total		43.290	65.198	108.488	42.551	63.766	106.317	1,74%	2,25%	2,04%

Unidade: TEU
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De referir, no que respeita a contentores carregados, que o predomínio do porto de Ponta Delgada resulta das operações designadas de *transshipment*. Tais operações decorrem da logística associada ao transporte marítimo inter-ilhas, que obriga a que, em determinadas situações, os contentores tenham de ser movimentados neste porto, bem como, embora com um carácter menos frequente, no porto da Praia da Vitória.

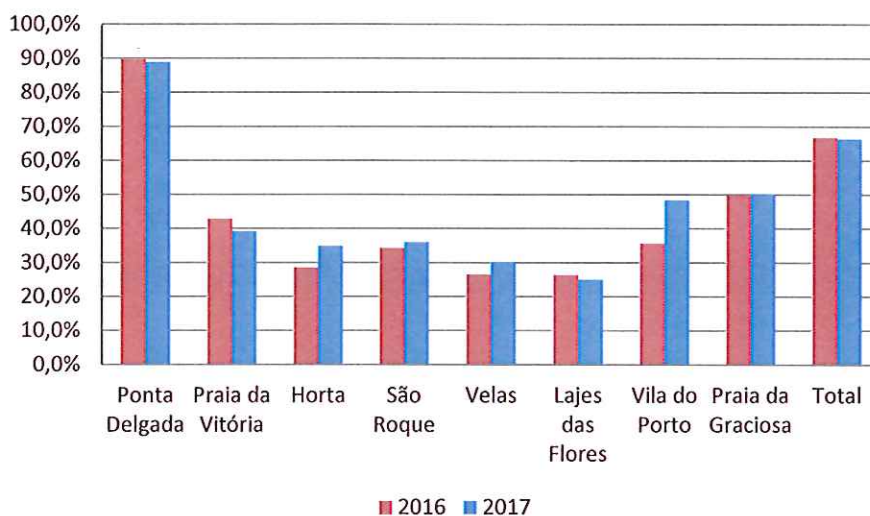
Tais movimentos significam que as mercadorias utilizam sobretudo o porto de Ponta Delgada na movimentação entre o porto de origem e destino final, recorrendo a, pelo menos, dois navios. Por essa via, no porto de *transshipment* ocorrem dois movimentos: um de desembarque, a partir do navio que opera desde o porto de origem da mercadoria; e outro de embarque, para o navio que opera para o porto de destino final da mercadoria.

Figura 16: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados em 2017



É neste âmbito e sob o efeito destas operações de *transshipment* que se constata um maior predomínio do porto de Ponta Delgada no contexto regional e no que respeita a contentores carregados. Segundo dados relativos a 2017 para o porto de Ponta Delgada, foram contabilizadas 5.828 unidades TEU cheias (6.457 unidades TEU em 2016) em operações de *transshipment*. Quanto ao porto da Praia da Vitória, movimentaram-se no mesmo período 152 TEU nesse regime (272 TEU em 2016).

Figura 17: Índice de cobertura das mercadorias descarregadas em TEU



Este tipo de operações reflete-se de forma direta no índice de cobertura das mercadorias (medido através do rácio entre TEU cheios carregados e descarregados) e em que o porto de Ponta Delgada se destaca com um índice de cobertura à volta de 90 por cento.

A divisão pelos tipos de unidades predominantes, ou seja, 20 ou 40 pés, permite ainda outro tipo de análise. Neste caso, continua a assistir-se a uma diminuição do peso relativo dos contentores de 20 pés, processo que vem ocorrendo de forma continuada ao longo do tempo. De qualquer forma, este tipo de fenómeno não é transversal a todos os portos, ocorrendo com maior prevalência no porto de Ponta Delgada, com impacto direto no total do conjunto dos portos atendendo ao peso relativo daquele porto.

Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2017			2016			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	17.075	26.362	69.799	18.417	24.813	68.043	-7,29%	6,24%	2,58%
Praia da Vitória	Terceira	6.977	6.395	19.767	7.244	6.436	20.116	-3,69%	-0,64%	-1,73%
Horta	Faial	2.065	1.526	5.117	1.885	1.458	4.801	9,55%	4,66%	6,58%
São Roque	Pico	1.824	1.446	4.716	2.079	1.581	5.241	-12,27%	-8,54%	-10,02%
Velas	São Jorge	1.723	1.060	3.843	1.798	925	3.648	-4,17%	14,59%	5,35%
Lajes	Flores	1.679	337	2.353	1.181	278	1.737	42,17%	21,22%	35,46%
Vila do Porto	Santa Maria	811	401	1.613	897	343	1.583	-9,59%	16,91%	1,90%
Praia	Graciosa	654	313	1.280	562	293	1.148	16,37%	6,83%	11,50%
Total		32.808	37.840	108.488	34.063	36.127	106.317	-3,68%	4,74%	2,04%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito ao movimento de contentores vazios, operação inevitável no âmbito do desequilíbrio existente em todos os portos em favor de processos de descarga, e conforme evidenciado na análise do índice de cobertura na página anterior, os dados constam das duas tabelas seguintes.

Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Portos	Ilhas	2017			2016			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	10.128	6.361	16.489	10.433	6.539	16.972	-2,92%	-2,72%	-2,85%
Praia da Vitória	Terceira	9.610	3.864	13.474	9.100	3.956	13.056	5,60%	-2,33%	3,20%
Horta	Faial	2.885	576	3.461	3.023	419	3.442	-4,57%	37,47%	0,55%
São Roque	Pico	2.685	506	3.191	3.107	510	3.617	-13,58%	-0,78%	-11,78%
Velas	São Jorge	2.457	557	3.014	2.465	431	2.896	-0,32%	29,23%	4,07%
Vila do Porto	Santa Maria	836	416	1.252	932	426	1.358	-10,30%	-2,35%	-7,81%
Lajes	Flores	1.672	207	1.879	1.096	194	1.290	52,55%	6,70%	45,66%
Praia	Graciosa	724	366	1.090	608	311	919	19,08%	17,68%	18,61%
Total		30.997	12.853	43.850	30.764	12.786	43.550	0,76%	0,52%	0,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A divisão dos movimentos de contentores vazios entre carga e descarga permite perceber o processo decorrente do desequilíbrio das trocas na generalidade dos portos dos Açores. De facto, atendendo ao maior volume de mercadorias descarregadas, há uma consequência natural em termos da gestão do stock de contentores dos vários operadores de transporte marítimo.

Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2017			2016			Var. %		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	7.173	4.658	11.831	7.522	4.725	16.972	2,79%	-1,03%	0,63%
Praia da Vitória	Terceira	4.712	4.381	9.093	4.928	4.064	13.056	61,63%	34,13%	43,33%
Horta	Faial	1.487	987	2.474	1.412	1.015	3.442	5,53%	13,79%	10,25%
São Roque	Pico	1.319	936	2.255	1.513	1.052	3.617	6,40%	21,06%	14,46%
Velas	São Jorge	1.250	882	2.132	1.380	758	2.896	9,96%	12,97%	11,51%
Vila do Porto	Santa Maria	654	299	953	744	307	1.358	17,72%	21,83%	19,54%
Lajes	Flores	1.199	340	1.539	690	300	1.290	8,15%	35,14%	19,22%
Praia	Graciosa	472	309	781	335	292	919	22,71%	41,75%	34,16%
Total		18.266	12.792	31.058	18.524	12.513	43.550	16,32%	14,63%	15,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

3.2.3. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros nos portos dos Açores envolve dois tipos distintos de operações: o movimento de passageiros em navios de cruzeiros e o movimento de passageiros em operações interilhas, integralmente a cargo da Atlânticoline, após o processo de fusão desta com a Transmaçor, ocorrido em março de 2015.

No capítulo referente às Participações financeiras, no presente relatório, será dado destaque aos principais factos ocorridos naquela empresa durante o exercício de 2017, tendo em consideração o volume da participação da Portos dos Açores no capital da Atlânticoline, correspondente a 83,97 por cento do capital desta.

Tabela 22: Movimento total de passageiros

Portos	Ilha	2017	2016	Var. %
Horta	Faial	477.109	465.287	2,54%
Madalena	Pico	442.499	432.553	2,30%
Ponta Delgada	São Miguel	138.915	130.142	6,74%
Velas	São Jorge	95.632	84.034	13,80%
São Roque	Pico	47.860	40.306	18,74%
Praia da Vitória	Terceira	48.666	38.598	26,08%
Vila do Porto	Santa Maria	24.749	18.188	36,07%
Praia	Graciosa	10.659	8.999	18,45%
Angra do Heroísmo	Terceira	7.504	5.023	49,39%
Corvo	Corvo	4.707	4.092	15,03%
Santa Cruz	Flores	4.354	3.922	11,01%
Lajes	Flores	2.866	2.392	19,82%
Calheta	São Jorge	2.311	1.990	16,13%
Lajes	Pico	172	314	-45,22%
Total		1.308.003	1.235.840	5,84%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

As ligações interilhas efetuadas pela Atlânticoline compreendem:

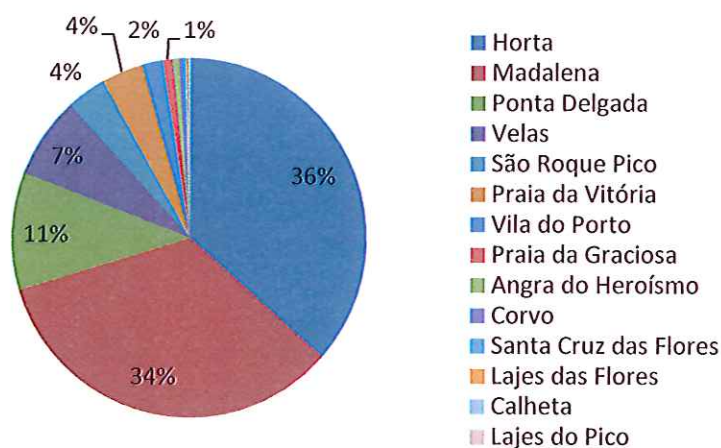
- As ligações no Grupo Central do arquipélago, designadamente entre as ilhas do Faial (porto da Horta), Pico (portos de Madalena e São Roque), São Jorge (portos de Velas e Calheta) e

Terceira (porto de Angra do Heroísmo), sendo que as ligações entre os portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas são realizadas durante a totalidade do ano. Estas ligações são efetuadas sobretudo pelos navios “Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”, com capacidade para transporte de passageiros e viaturas;

- ☞ As ligações no Grupo Ocidental do arquipélago, entre as ilhas de Flores e Corvo, durante a totalidade do ano, através da lancha “Ariel”;
- ☞ As ligações entre os meses de maio e setembro entre todas as ilhas, excluindo apenas o Corvo. No ano de 2017 estas ligações foram asseguradas através dos navios ferry, do tipo *high speed craft*, “Master Jet” e “Mega Jet”.

O principal porto do arquipélago em termos de movimento de passageiros é o porto da Horta que atingiu em 2017 um novo máximo histórico de mais de 477 milhares de passageiros, em grande medida associado à operação de transporte marítimo no grupo central, particularmente nas ligações com o porto da Madalena do Pico, cujo fluxo anual atingiu, em 2017, praticamente os 211 mil passageiros.

Figura 18: Movimento total de passageiros em 2017



O conjunto destes dois portos, ou seja, Horta e Madalena, corresponde a uma percentagem muito significativa do total de passageiros movimentados nos portos dos Açores, tendo atingido em 2017 um peso relativo de 70,3 por cento, ligeiramente menos do que em 2016, ano em que o peso do conjunto destes dois portos cifrara-se em 72,7 por cento.

Relativamente às variações registadas em 2017, as mesmas foram positivas em todos os portos, com exclusão do porto das Lajes do Pico, escalado pontualmente por navios de cruzeiro que ancoram ao largo. De qualquer modo, será de destacar as variações particularmente positivas ocorridas nos portos de Vila do Porto e Angra do Heroísmo.

Tabela 23: Movimento de passageiros por segmento

	2017	2016	Var. %
Operações inter-ilhas	1.172.220	1.109.934	5,61%
Operações em cruzeiros	135.783	125.906	7,84%
Total	1.308.003	1.235.840	5,84%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

Na desagregação do movimento de passageiros por tipologia de operação, constata-se que em ambos os tipos de operação registaram-se variações positivas. No caso específico das operações em navios de cruzeiro, o ano de 2017 foi o segundo melhor ano de sempre, suplantado apenas pelo volume de passageiros em navios de cruzeiro de 2015. Quanto ao tráfego de passageiros inter-ilhas, este é o terceiro ano em que se ultrapassou a fasquia de um milhão de passageiros, numa trajetória de crescimento sucessivo ao longo dos últimos seis anos.

Detalham-se a seguir alguns dos principais aspetos referentes a cada um dos segmentos de transporte acima referidos.

3.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro

A evolução em 2017 das escalas e passageiros de navios de cruzeiro foi relativamente satisfatória, com aumentos em ambos os casos. O número de escalas de navios de cruzeiro registou um aumento de 31 escalas e quase mais 10 mil passageiros. De igual modo, o número de tripulantes dos navios de cruzeiro também aumentou, ultrapassando os 60 mil tripulantes.

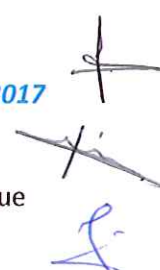
Tal como nos anos anteriores, os portos com maior volume de passageiros coincidem com os portos com melhores infraestruturas dedicadas ou maior comprimento de cais. Assim, observa-se que o conjunto dos portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta representa uma percentagem assinalável do volume total de passageiros em navios de cruzeiro. Os portos de menores dimensões revelam-se sobretudo relevantes no âmbito de operações de navios de menor capacidade, associados, em geral, a cruzeiros de expedição. É este tipo de operações que corresponde às operações de cruzeiros nos Açores.

Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Portos	Ilha	2017	2016	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	98.839	97.044	1,85%
Praia da Vitória	Terceira	17.766	9.427	88,46%
Horta	Faial	13.116	17.489	-25,00%
Vila do Porto	Santa Maria	1.704	0	-%
Lajes	Flores	1.218	402	203%
Angra do Heroísmo	Terceira	1.055	167	532%
Praia	Graciosa	773	402	92,29%
Madalena	Pico	425	0	-%
Corvo	Corvo	353	170	108%
São Roque	Pico	181	88	106%
Velas	São Jorge	181	403	-55,09%
Lajes	Pico	172	314	-45,22%
Total		135.783	125.906	7,84%

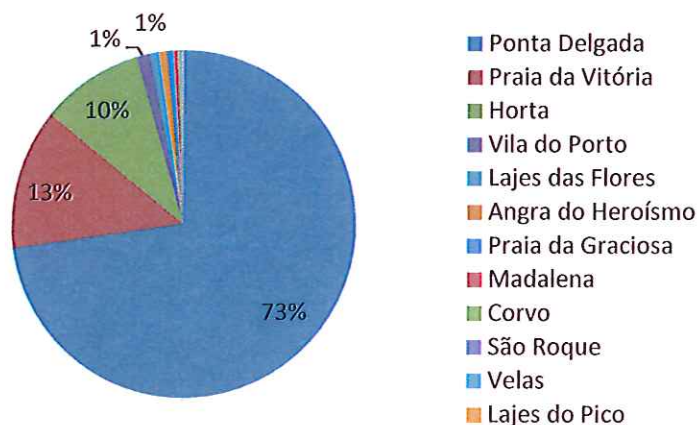
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Em 2017 observa-se uma variação particularmente positiva no que diz respeito aos portos da ilha Terceira, com aumentos em ambos os portos. No caso do porto da Praia da Vitória, as operações estão naturalmente associadas a navios de maior dimensão, enquanto no caso do porto de Angra do



Heroísmo, as escalas praticadas relacionam-se diretamente com os circuitos de cruzeiros que percorrem várias ilhas dos Açores.

Figura 19: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2017



A preponderância de passageiros em trânsito é incontornável nos portos do arquipélago, porquanto apenas em algumas operações os cruzeiros têm início ou final num dos principais portos, particularmente no caso de cruzeiros associados a cruzeiros no interior do arquipélago. De facto, a quase totalidade dos passageiros de cruzeiros correspondem a passageiros em trânsito. Apenas no porto de Ponta Delgada o número de passageiros que inicia (647 passageiros em 2017, contra 560 em 2016) ou finaliza (699 passageiros em 2017 e 485 em 2016) os seus cruzeiros é mais significativo.

Tabela 25: Movimento de passageiros em trânsito em navios de cruzeiro

Portos	Ilha	2017	2016	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	97.943	95.999	2,03%
Praia da Vitória	Terceira	17.679	9.401	88,05%
Horta	Faial	13.025	17.387	-25,09%
Vila do Porto	Santa Maria	1.701	0	-%
Lajes	Flores	1.216	402	202%
Angra do Heroísmo	Terceira	1.029	165	524%
Praia	Graciosa	772	396	94,95%
Madalena	Pico	425	0	-%
Corvo	Corvo	353	170	108%
São Roque	Pico	181	88	106%
Velas	São Jorge	181	402	-54,98%
Lajes	Pico	172	314	-45,22%
Total		134.677	124.724	7,98%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

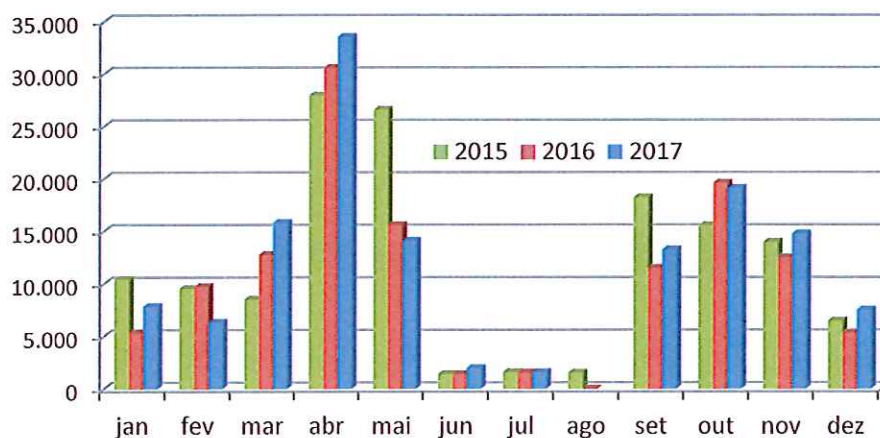
Também em termos de sazonalidade das operações de navios de cruzeiros há a registar um padrão perfeitamente definido, com escalas predominantes em alguns meses do ano, conforme se poderá notar na figura que se segue.

Neste segmento de escalas de navios de cruzeiros será ainda de destacar a ocorrência de diversos tipos de operações:

 Escalas de reposicionamento, transatlânticas ou ainda cruzeiros mundiais (“world cruises”);

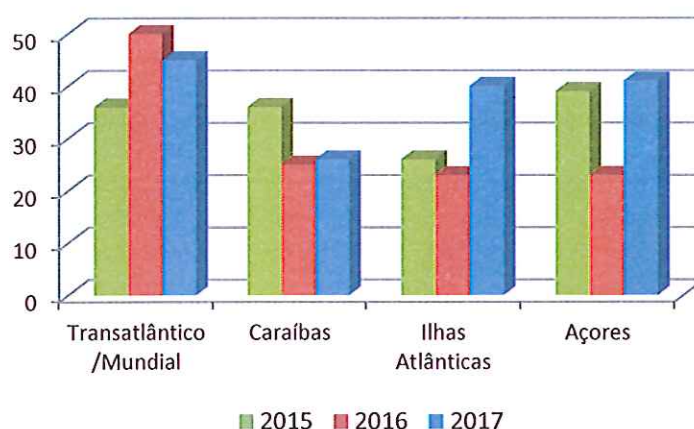
- ⌘ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ⌘ Circuito das ilhas atlânticas;
- ⌘ Circuito "Açores".

Figura 20: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triênio



No primeiro caso, trata-se de escalas integradas em ligações entre os continentes europeu e americano ou em viagens que envolvem vários continentes ou mesmo todos, no caso de "world cruises". No segundo caso, temos escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, com destino às Caraíbas. No que diz respeito aos circuitos das ilhas atlânticas, as escalas nos portos açorianos fazem parte de circuitos com origem e destino em portos ingleses (normalmente Southampton ou Dover) ou nas Canárias (sobretudo Las Palmas) e, habitualmente, com escala também no porto do Funchal. Finalmente, no caso dos circuitos "Açores", temos um conjunto de escalas em diversos portos do arquipélago, associadas a cruzeiros de âmbito temático ou de expedição e em que os Açores são o itinerário praticado.

Figura 21: Escalas de cruzeiros por tipologia de operação



O número de escalas associadas a itinerários transatlânticos continua a ser o mais relevante nos portos açorianos. Consta-se, entretanto, o crescimento assinalável dos itinerários de âmbito regional, como é o caso das operações de cruzeiro associados a portos dos Açores, com uma evolução muito satisfatória em 2017, retomando o fenómeno observado em 2015. Outro itinerário

com preponderância cada vez maior é o associado às ilhas atlânticas, envolvendo os arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores. Para este fenómeno contribuiu decisivamente a aposta efetuada pelo operador alemão AIDA Cruises.

Tabela 26: Número de escalas e de passageiros por tipo de itinerário de cruzeiro

Tipo de itinerário	2017		2016		Var. %	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Transatlântico	44	56.693	49	59.249	-10,20%	-4,31%
Açores	41	8.097	23	3.151	78,26%	157%
Ilhas atlânticas	40	30.243	23	22.268	73,91%	35,81%
Caraíbas	26	38.939	25	39.382	4,00%	-1,12%
Cruzeiro mundial	1	1.811	1	1.856	0,00%	-2,42%
Total	152	135.783	121	125.906	25,62%	7,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Quanto às categorias dos navios de cruzeiro, predominaram em 2017 os navios do segmento "Standard", neste ano de 2016 com um peso de 49,34 por cento no que concerne a escalas de navios e de praticamente 72,74 por cento em termos de volume de passageiros transportados.

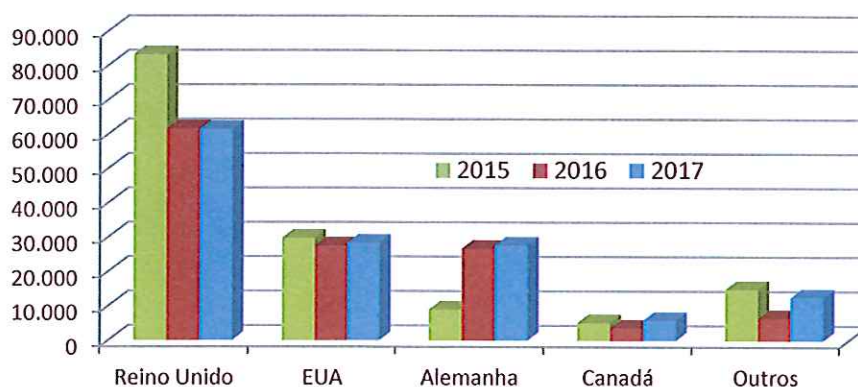
Tabela 27: Número de escalas e de passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2017		2016		Var. %	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	75	98.768	75	93.744	0,00%	5,36%
Expedição	49	8.836	0	0	-%	-%
Premium	15	17.230	41	28.234	-63,41%	-38,97%
Luxo	13	10.949	5	3.928	160%	179%
Total	152	135.783	121	125.906	25,62%	7,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A nacionalidade dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro mais relevante continua a ser a britânica, que representa 45,22 por cento do total de passageiros movimentado em 2017, seguida dos passageiros naturais dos Estados Unidos e, em terceiro lugar, pelos passageiros provenientes da Alemanha.

Figura 22: Principais nacionalidades dos passageiros de cruzeiros no último triénio



Neste último caso, verifica-se uma estabilização dos valores extraordinários ocorridos em 2016, na sequência do início das operações do armador daquele país AIDA Cruises em 2015. Registou-se,

portanto, uma evolução muito interessante nas operações daquele operador, com 14 escalas em portos açorianos durante o ano de 2017 e um total de 18.200 passageiros movimentados. Predomina, neste âmbito, o circuito das ilhas atlânticas, tendo como base o arquipélago das Canárias, importante região na Europa de cruzeiros em período de inverno.

Tabela 28: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	44.429	43.343	2,51%
Praia da Vitória	Terceira	8.478	4.259	99,06%
Horta	Faial	7.159	9.296	-22,99%
Vila do Porto	Santa Maria	952	0	-%
Lajes	Flores	770	276	179%
Angra do Heroísmo	Terceira	466	120	288%
Praia	Graciosa	443	276	60,51%
Corvo	Corvo	225	120	87,50%
Lajes	Pico	119	220	-45,91%
Madalena	Pico	112	0	-%
São Roque	Pico	107	56	91,07%
Velas	São Jorge	107	276	-61,23%
Total		63.367	58.242	8,80%

Por último, referência ao volume de tripulantes de navios de cruzeiro, elemento relevante pelo impacto financeiro de tais elementos nos portos de escala dos navios de cruzeiro. No ano de 2017 o volume de tripulantes foi também muito positivo, ultrapassando-se os 60 mil tripulantes, com um crescimento de 8,8 por cento face a 2016.

3.2.3.2. Passageiros em operações interilhas

Tabela 29: Movimento de passageiros interilhas

Portos	Ilhas	2017	2016	Var.%
Horta	Faial	463.993	447.798	3,62%
Madalena	Pico	442.074	432.553	2,20%
Velas	São Jorge	95.451	83.631	14,13%
São Roque	Pico	47.679	40.218	18,55%
Ponta Delgada	São Miguel	40.076	33.098	21,08%
Praia da Vitória	Terceira	30.900	29.171	5,93%
Vila do Porto	Santa Maria	23.045	18.188	26,70%
Praia	Graciosa	9.886	8.597	14,99%
Angra do Heroísmo	Terceira	6.449	4.856	32,80%
Corvo	Corvo	4.354	3.922	11,01%
Santa Cruz	Flores	4.354	3.922	11,01%
Calheta	São Jorge	2.311	1.990	16,13%
Lajes	Flores	1.648	1.990	-17,19%
Total		1.172.220	1.109.934	5,61%

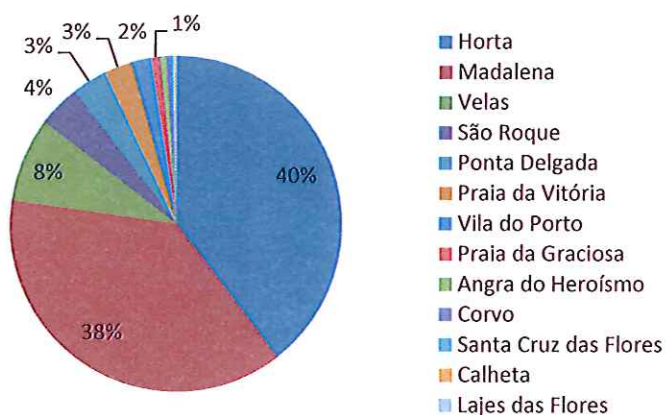
Fonte: Direção Regional de Transportes

No ano de 2017 o movimento de passageiros em deslocações marítimas interilhas ultrapassou 1,1 milhões de passageiros pelo segundo ano consecutivo, atingindo-se um novo máximo histórico, de 1.172.220 passageiros, mais 5,61 por cento do que em 2016.

O crescimento do número de passageiros inter-ilhas foi transversal a todos os portos, com exceção apenas do porto das Lajes das Flores, em que ocorreu uma quebra de 17,19 por cento, de 1.990 passageiros em 2016 para 1.648 passageiros em 2017. De salientar as variações mais expressivas ocorridas nos portos de Angra do Heroísmo (crescimento de 32,80 por cento), Vila do Porto (+26,70 por cento), Ponta Delgada (+21,08 por cento).

Destaque também para o porto das Velas, com um crescimento de 14,13 por cento e que vê consolidada a sua posição como o terceiro maior porto no tráfego inter-ilhas, constituindo-se também como um vértice relevante nas operações no Grupo Central do arquipélago. A recente entrada em funcionamento de uma nova gare de passageiros com condições adequadas enquadra-se numa política de melhoria de operacionalidade naquele porto para este relevante segmento de atividade.

Figura 23: Movimento de passageiros interilhas em 2017



Os portos da Horta e da Madalena do Pico surgem com naturalidade como os mais importantes portos nesta área de negócio, devido ao expressivo volume do fluxo diário de passageiros entre aqueles dois portos, a cargo das embarcações em operação na denominada “Linha Azul”. Não obstante a importância dos dois portos em apreço, o seu peso conjunto diminuiu face ao total de passageiros movimentados, devido ao ritmo de crescimento observado em diversos portos.

3.2.4. Extração de inertes

A descarga de inertes extraídos no leito marinho é uma atividade sujeita a licenciamento prévio e regulamentada pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março. A determinação das zonas onde é autorizada a extração comercial de areia é estabelecida anualmente, mediante resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores, na qual são definidas as quantidades máximas passíveis de extração para o ano em apreço.



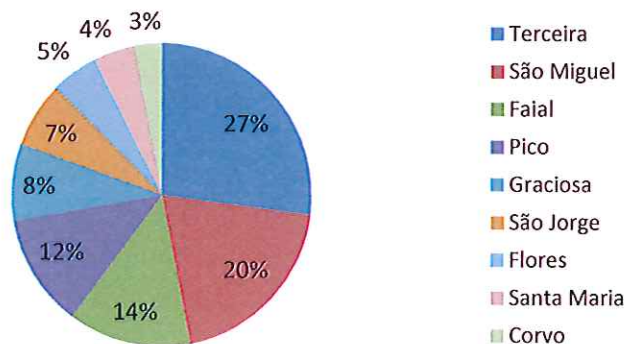
Tabela 30: Descarga de inertes provenientes do mar

Ilhas	Unidade: tons.		
	2017	2016	Var. %
Terceira	22.518	26.688	-15,63%
São Miguel	16.520	7.892	109%
Faial	11.139	3.916	184%
Pico	9.999	7.992	25,11%
Graciosa	6.835	3.876	76,34%
São Jorge	5.795	1.836	216%
Flores	4.304	1.944	121%
Santa Maria	3.634	3.789	-4,09%
Corvo	2.537	1.620	56,60%
Total	83.281	59.553	39,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

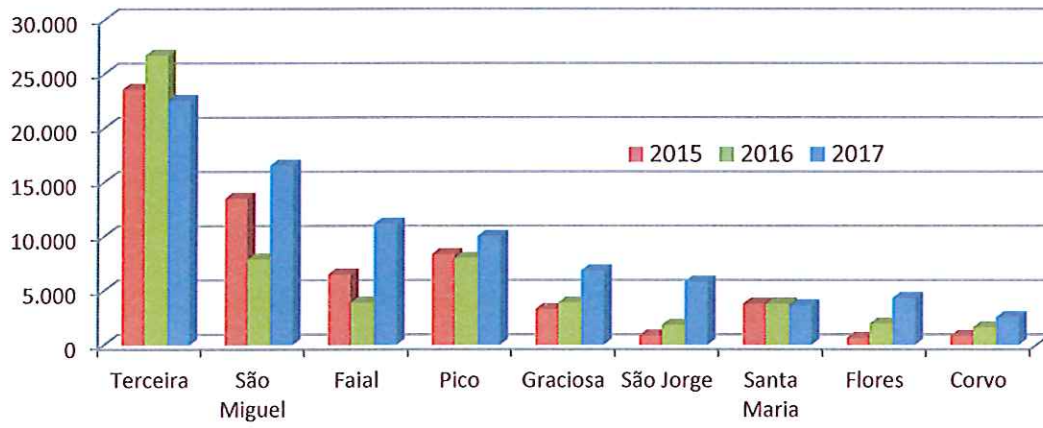
Em 2017 foram extraídas pouco mais de 83 mil toneladas de inertes, o que constitui um acréscimo muito substancial face ao do ano anterior, da ordem dos 40 por cento. Constata-se que, em termos muito gerais, as variações observadas nas várias ilhas encontram ligação direta com o volume de obras públicas realizadas. Tal é o caso específico das empreitadas associadas a concursos públicos que decorreram em 2017 nos portos de Ponta Delgada, Velas, Santa Cruz das Flores e Corvo, com efeito imediato nos volumes de 2017 constantes da tabela acima.

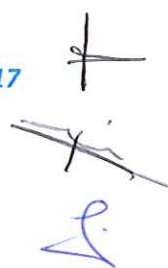
Figura 24: Descarga de inertes provenientes do mar em 2017



Em geral as variações observadas foram positivas, tendo ocorrido apenas diminuição no volume de inertes descarregados nos portos da Praia da Vitória e Vila do Porto, os únicos portos onde se registam descargas de tal produto nas ilhas Terceira e Santa Maria.

Figura 25: Descarga de inertes no último triénio





3.3. Atividade não portuária

Esta atividade inclui a gestão de infraestruturas não portuárias sob gestão da Portos dos Açores, nomeadamente náutica de recreio, espaços comerciais (onde se destacam o complexo “Portas do Mar” em Ponta Delgada e o “Porto e Pipas” em Angra do Heroísmo), bem como as piscinas de São Pedro em Ponta Delgada.

No ano de 2017 há a registar como facto relevante os máximos históricos atingidos em algumas das infraestruturas afetas à náutica de recreio, como é o caso dos portos da Horta, Angra do Heroísmo, Velas e Vila do Porto no que respeita ao número de escalas. No que concerne ao número de tripulantes, registou-se um máximo histórico na generalidade dos portos, com exceção do porto de recreio náutico das Lajes das Flores.

Na próxima secção procede-se à apresentação de informação detalhada da atividade de gestão das infraestruturas afetas à náutica de recreio.

3.3.1. Náutica de recreio

3.3.1.1. Embarcações não locais

As infraestruturas afetas à náutica de recreio no arquipélago dos Açores constituem um elemento de apoio essencial à navegação no Atlântico Norte, entre os continentes americano e europeu. No que diz respeito às infraestruturas sob gestão da empresa Portos dos Açores, que correspondem praticamente à totalidade de tais infraestruturas, destaque muito particular para a marina da Horta, que constitui uma referência a nível internacional, com níveis de ocupação durante a época alta amplamente superiores a 100 por cento.

Tabela 31: Movimento de embarcações de recreio não locais

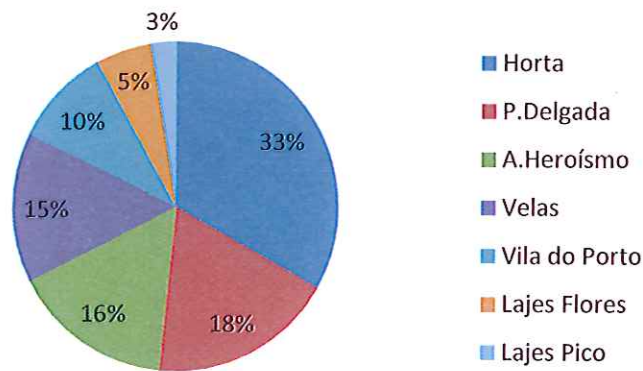
Portos de recreio	Ilhas	2017	2016	Var. %
Horta	Faial	1.334	1.303	2,38%
Ponta Delgada	São Miguel	745	673	10,70%
Angra do Heroísmo	Terceira	640	569	12,48%
Velas	São Jorge	591	523	13,00%
Vila do Porto	Santa Maria	395	328	20,43%
Lajes	Flores	219	204	7,35%
Lajes	Pico	104	110	-5,45%
Total		4.028	3.710	8,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A Portos dos Açores é responsável pela gestão de sete infraestruturas. Ao longo do ano de 2017 atingiu-se um total de 4.028 escalas de embarcações não locais, mais 8,57 por cento do que no ano imediatamente anterior.

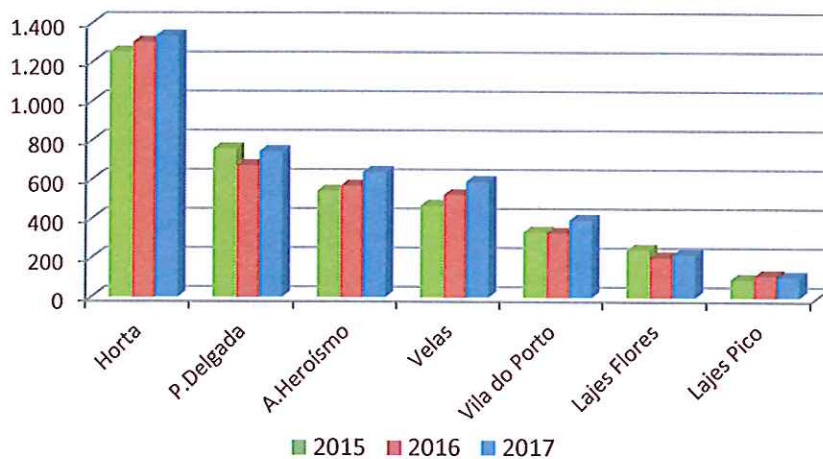
A principal infraestrutura situa-se no porto da Horta, ultrapassando as 1.300 escalas de embarcações não locais, o correspondente a 33,12 por cento do total de embarcações não locais entradas nas infraestruturas de recreio náutico sob jurisdição da Portos dos Açores. Seguem-se, em termos de número de entradas, as infraestruturas localizadas em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo. No conjunto, estas infraestruturas representam 67,5 por cento do total de entradas, o que revela a atractividade que os principais núcleos urbanos apresentam para a náutica de recreio, decorrente da maior disponibilidade de serviços e produtos para suprimento das necessidades dos tripulantes.

Figura 26: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2017



Em termos de crescimento do respetivo tráfego, os núcleos de recreio náutico de Vila do Porto, com um crescimento de 20,43 por cento, e das Velas, com um incremento de 13 por cento, apresentam-se como as infraestruturas mais dinâmicas em 2017, com taxas de crescimento superiores às observadas nas principais infraestruturas. Este fenómeno revela-se consistente no tempo, permitindo perceber que a dinâmica criada ao nível da náutica de recreio nos Açores reside, em grande medida, de um número substancial de infraestruturas que permite a realização por parte das embarcações visitantes de um circuito mais prolongado.

Figura 27: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio



Neste quadro, a infraestrutura com menor atractividade é a das Lajes do Pico, por se situar fora da rota da maioria das embarcações, obrigando a um maior número de milhas navegadas. Em 2017 foram atingidas 104 escalas de embarcações não locais, um registo não muito diferente dos registados nos últimos anos.

Tabela 32: Classes das embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	Classes das embarcações					
		I a III		IV a VI		> VI	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Horta	Faial	7,20%	8,76%	77,51%	73,73%	15,29%	17,51%
Ponta Delgada	São Miguel	9,13%	9,06%	83,49%	79,20%	7,38%	11,74%
Angra do Heroísmo	Terceira	14,06%	11,95%	81,88%	83,48%	4,06%	4,57%
Velas	São Jorge	10,32%	11,85%	86,29%	85,28%	3,38%	2,87%
Vila do Porto	Santa Maria	12,91%	13,72%	83,29%	82,01%	3,80%	4,27%
Lajes das Flores	Flores	14,16%	13,73%	79,91%	82,35%	5,94%	3,92%
Lajes do Pico	Pico	12,50%	23,53%	87,50%	75,63%	0,00%	0,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Outro caso relativamente distinto do das restantes infraestruturas é o das Lajes das Flores, cuja atractividade resulta sobretudo do facto de ser o primeiro porto de abrigo nas viagens com origem nas Caraíbas e com destino à Europa. Contudo, tal atractividade não tem conseguido consolidar-se no tempo, porquanto o valor de 2013, em que se observara um total de 278 escalas não mais foi atingido. Em 2017 registou-se um total de 104 escalas, o que significa uma quebra de 5,45 por cento face ao número de escalas de 2016.

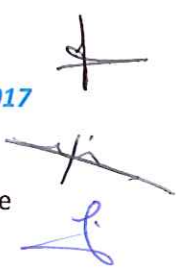
Relativamente ao perfil de embarcações, as embarcações das classes IV a VI são as que predominam na generalidade das infraestruturas de recreio náutico. Apenas no caso da Horta observa-se um maior peso relativo das embarcações de maior dimensão, ou seja, superior à classe VI, que atingiu em 2017 um peso relativo de 15,29 por cento. Em todos os restantes casos, o peso de tais classes nunca atinge os 10 por cento.

Tabela 33: Nacionalidade das embarcações não locais

Nacionalidades	2017	2016	Var. %
França	1.022	966	5,80%
Portugal	789	691	14,18%
Benelux	470	471	-0,21%
Reino Unido	433	468	-7,48%
Alemanha	351	287	22,30%
América Norte	294	184	59,78%
Países nórdicos	163	164	-0,61%
Restantes	506	479	5,64%
Total	4.028	3.710	8,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito à nacionalidade das embarcações, predominam de forma muito nítida, as embarcações de nacionalidade francesa, que representam 25,37 por cento do total de embarcações não locais. Seguem-se as embarcações de nacionalidade portuguesa com quase 20 por cento do



total. No conjunto, as nacionalidades europeias representam mais de 80 por cento do total de embarcações de recreio não locais com escala nos Açores.

3.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais

O número de tripulantes de embarcações de recreio não locais cifrou-se, em 2017, em 16.820 tripulantes, o que constitui um máximo histórico, atendendo a que nunca se havia ultrapassado a fasquia dos 16 mil tripulantes. Este número representa um acréscimo significativo, aproximadamente da mesma ordem de grandeza que a observada na variação do número de embarcações não locais.

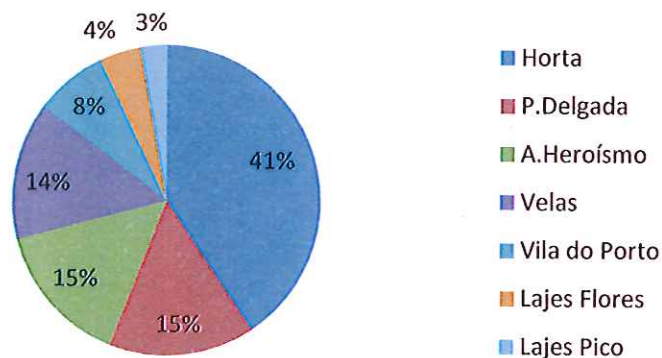
Tabela 34: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2017	2016	Var.%
Horta	Faial	6.823	6.655	2,52%
Ponta Delgada	São Miguel	2.583	2.424	6,56%
Angra do Heroísmo	Terceira	2.523	2.222	13,55%
Velas	São Jorge	2.423	2.076	16,71%
Vila do Porto	Santa Maria	1.283	1.023	25,42%
Lajes	Flores	709	669	5,98%
Lajes	Pico	476	389	22,37%
Total		16.820	15.458	8,81%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.




A marina da Horta, com mais de 6.800 tripulantes, o equivalente a 40,56 por cento do total de tripulantes é o porto de recreio mais visitado do arquipélago. Seguem-se, tal como observado no número de escalas, os portos de recreio de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Estas três infraestruturas representam, no conjunto, 70,92 por cento dos tripulantes das embarcações de recreio não locais.

Figura 28: Tripulantes de embarcações de recreio não locais em 2017



Em termos das principais variações, de destacar as registadas em Vila do Porto (crescimento de 25,42 por cento), Lajes do Pico (22,37 por cento), Velas (16,71 por cento) e Angra do Heroísmo (13,55 por cento).

O número médio de tripulantes por embarcação cifrou-se, em 2017, em 4,18 tripulantes por embarcação, uma décima mais do que a média registada em 2016. Trata-se do segundo ano consecutivo em que há registo de uma média superior a quatro tripulantes por embarcação.



4. Recursos humanos

4.1. Enquadramento

Na sequência do despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional do Turismo e Transportes de 23 de agosto de 2016, o período de restrições impostas pelas sucessivas Leis de Orçamento do Estado, que se expressaram ao nível da redução parcial das remunerações totais íliquidas mensais e ao nível proibição das valorizações remuneratórias dos trabalhadores das empresas públicas terminou ainda em 2016. No referido despacho, foi autorizada a prática de atos que consubstanciam valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nos termos e nas condições do despacho conjunto da Ministração do Mar e do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016. Com efeito, e com reflexos evidentes ao nível da massa salarial, ao longo do ano de 2017 foram retomados os atos referidos acima, como sejam as progressões de carreira (com base na avaliação do desempenho), a atribuição de diuturnidades e a atribuição de outras remunerações (por exemplo, a atribuição de diferencial remuneratório). Deste modo, o ano de 2017 é o primeiro em que se regista o efeito integral desta alteração.

No âmbito das relações laborais, o ano também ficou marcado pela celebração de um acordo em 13 de fevereiro entre o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias e a Portos dos Açores, no qual ficaram assentes novos procedimentos e clarificadas algumas matérias relacionadas com a organização e contabilização de tempos de trabalho, principalmente do pessoal embarcado, entre outras.

Outro aspeto a considerar prende-se com o facto do Conselho de Administração da Portos dos Açores ter determinado que as nomeações das comissões de serviço do pessoal em cargo de direção e chefia deveriam verificar-se integralmente na mesma data. Neste sentido, na sua reunião de 21 de agosto de 2017, o Conselho de Administração deliberou, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 14º do Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 421/99, de 21 de Dezembro, dar por finda todas as nomeações em comissão de serviço, procedendo-se a novas nomeações com efeitos a 1 de outubro de 2017.

Por último, será de mencionar a consolidação em 2017 da plataforma eletrónica denominada 'GEPa', desenvolvida internamente e destinada à gestão das escalas de pessoal operacional da empresa. Esta plataforma foi implementada em finais de 2016, tendo sido testada nos primeiros meses de 2017 até ao seu arranque formal em julho daquele ano.



4.2. Estrutura do efetivo

O exercício de 2017 apresenta algumas alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a entrada de 16 novos trabalhadores (incluindo quatro trabalhadoras) e a saída de 12 trabalhadores (incluindo cinco trabalhadoras). No que respeita às saídas, há a considerar nove saídas por cessação de contrato a termo, sendo quatro trabalhadores e cinco trabalhadoras, para além de uma saída por aposentação (do sexo masculino) e dois trabalhadores do sexo masculino falecidos.

Associado sobretudo a atividades sazonais desenvolvidas pela empresa, nomeadamente na exploração de piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada, será também de referir o recurso à contratação a termo por períodos de curta duração e também o recurso ao trabalho temporário. Para o efeito, em 2017 procedeu-se ao recurso de nove trabalhadores (quatro trabalhadoras e cinco trabalhadores), adstritos à náutica de recreio às piscinas de São Pedro.

Quanto às restantes contratações registadas em 2017, foram na sua totalidade para reforço das áreas operacionais, nomeadamente para a área de manutenção, segurança, marítima, entre outras.

Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída de pessoal, observa-se um aumento do efetivo médio de 1,68 por cento em 2017, com 239 trabalhadores e 40 trabalhadoras ao serviço no final do ano.

Tabela 35: Efetivo médio em 31 de dezembro

Efetivo médio	2017	2016	Var.%
Masculino	239	235	1,70%
Feminino	40	39	1,52%
Total	279	274	1,68%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A estrutura dos recursos humanos em funções é composta por vários tipos de vínculo, sendo particularmente relevante o volume de pessoal efetivo, com um decréscimo de 1,21 por cento e um peso relativo de 88,41 por cento (90,15 por cento em 2016) face ao efetivo total, num total de 244 trabalhadores (208 trabalhadores e 36 trabalhadoras). Constata-se, portanto, e não obstante as alterações na estrutura do efetivo reportadas acima, uma estabilidade considerável ao nível da estrutura de Recursos humanos da empresa.

O pessoal contratado registou um aumento relativamente mais acentuado, na sequência do número de admissões que houve necessidade de efetuar.

Tabela 36: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoal efetivo	208	36	244	210	37	247	-0,95%	-2,70%	-1,21%
Pessoal requisitado	5	0	5	5	0	5	0,00%	-%	0,00%
Pessoal contratado	24	3	27	20	2	22	20,00%	50,00%	22,73%
Total	237	39	276	235	39	274	0,85%	0,00%	0,73%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente à divisão dos Recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se uma assinalável preponderância de pessoal do sexo masculino, adstrito a áreas operacionais, que representava, no final de 2017, 71,01 por cento do efetivo.

Tabela 37: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2017

Descrição	DGPSM	DGPTO	DGPTG	Áreas de Suporte	Total
Masculino	85	60	51	41	237
Feminino	3	5	2	29	39
	88	65	53	70	276

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já nas áreas de suporte, há a registar um maior equilíbrio relativo entre géneros, sendo que 41,43 por cento é do sexo feminino. Ou seja, o efetivo feminino está muito concentrado (74,36 por cento) nas áreas de suporte, apresentando uma percentagem residual nas áreas operacionais.

Tabela 38: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho

Horário praticado	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Horário normal fixo	48	24	72	43	24	67	11,63%	0,00%	7,46%
Isenção de horário de trabalho	189	15	204	192	15	207	-1,56%	0,00%	-1,45%
Total	237	39	276	235	39	274	0,85%	0,00%	0,73%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem apenas dois tipos de horários a considerar: o horário normal e a isenção de horário de trabalho. Este último regime é sobretudo aplicável nas áreas operacionais e em cargos de chefia. O peso relativo do efetivo afeto ao regime de isenção de horário é muito assinalável, embora com um ligeiro decréscimo em 2017 face a 2016, de 75,55 por cento para 73,91 por cento do efetivo total.

4.3. Níveis etários do efetivo

Tabela 39: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

Escalões etários	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 24 anos	3	0	3	4	1	5	-25,00%	-100,00%	-40,00%
De 25 a 29 anos	10	5	15	11	5	16	-9,09%	0,00%	-6,25%
De 30 a 34 anos	31	3	34	31	2	33	0,00%	50,00%	3,03%
De 35 a 39 anos	36	3	39	35	4	39	2,86%	-25,00%	0,00%
De 40 a 44 anos	22	5	27	23	6	29	-4,35%	-16,67%	-6,90%
De 45 a 49 anos	31	9	40	28	7	35	10,71%	28,57%	14,29%
De 50 a 54 anos	41	2	43	48	4	52	-14,58%	-50,00%	-17,31%
De 55 a 59 anos	34	7	41	31	6	37	9,68%	16,67%	10,81%
60 ou mais anos	29	5	34	24	4	28	20,83%	25,00%	21,43%
Total	237	39	276	235	39	274	0,85%	0,00%	0,73%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A 31 de dezembro de 2017 a distribuição por escalões etários do efetivo é a que consta da tabela abaixo. Constata-se uma relativa preponderância dos recursos humanos nos escalões etários mais

[Handwritten signatures and initials]

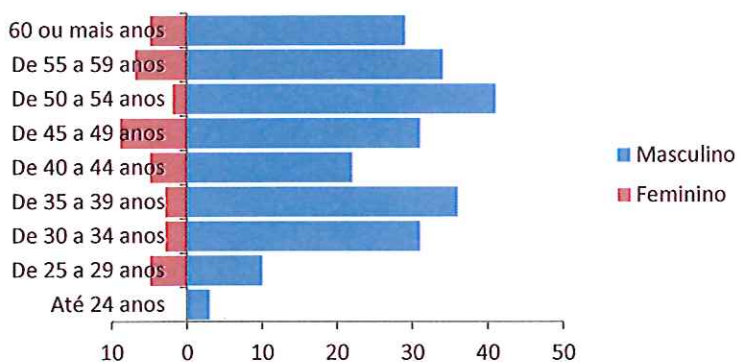
elevados, sendo que os recursos humanos com 45 ou mais anos de idade correspondem a 57,25 por cento do total do efetivo (55,47 por cento em 2016).

Face ao ano anterior observam-se algumas variações, com destaque para o aumento do escalão de maior idade, ou seja, 60 ou mais anos, correspondente a 21,43 por cento, no escalão relativo ao intervalo entre os 45 e os 49 anos de idade, em que a variação foi de 14,29 por cento ou ainda no escalão correspondente ao intervalo entre os 55 e 59 anos, cuja variação atingiu os 10,81 por cento.

Relativamente a diminuição de valores, será de referir, pelo volume de recursos humanos, a quebra registada no escalão compreendido entre os 50 e os 54 anos de idade, correspondente a -17,31 por cento.

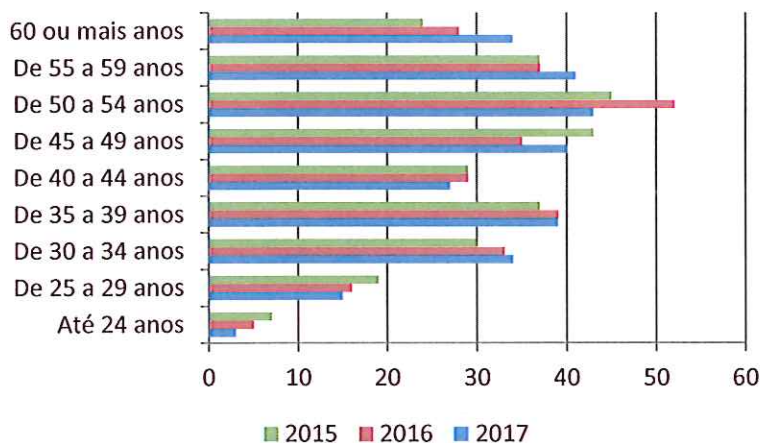
Numa análise por sexo, constata-se uma maior preponderância dos recursos humanos do sexo feminino no escalão entre os 45 e 49 anos de idade, que representa 23,08 por cento do efetivo total do sexo feminino. O maior escalão etário do sexo masculino é o que compreende os trabalhadores entre os 50 e 54 anos de idade e que atinge 17,30 por cento do efetivo masculino.


Figura 29: Escalões etários do efetivo por género em 2017



No cômputo dos últimos três exercícios, ou seja entre 2015 e 2017, constata-se um crescimento mais acentuado no tempo dos escalões etários mais elevados, enquanto nos escalões etários de menor idade observa-se uma relativa estacionariedade.

Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2015 e 2017





Da análise da situação poder-se-á constatar que, ao longo dos próximos anos, continuar-se-á a assistir a um número relativamente contínuo de aposentações, seja de forma antecipada como também por limite de idade. O Departamento de recursos humanos está atento ao fenómeno em apreço e às necessidades pontuais de substituição do efetivo, de modo a proceder à substituição das saídas que se registarão ao longo do tempo.

4.4. Níveis de antiguidade do efetivo

Há uma relação direta entre a preponderância dos recursos humanos em escalões etários mais elevados e a antiguidade dos recursos humanos na Portos dos Açores. De facto, quase 50 por cento dos recursos enquadram-se no último dos escalões de antiguidade. Em 2017 o peso relativo de tais trabalhadores era de 47,83 por cento, contra um peso relativo de 48,18 por cento em 2016. Este peso relativo tem vindo a diminuir ao longo do tempo, sendo que em 2011 o mesmo escalão representava 53,07 por cento do conjunto dos recursos humanos da empresa.

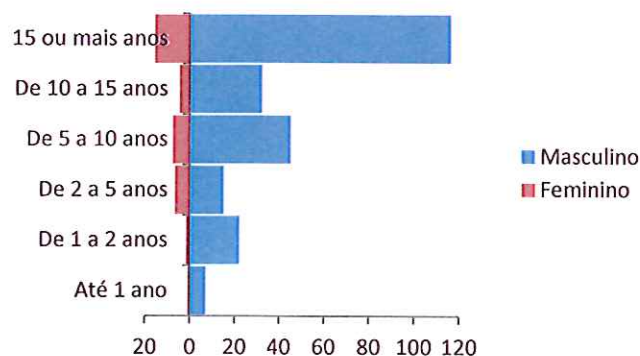
Tabela 40: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

Antiguidade	2017			2016			Var. %		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 1 ano	7	1	8	7	1	8	0,00%	0,00%	0,00%
De 1 a 2 anos	22	2	24	16	2	18	37,50%	0,00%	33,33%
De 2 a 5 anos	15	7	22	27	5	32	-44,44%	40,00%	-31,25%
De 5 a 10 anos	45	8	53	41	8	49	9,76%	0,00%	8,16%
De 10 a 15 anos	32	5	37	33	2	35	-3,03%	150,00%	5,71%
15 ou mais anos	116	16	132	111	21	132	4,50%	-23,81%	0,00%
Total	237	39	276	235	39	274	0,85%	0,00%	0,73%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Neste contexto, o rejuvenescimento do quadro de pessoal é um fenómeno importante e perceptível através da leitura da tabela acima, sendo particularmente evidente no que diz respeito aos elementos com antiguidade entre 1 e 2 anos. Trata-se de uma consequência natural do processo de aposentações desencadeado por iniciativa da Administração da empresa Portos dos Açores sob a designação de “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária” e concluído em 2015.

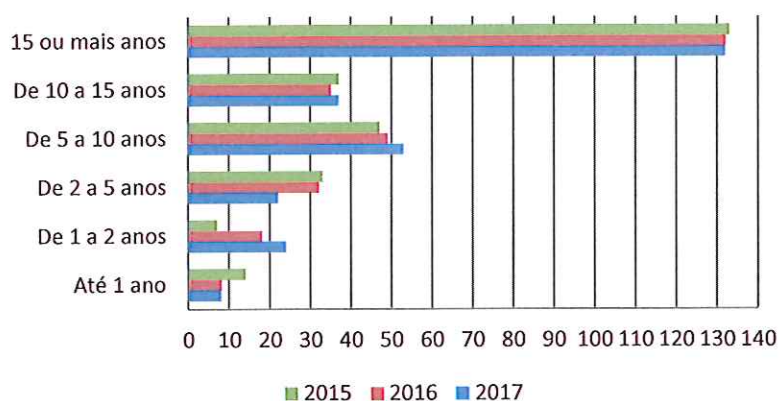
Figura 31: Antiguidade do efetivo por género em 2017



A antiguidade média situou-se, em 2017, nos 18 anos, mais propriamente 17,57 anos, valor ligeiramente acima do registado em 2016. Entre 2016 e 2015 observara-se uma antiguidade média idêntica, resultado do efeito conjunto gerado pelo programa de apoio às aposentações implementado e pela contratação de novos recursos.

Já em 2017, o efeito das aposentações foi bastante menor, levando a um aumento da antiguidade média. Os recursos humanos do sexo feminino registam uma antiguidade relativamente menor do que a média de ambos os sexos, da ordem dos 16 anos, muito por via da menor proporção de recursos humanos do sexo feminino com uma antiguidade igual ou superior a 15 anos face aos recursos humanos do sexo masculino (41,03 por cento no sexo feminino e 48,95 por cento no sexo masculino).

Figura 32: Antiguidade do efetivo entre 2015 e 2017



4.5. Níveis de escolaridade do efetivo

Relativamente à escolaridade do efetivo, constata-se um acréscimo mais acentuado em termos dos recursos humanos com escolaridade ao nível do ensino secundário, prosseguindo-se a tendência de redução do peso relativo dos níveis de escolaridade mais baixos.

Tabela 41: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

Escolaridade	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1.º ciclo do ensino básico	29	4	33	30	4	34	-3,33%	0,00%	-2,94%
2.º ciclo do ensino básico	31	1	32	33	1	34	-6,06%	0,00%	-5,88%
3.º ciclo do ensino básico	67	8	75	67	8	75	0,00%	0,00%	0,00%
Ensino secundário	63	15	78	58	14	72	8,62%	7,14%	8,33%
Ens. superior universitário	47	11	58	47	12	59	0,00%	-8,33%	-1,69%
Total	237	39	276	235	39	274	0,85%	0,00%	0,73%

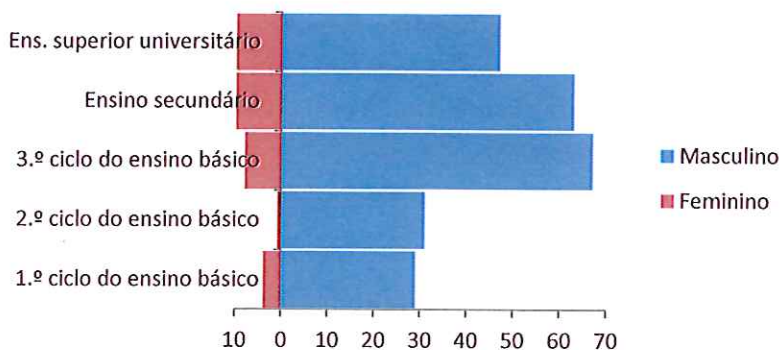
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A crescente prevalência dos recursos com um nível de escolaridade mais elevado do que anteriormente poderá não ser particularmente visível na estrita comparação entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, constata-se que em 2017 existe uma

proporção bastante menor nos níveis de habilitações mais reduzidos, com uma quebra de 15 pontos percentuais do conjunto dos dois níveis mais baixos de escolaridade entre estes dois anos.



Figura 33: Escolaridade do efetivo por género em 2017



4.6. Sinistralidade

No ano de 2017 o número de acidentes ocorrido foi idêntico ao observado em 2016, com 18 acidentes. Deste número de acidentes resultaram nove baixas, um aumento acentuado face ao número observado em 2016. Atendendo ao nível atingido em termos de índice de gravidade, o número de dias de baixa duplicou quando comparado com o ano anterior.

Tabela 42: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total de acidentes	18	0	18	18	0	18	0,00%	-%	0,00%
Total de acidentes com baixa	9	0	9	6	0	6	50,00%	-%	50,00%
Total de dias de baixa	281	0	281	141	0	141	99,29%	-%	99,29%
Índice de frequência	34,59	0,00	34,59	35,49	0,00	35,49	-2,54%	-%	-2,54%
Índice de gravidade	0,54	0,00	0,54	0,25	0,00	0,25	1,16	-%	116,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De acordo com a tabela classificativa emitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2017 o desempenho da empresa foi “Bom” no que respeita ao índice de frequência e de “Bom” no que concerne ao índice de gravidade. Quando comparado com os valores do ano anterior, observa-se que o índice de gravidade situava-se na classificação de “Muito Bom”. Significa isto que o absentismo por acidente de trabalho (número de dias perdidos) aumentou significativamente em 2017.

Os meses ondem ocorreram mais acidentes de trabalho foram os meses de março, abril e novembro com três acidentes em cada. Os dias de semana com maior incidência no número de acidentes de trabalho são a terça-feira, quarta-feira e sábado.

Em termos geográficos, os acidentes ocorreram em maior número na área da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com 10 registos em 2017, menos três que em 2016. Já na Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO) registou-se um aumento extremamente anormal em termos de número de acidentes, com quatro acidentes em 2017 e zero

em 2016. Embora com menor número, a Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG) registou três acidentes em 2017, uma diminuição de dois face ao observado em 2016, ano em que se haviam registado cinco acidentes.

Tabela 43: Acidentes por Direção-Geral

Direções-Gerais	2017			2016			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
DGPSM	10	0	10	13	0	13	-23,08%	-%	-23,08%
DGPTG	3	0	3	5	0	5	-40,00%	-%	-40,00%
DGPTO	5	0	5	0	0	0	-%	-%	-%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A grande maioria dos acidentes, ou seja 14, ocorreu nos Departamentos de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos das várias Direções-Gerais, área em que se registam sistematicamente a grande maioria dos acidentes. A média anual nos últimos quatro anos aponta para um valor de 12 acidentes anuais nestes Departamentos.

Segue-se, em termos de frequência, os acidentes envolvendo o Departamento de Operações Portuárias, com uma média anual nos últimos quatro anos de cinco acidentes anuais.

4.7. Formação

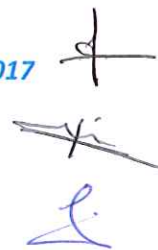
No âmbito desta importante área de recursos humanos, foram realizadas diversas ações de formação. De entre vários domínios do saber, as ações cobriram sobretudo a área de Higiene e Segurança no Trabalho, com 23 ações realizadas entre as quais a formação inicial e de reciclagem sobre Primeiros Socorros e Prevenção e combate a Incêndios que decorreu em várias ilhas, e a área de Gestão e Administração com 10 ações ministradas, destacando-se as ações decorrentes de alterações legais como foi o caso da Revisão do Código da Contratação Pública e o Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Tabela 44: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2017			2016			Var.%		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Formandos	N.º	358	51	409	222	45	267	61,26%	13,33%	53,18%
Volume de formação	N.º horas	1.923	265	2.188	2.369	268	2.637	-18,83%	-0,93%	-17,01%
Formação por colaborador	N.º horas	5,4	5	11	10,6	6	17	-49,15%	-12,46%	-35,94%
Custo horário por formando	Euros	37,46	263	300	92,27	455	547	-59,40%	-42,23%	-45,12%
Custo horário por formação	Euros	6,97	50,61	57,58	8,65	76,57	85,22	-19,42%	-33,90%	-32,43%

* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



5. Estrutura organizativa e política de gestão




5.1. Estrutura organizativa e órgãos sociais

5.1.1. Composição dos órgãos sociais




Órgãos de Governo

A gestão da Portos dos Açores é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados em 27 de julho de 2015 para o período 2015-2017, e cuja composição a 31 de dezembro de 2017 era a seguinte:




Assembleia Geral

-  Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
-  Secretário: Eng.º João Paulo Carreira Mendes
-  Membro da Mesa Suplente: Sr. Humberto Manuel Pereira Goulart


Conselho de Administração

-  Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento
-  Vogal: Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas
-  Vogal: Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva

Conselho Fiscal

-  Presidente: Dr. Duarte Félix Tavares Giesta
-  Vogal: Dra. Maria João Cordeiro Rodrigues
-  Vogal: Dra. Vera Silva Amaro

Revisor Oficial de Contas

-  UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

5.1.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O estatuto remuneratório fixado é o seguinte:



Mesa da Assembleia Geral

Os membros da mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções a título gratuito.

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de €3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho, no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 800,00, com o limite anual de doze;

Vogal: Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos da Terceira e da Graciosa, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze;

Vogal: Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva, remunerado pelo exercício de funções de diretor-geral dos Portos dos Portos de São Miguel e Santa Maria, conforme previsto no n.º 4 do artigo 11.º dos Estatutos, no montante de € 3.105,80, correspondente ao nível I da tabela salarial de chefias do Estatuto do Pessoal dos Trabalhadores Portuários (EPAP) criada pela Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, no seguimento do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de Outubro, acrescida da remuneração correspondente à aplicação do regime de isenção de horário de trabalho no valor de € 1.087,03, correspondente a 35 por cento sobre a referida remuneração base, bem como de senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração no montante de € 400,00, com o limite anual de doze.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal auferiu no ano de 2017 um total de 11.200,00 €.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas usufruiu uma remuneração anual correspondente a 11.450,40 €.



5.1.3. Informação relativa aos membros do órgão de gestão e administração

5.1.3.1. Competências dos membros do órgão de gestão e administração

As competências dos membros do Conselho da Portos dos Açores na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

- ✎ **Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:** Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- ✎ **Vogal Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas:** Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Auditoria, Interna e Qualidade”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho” e “Financeiro”;
- ✎ **Vogal Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva:** Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos” e “Sistemas de Informação e Comunicações” e “Manutenção e Logística”.




5.1.3.2. Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração










Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da Portos dos Açores, à data de 31 de dezembro de 2017:










- ✎ **Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - ✎ Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
 - ✎ Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - ✎ Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - ✎ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - ✎ Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - ✎ Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - ✎ Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;











-  Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
-  Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009;
-  Presidente do Conselho de Administração da PA desde 2011.


-  **Vogal:** Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas
 -  Licenciado em Engenharia Civil, Ramo de Estruturas e Construção, pelo Instituto Superior Técnico;
 -  Conclusão de parte curricular do Master Business Administration (MBA) em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa;
 -  Avaliação de imóveis para diversas instituições desde 2003;
 -  Coordenação e Direcção de obras na Somague Ediçor Engenharia, S.A. entre 2000 e 2015;
 -  Vice-Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores entre 2015 e 2016;
 -  Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2016;
 -  Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2016;
 -  Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2016.

-  **Vogal:** Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva
 -  Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Ramo Energia e Sistemas, pelo Instituto Superior Técnico;
 -  Técnico Superior na Colombogest, SONAE Imobiliária, entre 1999 e 2001;
 -  Coordenação e Gestão de obras na Monofásica, S.A. entre 2001 e 2003;
 -  Diretor do Departamento de Energia na IEI – Instalações Elétricas Industriais, Lda., entre 2003 e 2008;
 -  Diretor de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos e infraestruturas dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
 -  Diretor de Operações Portuárias dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
 -  Vogal do Conselho de Administração da PA desde julho de 2015;
 -  Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde agosto de 2015;

5.1.3.3. Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

-  **Presidente:** Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:
 -  Presidente da Assembleia Geral da OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.;
 -  Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.

-  **Vogal:** Eng.º João Manuel Enes Garcia de Vargas:
 -  Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;
 -  Vogal da Direcção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.






☒ **Vogal:** Eng.º Pedro Miguel Rodrigues da Silva:

☒ Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.

5.1.3.4. Número de reuniões do órgão de gestão e administração e matérias versadas

O Conselho de Administração no decorrer do ano de 2017 reuniu 54 vezes tendo como principais deliberações os pontos seguintes:

- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de execução de estudos geológicos e geotécnicos no porto da Praia da Vitória – Adjudicação;
- ☒ Ajuste direto simplificado para a empreitada de instalação de cabeços de amarração no Terminal de passageiros da Madalena, na ilha do Pico – Remessa do processo para adjudicação;
- ☒ Ajuste direto simplificado para a empreitada de instalação de cabeços de amarração no Terminal de passageiros da Horta, na ilha do Faial – Remessa do processo para adjudicação;
- ☒ Concurso público para a empreitada de instalação de cabeços de amarração no Terminal de passageiros de São Roque, na ilha do Pico;
- ☒ Concurso Público para a adjudicação de prestação de serviços de reparação e docagem do rebocador Pêro de Teive;
- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de apresentação de soluções para mitigar a concentração de arrojamentos de algas no porto da Madalena, na ilha do Pico. Decisão de contratar e abertura do procedimento;
- ☒ Concurso Público da Empreitada de Aumento do Terrapleno do porto das Velas, ilha do São Jorge. Adjudicação;
- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de elaboração de estudo de viabilidade económica e financeira e apoio na candidatura ao POCI do investimento requalificação do porto da Praia da Vitória, ilha Terceira. Adjudicação;
- ☒ Ajuste direto para aquisição da prestação de serviços de reparação, com fornecimento de peças, da Grua MGP-0100 GOTWALD, localizada no porto da Praia da Vitória. Adjudicação;
- ☒ Concurso Público – Empreitada de reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no Molhe Cais do porto da Madalena, ilha do Pico. Adjudicação;
- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de desenvolvimento de sistema de previsão e alerta e gestão de riscos causados pela agitação marítima- HIDRALERTA, nos portos de São Roque e Madalena da ilha do Pico e garantia da funcionalidade e operacionalidade do sistema atualmente implementado no porto da Praia da Vitória na ilha Terceira. Decisão de contratar e abertura do procedimento;
- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de estudo, desenvolvimento e elaboração do processo de concessão do porto da Praia da Vitória;

- ☒ Comissões de serviço dos trabalhadores da PA. Renovações;
- ☒ Aquisição de equipamentos previstos nas candidaturas aprovadas no âmbito do COMPETE 2020;
- ☒ Procedimento para ajuste direto com consulta a 1 empresa para serviços de planeamento, coordenação e fiscalização da empreitada de construção do aumento do terraplano do porto das Velas, ilha de São Jorge;
- ☒ Concurso público para a prestação de serviços de vigilância e segurança preventiva das instalações da Portos dos Açores. Abertura do procedimento;
- ☒ Empreitada de construção civil no âmbito da melhoria da operacionalidade e da segurança do porto da Praia da Vitória, ilha Terceira. Abertura do procedimento;
- ☒ Regulamento Europeu de proteção de dados. Implementação;
- ☒ Revisão do regulamento de exploração dos portos;
- ☒ Aprovação do plano de saúde e segurança do porto de Ponta Delgada;
- ☒ Aprovação do Plano de reordenamento do porto da Praia da Vitória;
- ☒ Ajuste direto para prestação de serviços de elaboração de estudo de viabilidade económica e financeira e apoio na candidatura ao POCI do investimento requalificação do porto da Horta, ilha do Faial. Abertura do procedimento;
- ☒ Ajuste direto para aquisição de acessórios e consumíveis necessários para manutenção da rede de bóias ondógrafo. Abertura do procedimento.

5.1.4. Estrutura organizativa

5.1.4.1. Direções-Gerais

A estrutura organizativa da empresa Portos dos Açores é composta por três Direções-Gerais, nos termos do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto. Cada uma das três Direções-Gerais possui competências diretas sobre as respetivas infraestruturas portuárias e não portuárias, sendo dotada de autonomia e capacidade funcional necessárias à gestão e à garantia da operacionalidade e flexibilidade mais adequadas às especificidades dos respetivos portos, de acordo com o conteúdo no n.º 4 do artigo 13.º dos Estatutos da empresa.

As estruturas afetas a cada uma das Direções-Gerais e respetivas funções encontram-se divididas nos seguintes Departamentos e Gabinetes:

- ☒ **Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos**, encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; execução das atividades e planos de manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenação e execução das operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via Janela Única Portuária (JUP) e definição de escalas de serviço; garantia da integral operacionalidade de todas as infraestruturas;

apoio à execução de estudos e projetos, sobretudo na área de construção civil, e orientação e preparação de dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoio na fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, entre outras atividades;

- ❧ **Departamento de Operações Portuárias**, responsável pelo planeamento, controle e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do departamento; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados;
- ❧ **Gabinete de Operações Não Portuárias**, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoio na elaboração e execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.

5.1.4.2. Áreas transversais

Complementa a estrutura das Direções-Gerais apresentada na secção anterior uma estrutura organizativa com carácter transversal, vocacionada para a prossecução de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de carácter mais abrangente. Atualmente esta estrutura contempla os seguintes departamentos, indicando-se também as principais tarefas associadas a cada um:

- ❧ **Auditoria Interna e Qualidade**, cuja principal tarefa contempla a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade;
- ❧ **Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho**, com a tarefa primordial de coordenação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho;
- ❧ **Manutenção e Logística**, com responsabilidade de definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível da empresa, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- ❧ **Infraestruturas**, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- ❧ **Sistemas de Informação e Comunicações**, encarregue de coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- ❧ **Recursos Humanos**, que se divide em dois Gabinetes, a saber: Gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos; e Gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que

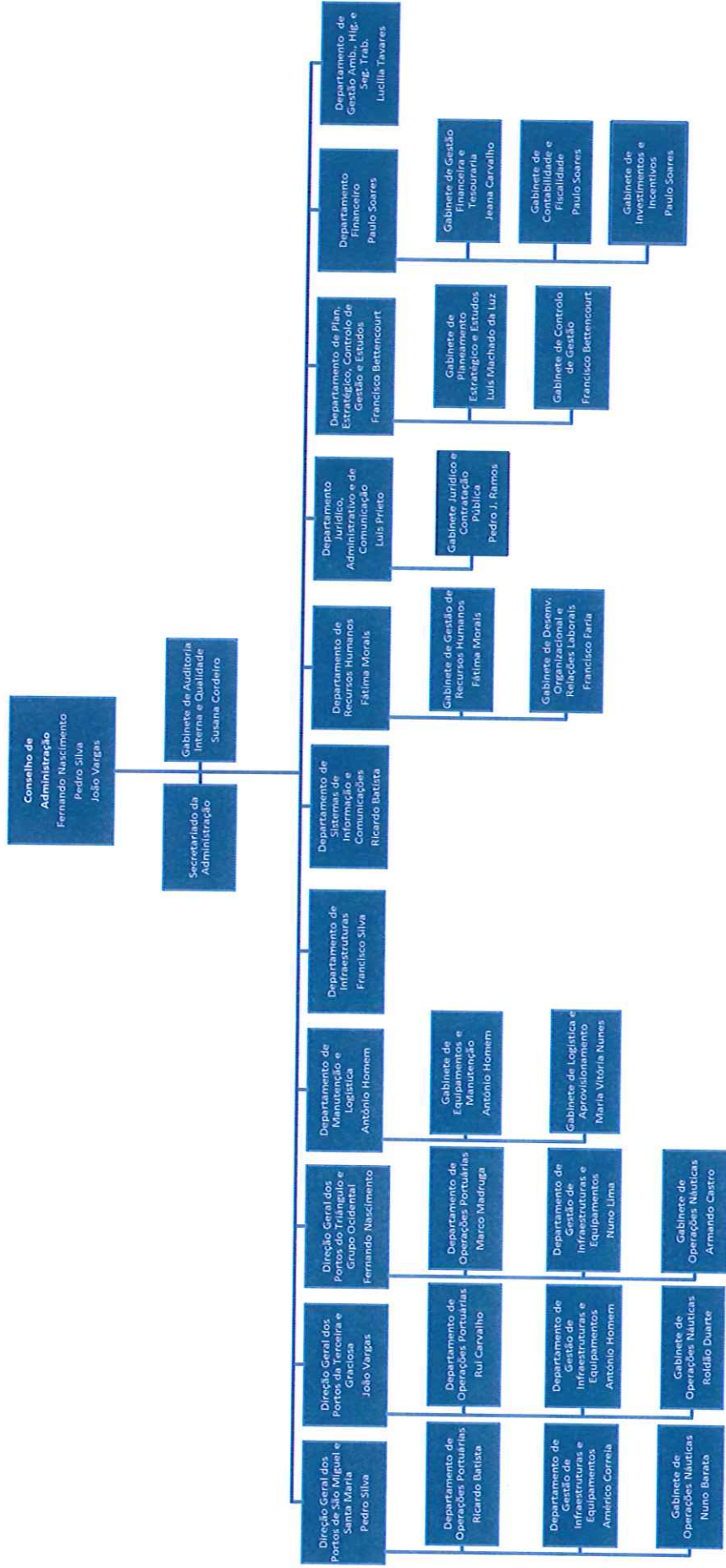


tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;

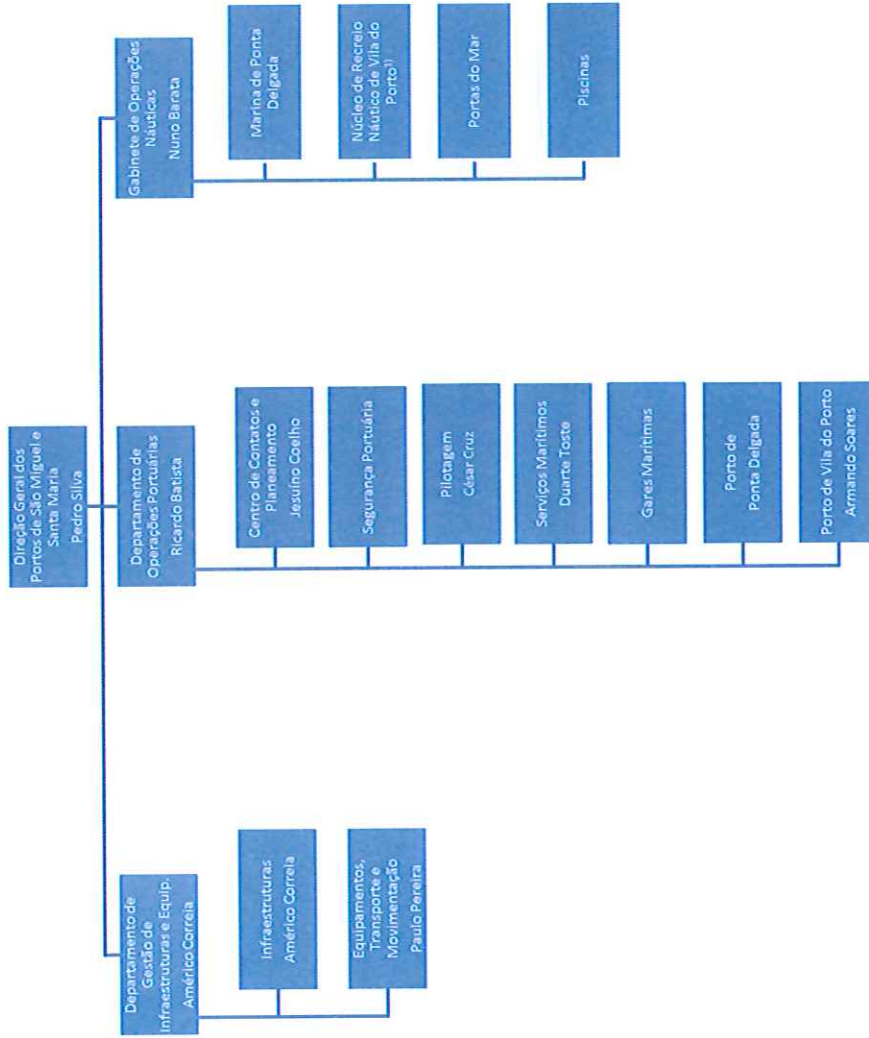
- ✚ **Jurídico, Administrativo e Comunicação**, com o objetivo de garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- ✚ **Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos**, que se divide em dois Gabinetes, a saber: Controle de Gestão, responsável pela elaboração e acompanhamento do Plano e Orçamento anuais; e Planeamento Estratégico e Estudos, ao qual cabe a elaboração e acompanhamento do Plano Estratégico, elaboração de estatísticas e a realização de estudos;
- ✚ **Financeiro**, responsável pela gestão económica e financeira da empresa, bem como a gestão de processos de candidatura a Fundos Comunitários.

Nas páginas seguintes são apresentados os organigramas em vigor na empresa em 31 de dezembro de 2017.

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A.

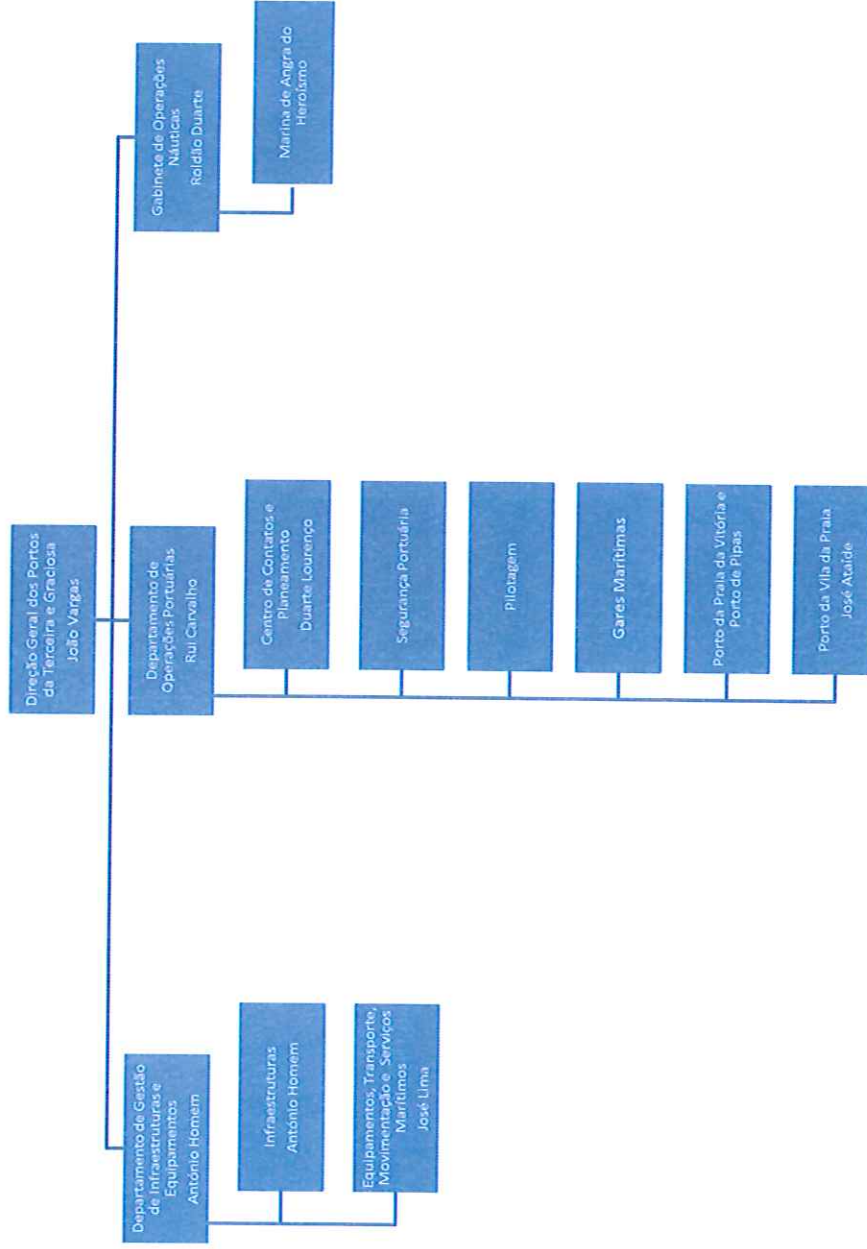


Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria

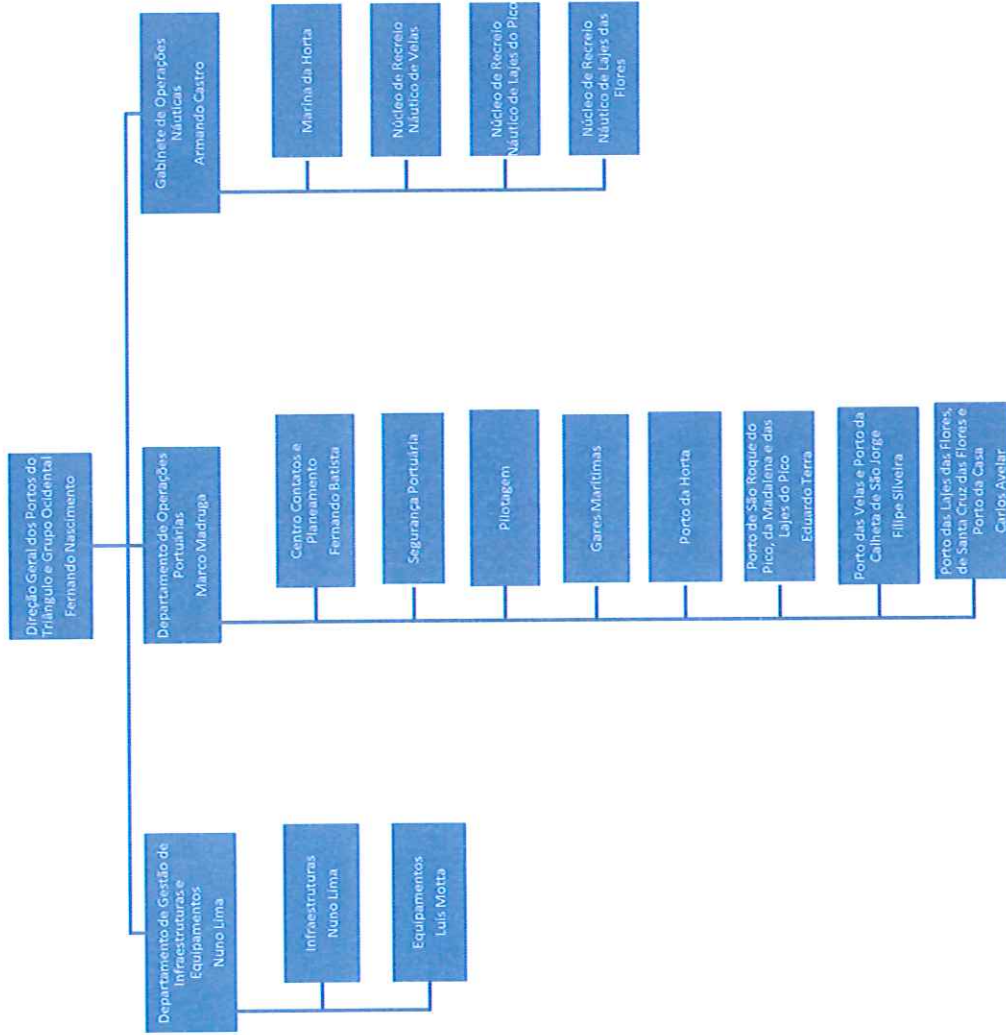


1) Núcleo Recreio Náutico em Vila do Porto reporta hierarquicamente ao diretor geral mantendo uma relação funcional com o Gabinete Operações Náuticas

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos da Terceira e Graciosa





Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental



5.2. Política de gestão


A Portos dos Açores concebeu, desenvolveu e implementou um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com os requisitos da norma internacional NP EN ISO 9001, estando certificada desde o ano de 2014 pela versão normativa de 2008. Durante o exercício de 2017 procedeu-se à renovação do respetivo certificado e efectuou-se a transição para a versão normativa de 2015.

No período de transição, a Portos dos Açores procedeu a uma análise do contexto em que opera de modo a identificar:

-  Situações externas e internas que possam influenciar a sua atividade e respetivo desempenho;
-  Novos requisitos das partes interessadas com impacto nos serviços prestados; e avaliação do âmbito do SGQ.

Consciente das exigências de um meio cada vez mais complexo, cumprir e satisfazer os requisitos, e ter em consideração as necessidades e expectativas futuras é um desafio que a Portos dos Açores liderada pelo Conselho de Administração, Macroestrutura e Pessoas procura atingir. A Portos dos Açores assume o comprometimento, orientação e responsabilização pela eficácia e eficiência da atividade.

Neste seguimento, a Portos dos Açores está certificada pela norma internacional NP EN ISO 9001:2015, para o seguinte âmbito:

-  **Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo.**

A Portos dos Açores adotou na sua gestão a abordagem de processos, que incorpora o ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act) e o pensamento baseado em risco. A figura abaixo identifica os processos e subprocessos, bem como, as suas interações de acordo com os requisitos normativos.

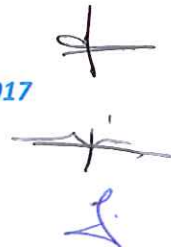
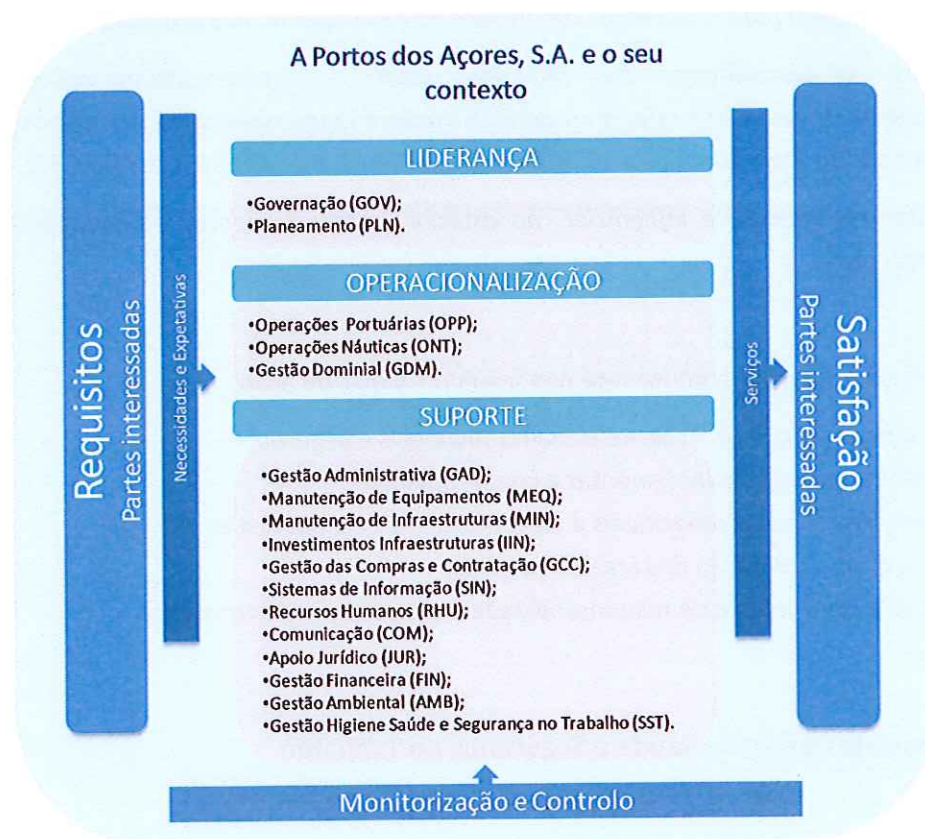


Figura 34: Mapa de processos para o Sistema de Gestão



Considerando os aspetos anteriores a Portos dos Açores definiu a seguinte **Política de Gestão**:

“O desenvolvimento, implementação e melhoria contínua do Sistema de Gestão da Portos dos Açores, SA é responsabilidade de todas as pessoas na organização e, em particular, das Chefias nas respetivas áreas de responsabilidade, sob a orientação e liderança da Administração, que assegura a disponibilização dos recursos necessários e assume os seguintes compromissos:

Compromisso com os clientes

A satisfação dos clientes com os nossos serviços é a medida exata do nosso desempenho e consequentemente do nosso sucesso.

Compromisso com as pessoas

Potenciar o capital humano, desenvolvendo continuamente as competências das pessoas.

Reforçar constantemente uma cultura de segurança e saúde no trabalho com e para as pessoas.

Compromisso com todos






Assegurar a definição, implementação e revisão periódica de uma estratégia de sustentabilidade.

Orientar a gestão para resultados, suportados no desempenho dos processos.

Assegurar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente os que se referem à administração e responsabilidade dos portos sob a sua jurisdição, bem como às atribuições e competências de Autoridade Portuária.

Fomentar no interior, e influenciar, no exterior, comportamentos ambientalmente responsáveis.”

Os compromissos assumidos traduzem-se nas seguintes linhas de ação:

-  Promover condições e locais de trabalho saudáveis e seguros;
-  Otimizar a operação e incrementar a competitividade;
-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Desenvolver a utilização das áreas Dominiais;
-  Promover uma cultura de responsabilidade e a motivação das pessoas.

5.3. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho

Após a implementação do Sistema da Qualidade ocorrida em 2014, a Portos dos Açores deu início em 2015 ao processo de implementação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SGSST). A sua implementação, para além do reconhecimento do seu bom funcionamento por parte de uma entidade externa, constitui um instrumento essencial no desenvolvimento e promoção de uma cultura de segurança proactiva, no sentido da melhoria contínua em matéria de Higiene, Saúde e Segurança na atividade portuária.

Em março de 2016, a Portos dos Açores obteve a certificação, segundo o referencial internacional OHSAS 18001:2007, para o SGSST no seguinte âmbito:

 “Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas Terceira e Graciosa”.

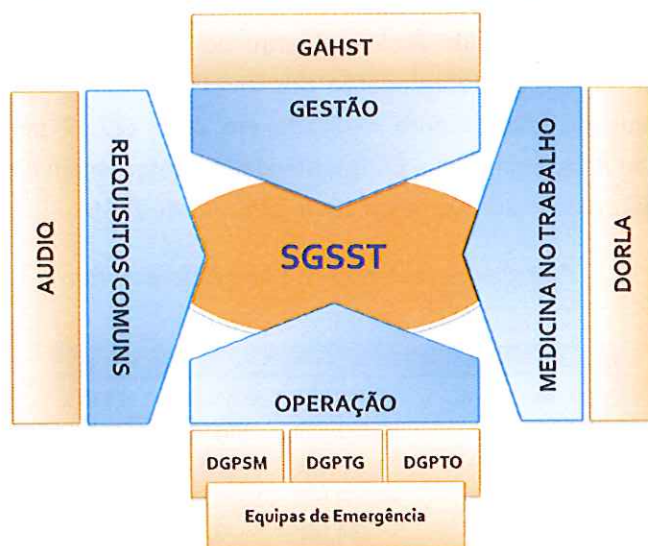
O SGSST tem elementos comuns ao SGQ. Este facto permite-nos considerar requisitos específicos de cada sistema e requisitos e práticas comuns de ambos os sistemas, de acordo com a figura que se apresenta a seguir.

Figura 35: Requisitos do SGQ e SGSST



Compete a todos a observância e cumprimento das práticas e procedimentos definidos no SGSST, contudo é importante salientar que o SGSST está suportado na macroestrutura funcional constante da figura abaixo.

Figura 36: Macroestrutura funcional que suporta o SGSST



O SGSST apresenta duas interligações verticais, sendo gerido pelo Departamento de Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho (GAHST) e operacionalizado pelos Técnicos de Segurança junto de cada uma das Direções Gerais da Portos dos Açores.

Horizontalmente o SGSST articula com o Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade (AUDIQ) para os requisitos comuns, e com o Gabinete de Desenvolvimento Organizacional e Relações Laborais (DORLA) que gere a prestação de serviços de medicina no trabalho, externa à Portos dos Açores.

6. Investimento

6.1. Introdução

A Portos dos Açores, no âmbito do Plano de Investimentos aprovado para o ano de 2017, desenvolveu um conjunto de projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a 22,2 milhões de euros o que, face aos 11,3 milhões de euros de investimento ao longo de 2016, representa um aumento muito significativo, equivalente a 96,61 por cento.

Face aos valores previsto na Revisão do Plano e Orçamento 2017-2019, que previa um total de investimento para o ano de 2017 correspondente a praticamente 35 milhões de euros, foi atingido um nível de execução global de 63,35 por cento.

De entre os projetos de investimento previstos no referido Plano e Orçamento, destacam-se pelo seu volume financeiro o da “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto de Velas”, que contribuiu para que, em termos de desagregação dos investimentos por ilha, a ilha de São Jorge registasse o maior volume de investimento realizado em 2017 (27,47 por cento do total). Este projeto foi candidatado ao Programa para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), tendo a respetiva candidatura sido aprovada em 18 de outubro de 2016.

Tabela 45: Investimento realizado por ilha

Ilha	Unidade: Euros		
	2017	2016	Var. %
São Jorge	6.089.992	7.916.144	-23,07%
São Miguel	6.021.843	338.467	1679%
Flores	4.333.643	452.522	858%
Corvo	4.269.657	1.228.889	247%
Pico	564.930	72.326	681%
Terceira	244.361	1.050.878	-76,75%
Faial	225.815	132.877	69,94%
Santa Maria	1.129	0	-%
Graciosa	0	0	-%
Não desagregadas	414.696	82.053	405%
Total	22.166.065	11.274.156	96,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De destacar também o volume de investimento realizado noutras ilhas, como é o caso de São Miguel, Flores e Corvo. No primeiro caso, de destacar o investimento ao abrigo da “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada”, alvo de candidatura ao Programa COMPETE 2020 e com um volume de despesa de 60,9 milhares de euros em 2017. Já no caso da ilha das Flores, destaca-se a “Empreitada de Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores” que apresentou um volume de despesa da 4,3 milhões de euros. Um volume da mesma ordem de grandeza foi realizado no Corvo, através da “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa”.

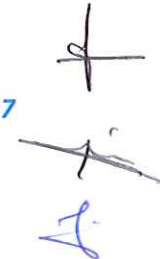
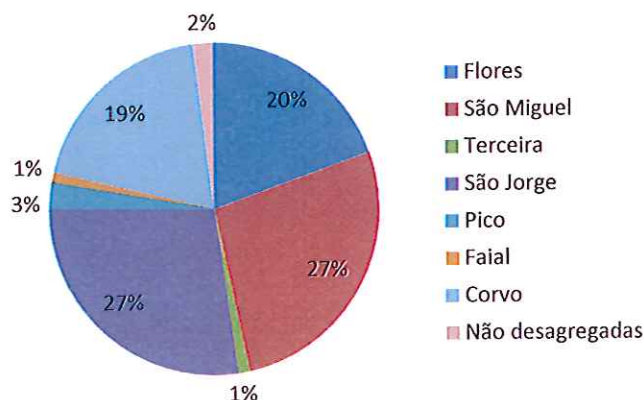
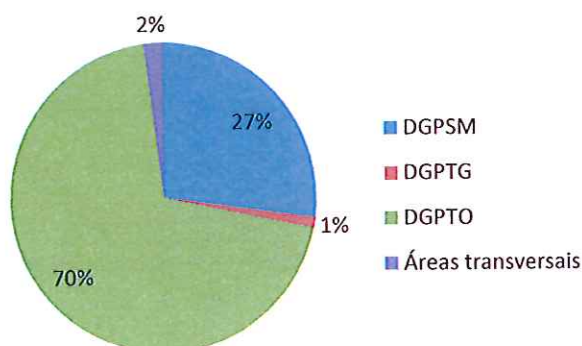


Figura 37: Investimento por ilha em 2017



Numa análise por Direções-Gerais, conclui-se que, tal como verificado nos anos anteriores, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a 69,85 por cento do total de investimento realizado em 2017. Nos anos anteriores, a percentagem de investimento desta Direção-Geral correspondeu a praticamente 87 por cento do investimento total da Portos dos Açores em 2016 e, em 2015, a cerca de 59 por cento.

Figura 38: Investimento por Direções-Gerais em 2017



Nos portos sob a jurisdição da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), o valor total de investimento registado em 2017 situou-se nos 27,17 por cento do total anual. A quase totalidade deste valor refere-se à execução da “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada”, candidata a Fundos Comunitários no âmbito do Programa COMPETE 2020 e aprovada em 18 de outubro de 2017.

Relativamente aos projetos da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), o investimento executado em 2017, no valor de 244,4 mil euros, representa 1,10 por cento do investimento total da empresa. De salientar o decréscimo de 76,75 por cento em relação ao volume de investimento registado no ano anterior (em 2016 o valor total de investimento da DGPG cifrara-se em 1,1 milhões de euros). Dos projetos executados em 2017, aquele que apresenta um valor superior de despesa é o relativo à “Inspeção e reparação da lança da grua Gottwald”.

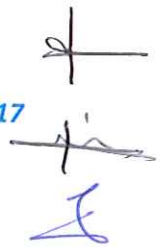


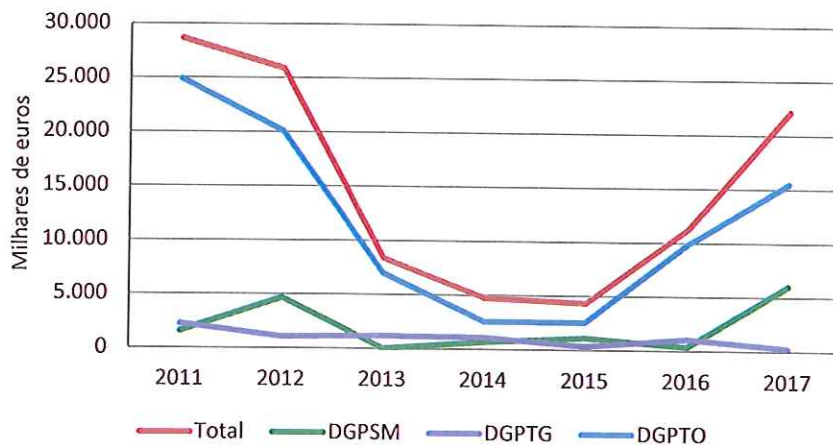
Tabela 46: Investimento realizado por Direção-geral

Unidade: Euros			
Direção-geral	2017	2016	Var. %
DGPSM	6.022.972	338.467	1679%
DGPTG	244.361	1.050.878	-76,75%
DGPTO	15.484.036	9.802.759	57,96%
Áreas transversais	414.696	82.053	405%
Total	22.166.065	11.274.156	96,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência a um conjunto de investimentos não desagregados e que envolvem várias Direções-Gerais. Em 2017 estes investimentos totalizaram cerca de 414,7 milhares de euros, o correspondente a 1,87 por cento do total de investimento da empresa no ano em apreço. Regista-se um aumento muito significativo em comparação com a despesa realizada em 2016 e que perfizera 82 milhares de euros. Esta variação deve-se à docagem do rebocador “Pêro de Teive”, bem como a outros projetos, com destaque para o referente à “Instalação de Cabeços de Amarração na Ponte-Cais do Porto da Madalena e na Ponte-Cais do Porto da Horta”. Este último projeto atingiu um valor de 72,3 milhares de euros, financiado na íntegra por Fundos Nacionais, ao abrigo do Contrato Programa assinado a 23 de junho de 2017 e alvo de alteração a 29 de dezembro do mesmo ano.

Figura 39: Investimento por Direções-Gerais entre 2011 e 2017



Descriminam-se, de seguida, alguns dos mais importantes projetos com despesa realizada em 2017, desagregados por ilha, incluindo informação complementar referente ao respetivo financiamento, devido à publicitação exigida pelos Fundos Comunitários.

6.2. Investimentos realizados por ilha

6.2.1. Ilha de Santa Maria

O projeto “Consolidação da Falésia de Vila do Porto” envolveu uma execução de mil euros em 2017, relativa a estudos.

6.2.2. Ilha de São Miguel

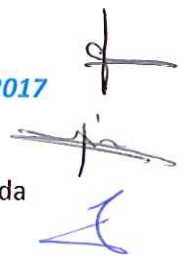
Os principais a investimento em infraestruturas localizadas na ilha de São Miguel incluem:

- ⌘ A “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada” apresenta em 2017 um total de despesa de 5,96 milhares de euros. O projeto é financiado por Fundos Nacionais, no âmbito do Contrato Programa assinado em 11 de novembro de 2016 e alterado pela primeira vez em 29 de dezembro de 2017. O valor não participado por Fundos Nacionais é participado por Fundos Comunitários ao abrigo da candidatura apresentada ao Programa COMPETE 2020, aprovada em 18 de outubro de 2017;
- ⌘ A “Empreitada de Reperfilamento e Regularização do Terraplino do Cais Comercial do Porto de Ponta Delgada” registou em 2017 uma despesa de 60,9 mil euros. Este investimento é assegurado por Fundos Nacionais, ao abrigo do Contrato Programa assinado em 27 de outubro de 2017, bem como por Fundos Comunitários, integrando a mesma candidatura mencionada no ponto anterior;
- ⌘ O projeto de reconversão das antigas oficinas do porto de Ponta Delgada visa a construção de um Núcleo Museológico. No ano de 2017 foram executados quatro mil euros em estudos com este propósito.

6.2.3. Ilha Terceira

Os principais investimentos ocorridos na ilha Terceira ao longo de 2017 dizem respeito a:

- ⌘ Construção de segunda rampa Ro-Ro do porto da Praia da Vitória, com uma despesa executada em 2017 no montante de 38 milhares de euros, referente a estudos;
- ⌘ A despesa registada para as empreitadas de “Reparação do Cais e Pavimentação do Acesso ao Parque de Combustíveis do Porto da Praia da Vitória” e “Instalação da Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória” em 2017, diz respeito ao cálculo definitivo da revisão de preços que resultou num valor negativo, 25,6 e 13,9 mil euros, respetivamente. Estas empreitadas são financiadas por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 20 de junho de 2014, alterado pela terceira vez a 11 de outubro de 2017. Em 2018 a Portos dos Açores conta apresentar uma candidatura conjunta destes investimentos ao COMPETE 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor;
- ⌘ A despesa registada com a “Inspeção e reparação da lança da grua Gottwald, localizada no porto da Praia da Vitória”, num valor de 192,4 mil euros;



- ✎ A “Elaboração e Modelagem do Plano de Ação do Projeto Açores do Porto da Praia da Vitória”, que registou um valor de despesa em 2017 de 40 mil euros;

6.2.4. Ilha Graciosa

No ano de 2017 não foram registados quaisquer investimentos em infraestruturas ou equipamentos portuários no porto da Praia da Graciosa.

6.2.5. Ilha de São Jorge

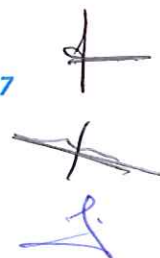
O investimento realizado nas infraestruturas portuárias afetas à Portos dos Açores na ilha de São Jorge dizem respeito a:

- ✎ Com Contrato Programa assinado a 18 de agosto de 2014, alterado a 29 de dezembro de 2017 pela sexta vez, a “Empreitada do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas”, apresenta uma despesa executada em 2017 de 5,7 milhões de euros. A 18 de outubro de 2016, a candidatura ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) que integra este investimento, bem como o seguinte foi aprovada;
- ✎ Consignada a 4 de outubro de 2017, a “Empreitada de Aumento do Terraplino do Porto de Velas” regista em 2017 um total de despesa no valor de 191,6 mil euros. No âmbito da quinta alteração ao Contrato Programa assinado a 18 de agosto foi assegurado o investimento por Fundos Nacionais deste investimento na parte não financiada por Fundos Comunitários;
- ✎ A “Empreitada de Construção de Rampa para Navios Ro-Ro e Ferry no Porto da Calheta”, é financiada pelo Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização, (COMPETE 2020) tendo a candidatura apresentada sido aprovada a 8 de novembro de 2016. Este investimento, na parte não financiada pelo COMPETE 2020, é financiado por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 26 de julho de 2016, alterado pela segunda vez em 11 de outubro de 2017. O plano de segurança e saúde foi aprovado pela Portos dos Açores, S.A. a 17 de abril de 2017, registando nesse ano um valor de despesa de 199,8 mil euros;

6.2.6. Ilha do Pico

Os investimentos realizados nos portos sob jurisdição da PA nesta ilha incidiram sobre:

- ✎ Projeto de “Novo terminal de passageiros do Porto de São Roque do Pico”, com despesa executada em 2017 no valor de 78,7 mil euros relativa a estudos;



- ❖ Projeto de “Assinalamento Marítimo do Porto da Madalena”, com 26,5 mil euros executados em 2017;
- ❖ Obras de “Reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no molhe-cais do porto da Madalena”, com uma despesa realizada em 2017 de 76,6 milhares de euros, coberto por Contrato Programa que assegura o financiamento integral das despesas. O contrato foi assinado em 29 de novembro de 2017 e foi alterado pela primeira vez a 29 de dezembro do mesmo ano;
- ❖ Projeto de “Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Porto de São Roque”, com, 122,6 mil euros de despesa executada em 2017. O plano de segurança e saúde foi aprovado a 3 de novembro de 2017;
- ❖ Projeto de “Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Antigo Cais de Passageiros da Madalena”, com despesa realizada em 2017 de 249,3 milhares de euros. O plano de segurança e saúde foi aprovado em 13 de julho de 2017. Este investimento e o anterior são financiados na íntegra por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 23 de junho de 2017, alterado pela primeira vez a 29 de dezembro do mesmo ano;

6.2.7. Ilha do Faial

Na ilha do Faial foi dada continuidade ao projeto de reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta. A despesa de investimento realizada diz respeito a:

- ❖ “Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 2ª Fase”, com despesa executada em 2017 no valor de 22,9 mil euros relativa a estudos e projeto;
- ❖ Projeto referente a “Execução da Nova Cobertura do Edifício das Oficinas do Porto da Horta”, com 68,2 mil euros executados em 2017;
- ❖ “Empreitada de Substituição da Telha e Reabilitação da Cobertura do Armazém do Porto Comercial da Horta - Edifício C” que registou em 2017 um valor de execução de 129,5 mil euros. Este investimento é financiado por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 30 de dezembro de 2016.

6.2.8. Ilha das Flores

A despesa de investimento afeta à ilha das Flores em 2017 correspondeu a:

- ❖ Projeto de “Reabilitação do Assinalamento Marítimo do Porto das Lajes das Flores” com despesa executada em 2017 no valor de 11,3 mil euros;



- ⌘ A “Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores” apresenta em 2017 um total de despesa de 4,3 milhões de euros. Esta empreitada é financiada por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 27 de maio de 2016, alterado pela primeira vez a 29 de dezembro de 2017.

6.2.9. Ilha do Corvo

Na ilha do Corvo o investimento realizado em 2017 diz respeito ao “Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa”, que totalizou 4,3 milhões de euros. Este investimento integra uma candidatura ao Programa COMPETE 2020, sendo ainda financiado ao abrigo do Contrato Programa assinado a 20 de abril de 2015 e alterado a 10 de novembro de 2017.



7. Análise Económica e Financeira

7.1. Resultados

A Portos dos Açores, S.A. encerra o exercício de 2017 com um resultado líquido negativo de 7.463.949,12 euros.

Trata-se de um resultado bastante menos favorável do que o ocorrido no ano de 2016, que se cifrara em 3.399.716,38 euros negativos. Um vasto conjunto de fatores contribuiu para o efeito, com destaque para o impacto dos resultados das participações financeiras da empresa, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial. Neste âmbito, deverá referir-se o resultado menos positivo da Atlânticoline, que se cifrou em 2.696.242 euros negativos, sendo alvo de destaque no capítulo seguinte do presente relatório, dedicado às participações financeiras da Portos dos Açores. Atendendo à participação de 83,97 por cento por parte da Portos dos Açores no capital daquela empresa, o impacto no resultado operacional da Portos dos Açores é bastante expressivo.

Tabela 47: Formação do Resultado líquido

Resultados	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. %
Resultado operacional	(5.355.125)	(986.382)	442,91%
Resultado financeiro	(2.083.853)	(2.393.750)	-12,95%
Resultado antes de impostos	(7.438.978)	(3.380.132)	120,08%
Imposto sobre o rendimento	(24.971)	(19.584)	27,51%
Resultado líquido do período	(7.463.949)	(3.399.716)	119,55%

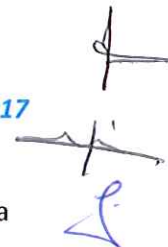
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Também revela impacto direto nos resultados a imputação de um conjunto de imparidades de dívidas a receber e que se consideram de probabilidade reduzida de cobrança.

Em sentido positivo, será de referir a evolução favorável do resultado financeiro, para um nível de endividamento relativamente estabilizado.

Nota ainda para a evolução dos gastos com o pessoal ocorrida em 2017, com um agravamento de mais de 570 milhares de euros, em consequência da eliminação, por via de despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional do Turismo e Transportes de 23 de agosto de 2016, das restrições impostas pelas sucessivas Leis de Orçamento do Estado, com a redução parcial das remunerações totais ilíquidas mensais e a proibição das valorizações remuneratórias dos trabalhadores das empresas públicas.

No referido despacho, foi autorizada a prática de atos que consubstanciam valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nos termos e nas condições do despacho conjunto da Ministração do Mar e do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016. Neste



quadro, o ano de 2017 correspondeu ao primeiro ano em que se registou o efeito integral da alteração em apreço.

7.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional da empresa atingiu um valor igual a 5.355.124,84 euros negativos, um valor substancialmente acima dos 986.382,08 euros negativos observados no ano de 2016. Para a obtenção deste resultado operacional contribuíram diversos fatores, muito sumariamente mencionados acima e que se analisarão com o devido pormenor a seguir.

7.1.1.1. Rendimentos operacionais


Na formação dos rendimentos operacionais, será de realçar o impacto extremamente avultado decorrente da evolução dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, fruto do impacto dos resultados da Atlânticoline, empresa subsidiária com uma participação direta da Portos dos Açores de 83,97 por cento, que se cifrou em 2017 em 2.696.242 euros negativos.

Será também de referir a ligeira diminuição registada ao nível do volume de negócios, correspondente a 2,64 por cento, de quase 20,1 milhões de euros em 2016 para cerca de 19,6 milhões de euros em 2017. Será, entretanto, de realçar que a ordem de grandeza do volume de negócios situa-se, no presente, ao nível do observado em 2011 e 2016, distante já dos valores de 2014 e 2015, que se não ultrapassavam os 17,5 milhões de euros.

Tabela 48: Rendimentos operacionais

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var.%
Vendas	663.046	491.660	34,86%
Vendas	663.046	491.660	34,86%
Serviços prestados	18.889.743	19.591.755	-3,58%
Serviços prestados a navios	4.970.147	5.069.404	-1,96%
Serviços prestados a mercadorias	3.634.398	3.569.637	1,81%
Equipamento marítimo e terrestre	5.687.769	6.172.520	-7,85%
Fornecimentos	1.532.077	1.713.202	-10,57%
Alugueres e ocupações	1.450.200	1.480.208	-2,03%
Náutica de recreio e piscinas	976.156	943.919	3,42%
Outras prestações de serviços	638.995	642.865	-0,60%
Subsídios à exploração	36.859	50.991	-27,71%
Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.	-2.183.488	827.306	-363,93%
Outros rendimentos	5.292.613	5.245.394	0,90%
Total de rendimentos operacionais	22.698.772	26.207.106	-13,39%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



De entre as diversas componentes, destacamos a evolução ao nível das várias componentes que integram os serviços prestados e em que se observou uma diminuição, embora variável, em todas elas, com exceção da variação nos serviços prestados a mercadorias e na náutica de recreio. A este respeito deverá referir-se que a variação nos serviços prestados a mercadorias é relativamente similar à observada no movimento total de mercadorias, apresentada no capítulo relativo à atividade portuária e cujo aumento cifrou-se em 1,85 por cento. Já no que diz respeito à náutica de recreio, a variação registada é relativamente menor do que a variação no número de embarcações não locais, que se cifrou em 8,57 por cento.

Ao nível das vendas, associadas integralmente ao abastecimento a embarcações de recreio náutico, registo para o acréscimo muito substancial de 34,86 por cento, e em que os abastecimentos a embarcações marítimo-turísticas revelaram uma dinâmica muito relevante, com o acréscimo de turismo observado no arquipélago.

Relativamente à utilização de equipamento marítimo e terrestre, o decréscimo observado em 2017 face a 2016 deverá ser relativizado, atendendo à situação extraordinária registada em 2016. De facto, e na sequência do arresto no porto da Horta do navio encarregue da distribuição inter-ilhas de combustíveis líquidos em meados de 2016, esta atividade foi desenvolvida pelos rebocadores da Portos dos Açores, de que resultou um acréscimo de faturação de 23,70 por cento em 2016 face a 2015. Não obstante isto, numa análise comparativa entre 2017 e 2015, registamos um acréscimo na rubrica utilização de equipamento marítimo e terrestre de 13,98 por cento.

Já no que se prende com os fornecimentos, duas das suas componentes apresentaram variações particularmente negativas, como é o caso do fornecimento de energia elétrica (menos 14,27 por cento) e de fornecimento de pessoal (menos 10,71 por cento). O conjunto destas duas componentes representa mais de 85 por cento do total dos fornecimentos.

No que diz respeito a Outros rendimentos e ganhos, decorrem na sua quase totalidade da imputação aos rendimentos da componente de depreciação ou amortização associada à comparticipação de Programas Comunitários e contratos programa. Atendendo ao acentuado volume de investimentos comparticipados por tais programas e contratos, também o volume de rendimentos daí resultante apresenta-se como muito significativo.

7.1.1.2. Gastos operacionais

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017/A, de 7 de junho de 2017, os relatórios e contas das empresas públicas deverão incluir a análise da evolução dos gastos com o pessoal e dos gastos operacionais face ao ano anterior e ao previsto no respetivo orçamento.

Neste sentido, procede-se, na presente secção, à apresentação de informação que permita este tipo de análise.

Ao nível dos gastos operacionais, referência, desde logo, para o peso muito expressivo que os gastos com o pessoal apresentam face à totalidade dos gastos operacionais, da ordem dos 44,12 por cento (43,42 por cento em 2016). Para além disto, será de referir o acréscimo entre 2016 e 2017 de 4,83

por cento, resultado, conforme já mencionado no capítulo 4, do impacto da extinção do período de restrições impostas por sucessivas Leis de Orçamento de Estado, com reduções parciais das remunerações e proibição das valorizações remuneratórias, como sejam progressões de carreira, atribuição de diuturnidades ou ainda de diferencial remuneratório. A extinção de tais restrições ocorreu, conforme referido no capítulo 4 acima, em agosto de 2016.

Outra componente muito relevante dos gastos operacionais é a dos fornecimentos e serviços externos, com um peso relativo de 25,37 por cento em 2017. O peso relativo apresentado pelos gastos de depreciação e de amortização é de idêntica grandeza.

Em termos de variações homólogas, a rubrica de imparidades de dívidas a receber sofreu em 2017 um acréscimo extraordinariamente significativo, em resultado da necessidade de se proceder ao reconhecimento de dívidas com uma maturidade muito relevante e consideradas de difícil recuperação.

Tabela 49: Gastos operacionais

Unidade: euro					
Gastos operacionais	2017	2016	Var. (%)	Orç. 2017	Exec. 2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	648.300	467.343	38,72%	501.976	129,15%
Fornecimentos e serviços externos	7.117.149	6.808.122	4,54%	6.507.778	109,36%
Gastos com o pessoal	12.376.757	11.806.320	4,83%	11.964.262	103,45%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.218.702	7.344.655	-1,71%	7.386.542	97,73%
Imparidades de dívidas a receber	426.925	286.339	49%	175.481	243,29%
Provisões	(17.682)	15.153	-217%	0	-%
Outros gastos	283.746	465.557	-39,05%	265.784	106,76%
Total de gastos operacionais	28.053.897	27.193.488	3,16%	26.801.823	104,67%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente aos valores constantes do orçamento de exploração, constata-se uma orçamentação relativamente otimista face aos valores finais da respetiva execução. Não obstante isto, no cômputo geral o nível de execução do orçamento cifrou-se 4,67 por cento acima do orçamentado.

Nas secções seguintes são detalhados alguns aspetos das principais componentes dos gastos operacionais.

7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal

Conforme já referido, os gastos com o pessoal assumem uma preponderância muito significativa no total dos gastos da empresa, com um impacto direto ao nível do resultado operacional. Este facto justifica uma análise particularmente detalhada dos gastos em apreço, acrescida devido ao já mencionado desbloqueamento das restrições impostas por sucessivas Leis de Orçamento de Estado desde o ano de 2011.

No ano de 2017 os gastos com o pessoal ultrapassaram, pela primeira vez, os 12 milhões de euros, significando tal um acréscimo nominal de 570 milhares de euros, ou seja, mais 4,83 por cento do que os 11,8 milhões de euros despendidos em 2016. Tratou-se, conforme amplamente referido acima, do primeiro ano em que se repercute de forma integral o desbloqueamento das restrições impostas

pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado. Face ao ano de 2015, ano em que vigoraram ainda as restrições mencionadas, o impacto total correspondeu a um acréscimo absoluto da ordem de um milhão de euros e, em termos percentuais, a cerca de nove por cento.

Tabela 50: Gastos com o pessoal

Unidade: euro			
Gastos com o pessoal	2017	2016	Var.%
Remunerações órgãos sociais	199.048	194.317	2,44%
Remunerações do pessoal	9.779.667	9.240.142	5,84%
Benefícios pós-emprego	0	38.836	-100%
Encargos sobre remunerações	2.215.943	2.113.269	4,86%
Seguros acidentes trab./doença	63.698	114.913	-44,57%
Gastos ação social	8.187	9.828	-16,69%
Outros gastos com o pessoal	110.215	95.016	16,00%
Total	12.376.757	11.806.320	4,83%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal componente dos gastos com o pessoal corresponde à rubrica de Remunerações com o pessoal, que ascendeu, em 2017, a quase 9,8 milhões de euros, mais 5,84 por cento do que os 9,2 milhões de euros despendidos em 2016. Seguem-se os encargos sobre as remunerações, que atingiram em 2017 os 2,2 milhões de euros, um aumento de 4,86 por cento face a 2016. Também por via da extinção das restrições impostas pelas Leis de Orçamento de Estado, a rubrica de remunerações dos órgãos sociais registou uma evolução positiva.

Também a rubrica de outros gastos com o pessoal, em que se observa um aumento de 16 por cento, apresenta um acréscimo significativo, devido sobretudo ao investimento realizado em formação, que regista um aumento de 68 por cento, de 21,6 mil euros em 2016 para 36,3 mil euros em 2017, sendo que uma parte significativa deste montante prende-se com a regularização de formação realizada em anos anteriores.

A totalidade das restantes rubricas registou uma variação negativa, sendo de referir evolução da rubrica benefícios pós-emprego, cuja quebra se deveu à conclusão, em 2016, do processo de aposentações do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária”.

Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal)

Unidade: euro			
Gastos com o pessoal	2017	2016	Var.%
Órgãos Sociais	244.637	240.819	1,59%
Remunerações	199.048	194.317	2,44%
Encargos sobre remunerações	45.589	46.503	-1,96%
Pessoal	11.950.021	11.306.908	5,69%
Remunerações	9.779.667	9.240.142	5,84%
Encargos sobre remunerações	2.170.354	2.066.767	5,01%
Outros gastos com o pessoal	182.100	258.593	-29,58%
Total	12.376.757	11.806.320	4,83%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Na tabela acima os valores são apresentados com a separação dos gastos com os órgãos sociais e o pessoal, permitindo uma perspetiva ligeiramente diferente da expressa na tabela anterior.

Tabela 52: Remunerações do pessoal

Unidade: euro			
Remunerações do pessoal	2017	2016	Var.%
Remunerações normais	8.059.265	7.692.437	4,77%
Remunerações adicionais	1.610.535	1.625.652	-0,93%
Reduções ao abrigo das LOE	25	-141.542	-100%
Remunerações acessórias	109.842	63.594	72,72%
Total	9.779.667	9.240.142	5,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Na desagregação da rubrica Remunerações com o pessoal, o aumento mais pronunciado registou-se ao nível das Remunerações acessórias, que contemplam sobretudo duas componentes:

-  Remunerações associadas a serviços especiais de rebocadores, resultantes de operações efetuadas a outras embarcações fora do perímetro de duas milhas dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores;
-  Créditos laborais diretamente associados a situações de docagem, ao abrigo de um acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias (SNTAP), revisto e clarificado em 2017.

A redução de maior amplitude ocorreu ao nível das Reduções ao abrigo das LOE (Leis de Orçamento de Estado), por via da extinção das restrições, já amplamente referida acima, a partir de julho de 2016.

Tabela 53: Remunerações normais do pessoal

Unidade: euro			
Remunerações normais	2017	2016	Var.%
Vencimentos	4.914.386	4.725.487	4,00%
Subsídios de férias e natal	942.502	873.303	7,92%
Isonção de horário de trabalho	1.540.115	1.532.076	0,52%
Diuturnidades	439.986	377.223	16,64%
Restantes	222.276	184.348	20,57%
Total	8.059.265	7.692.437	4,77%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à categoria Remunerações normais, são perceptíveis algumas situações com variações substanciais, como é o caso das diuturnidades (mais 16,64 por cento) e as restantes (mais 20,57 por cento), e em que regista preponderância as remunerações aos pilotos para realização de trabalho em períodos não cobertos pelo horário normal de trabalho (subsídio para trabalho em sábados, domingos e feriados).

De qualquer modo, todas as remunerações normais foram afectadas pela eliminação das restrições colocadas pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado.

De referir ainda que o Conselho Fiscal auferiu a título de remuneração pelo exercício das suas funções em 2017 o valor de 11.200 euros, sendo que não havia auferido qualquer valor em 2016.

7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos

A principal componente dos fornecimentos e serviços externos são os serviços especializados, que representavam, no final de 2017, 41,94 por cento (40,37 por cento do total da rubrica em 2016). Incluem-se aí os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento terrestre, componentes vitais para a prossecução do objeto social da empresa, bem como ainda os gastos com vigilância e segurança, essenciais no âmbito do cumprimento com as medidas ao abrigo do Código ISPS a que os portos estão obrigados.

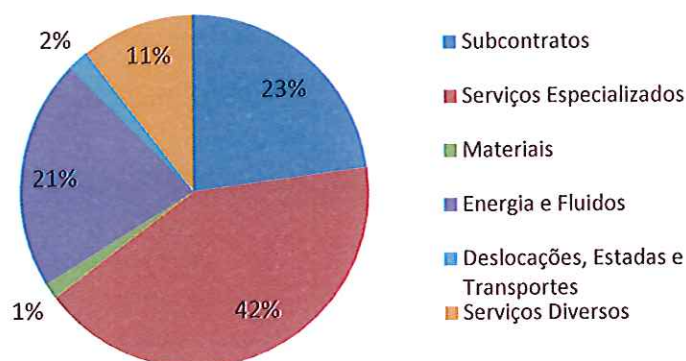
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos

	Unidade: euro		
Fornecimentos e serviços externos	2017	2016	Var (%)
Subcontratos	1.628.848	1.548.921	5,16%
Serviços Especializados	2.984.612	2.748.288	8,60%
Materiais	106.581	100.405	6,15%
Energia e Fluidos	1.501.061	1.473.211	1,89%
Deslocações, Estadas e Transportes	146.618	122.443	19,74%
Serviços Diversos	749.428	814.854	-8,03%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	7.117.149	6.808.122	4,54%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O aumento do peso relativo desta componente reflete o crescimento deste tipo de gastos numa proporção superior ao total de fornecimentos e serviços externos (8,60 por cento de aumento nos serviços especializados e de 4,54 por cento para o total dos fornecimentos e serviços externos).

Figura 40: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2017



Os subcontratos são, em termos de peso relativo, a segunda maior componente dos Fornecimentos e serviços externos, apresentando um peso relativo nos fornecimentos e serviços externos de 22,89 por cento (22,75 por cento em 2016). Nestes gastos incluem-se sobretudo os serviços de gestão do complexo "Portas do Mar", que representa, só por si, 37,62 por cento (39,56 por cento em 2016) dos gastos que integram os subcontratos. Incluem-se ainda nos subcontratos os serviços de estiva nos portos onde tal atividade é assegurada pela Portos dos Açores, serviços de lancha, amarração e recolha de lixo e óleos, componentes indispensáveis da atividade portuária e efetuada por terceiros.



A terceira principal componente de fornecimentos e serviços externos corresponde à rubrica energia e fluídos (21,09 por cento em 2017 e 21,64 por cento em 2016 do total dos fornecimentos e serviços externos), nela se incluindo o consumo de electricidade, combustíveis e água. Em 2017, o consumo de electricidade representou 41,32 por cento dos gastos desta componente (45,21 por cento em 2016), seguindo-se o consumo de combustíveis, que correspondeu a 39,50 por cento (32,45 por cento em 2016). Com bastante menos importância, segue-se o consumo de água com 14,05 por cento (14,95 por cento em 2016).

Por fim, referência aos serviços diversos, com um peso relativo de 10,53 por cento (11,97 por cento em 2016), onde se incluem vários tipos de serviços, com destaque para a limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações.

As restantes componentes possuem um impacto relativamente marginal no âmbito dos gastos em fornecimentos e serviços externos, nomeadamente as rubricas de materiais e deslocações, estadias e transportes.

7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização

Os gastos de depreciação e amortização são outra das componentes com maior peso na composição dos gastos operacionais, representando 25,73 por cento do total de gastos operacionais (24,87 por cento em 2016).

De entre as suas várias componentes da rubrica, destaca-se a respeitante a edifícios e outras construções, com 80,41 por cento do total dos gastos de depreciação e amortização (78,31 por cento em 2016), resultado direto da magnitude dos investimentos em infraestruturas efetuados pela Portos dos Açores e pelas administrações portuárias antecessoras, desde o ano de 2003.

Tabela 55: Gastos de depreciação e amortização

Unidade: euro			
Gastos de depreciação e de amortização	2017	2016	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.170.278	7.266.155	-1,32%
Edifícios e outras construções	5.804.909	5.751.597	0,93%
Equipamento básico	1.227.798	1.392.978	-11,86%
Equipamento de transporte	11.685	11.294	3,46%
Equipamento administrativo	40.550	38.685	4,82%
Outros ativos fixos tangíveis	85.337	71.600	19,19%
Ativos intangíveis	48.424	78.499	-38,31%
Propriedade industrial e direitos	5.865	35.940	-83,68%
Outros ativos intangíveis	42.559	42.559	0,00%
Total de gastos de depreciação e de amortização	7.218.702	7.344.655	-1,71%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

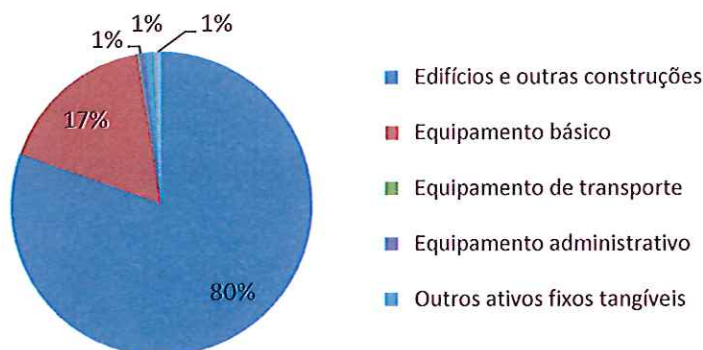
Também o equipamento básico é uma componente relevante desta rubrica, representando 17,01 por cento dos gastos da mesma (19,30 por cento em 2016). Os bens aqui incluídos dizem respeito a equipamento marítimo, nomeadamente rebocadores e lanchas de pilotagem, e equipamento

[Handwritten signature]

terrestre, com destaque para equipamentos como sejam as gruas portuárias e os empilhadores de maior capacidade.

O peso do conjunto destas duas componentes dos gastos de depreciação e amortização é sensivelmente o mesmo nos dois últimos anos, rondando os 97 por cento. Contudo, constata-se um aumento em 2,1 p.p. no caso dos edifícios e outras construções e, em oposição, uma diminuição de 2,29 p.p. no caso do equipamento básico. Esta quebra, correspondente a 165,2 milhares de euros, indicia, de forma relativamente perceptível, um menor nível de investimento realizado em equipamento portuário. Numa análise de maior amplitude, constata-se que, em termos médios, os gastos de depreciação e amortização relativos a equipamento básico vêm registando uma diminuição desde 2012 à razão de 126.073 euros anuais.

Figura 41: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2017



7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2017 e 2016 e respetivas variações percentuais.



Tabela 56: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var.%
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	663 046	491 660	34,86%
Prestações de serviços	18 889 743	19 591 755	-3,58%
Subsídios à exploração	36 859	50 991	-27,71%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(2 183 488)	827 306	-363,93%
Outros rendimentos	5 292 613	5 245 394	0,90%
Total 1.	22 698 772	26 207 106	-13,39%
2. Gastos operacionais			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(648 300)	(467 343)	38,72%
Fornecimentos e serviços externos	(7 117 149)	(6 808 122)	4,54%
Gastos com o pessoal	(12 376 757)	(11 806 320)	4,83%
Imparidade de dívidas a receber	(426 925)	(286 339)	49,10%
Provisões	17 682	(15 153)	-216,69%
Outros gastos	(283 746)	(465 557)	-39,05%
Total 2.	(20 835 195)	(19 848 833)	4,97%
3. EBITDA (=1.+2.)	1 863 577	6 358 273	-70,69%
4. Gastos de depreciação e de amortização	(7 218 702)	(7 344 655)	-1,71%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(5 355 125)	(986 382)	442,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além dos factos já descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um decréscimo muito relevante face aos seis milhões de euros registados em 2016.

7.1.2. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2017 melhorou de uma forma muito positiva, sobretudo atendendo a que, no mesmo período se observou um aumento, embora não muito significativo, do endividamento da empresa, da ordem dos 780 milhares de euros.

O decréscimo ao nível dos juros suportados e o aumento, embora ligeiro, do endividamento da Portos dos Açores significa uma diminuição do custo de financiamento, processo a que já se fizera referência em sede de Relatório e contas de 2016, e que se iniciara ainda no exercício de 2015.

Tabela 57: Resultado financeiro

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	-%
Juros e gastos similares suportados	(2 083 853)	(2 393 750)	-12,95%
Resultado financeiro	(2 083 853)	(2 393 750)	-12,95%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tabela 59: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2017	%	2016	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	297 698 624	80,0%	282 603 878	86,3%
Ativos intangíveis	46 509	0,0%	83 979	0,0%
Participações financeiras	15 235 018	4,1%	17 929 281	5,5%
Outros investimentos financeiros	146 290	0,0%	143 206	0,0%
Créditos a receber	29 256 415	7,9%	4 493 807	1,4%
Ativos por impostos diferidos	58 176	0,0%	66 472	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	35 548	0,0%	29 584	0,0%
Clientes	6 760 107	1,8%	8 147 646	2,5%
Estado e outros entes públicos	156 589	0,0%	256 849	0,1%
Outros créditos a receber	21 262 629	5,7%	11 464 226	3,5%
Diferimentos	713 485	0,2%	664 420	0,2%
Caixa e depósitos bancários	808 102	0,2%	1 529 305	0,5%
Total do ativo	372 177 492	100,0%	327 412 653	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	40 238 700	10,8%	40 238 700	12,3%
Reservas legais	204 200	0,1%	204 200	0,1%
Outras reservas	21 403	0,0%	21 403	0,0%
Resultados transitados	(23 903 224)	-6,4%	(19 701 202)	-6,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	10 754 522	2,9%	10 437 991	3,2%
Outras variações do capital próprio	222 948 416	59,9%	184 539 359	56,4%
Resultado líquido do exercício	(7 463 949)	-2,0%	(3 399 716)	-1,0%
Total do capital próprio	242 800 069	65,2%	212 340 736	64,9%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	317 904	0,1%	363 235	0,1%
Estado e outros entes públicos	124 500	0,0%	256 542	0,1%
Financiamentos obtidos	53 497 817	14,4%	53 531 841	16,3%
Outras dívidas a pagar	49 968 505	13,4%	41 365 252	12,6%
Passivo corrente				
Fornecedores	2 989 965	0,8%	2 174 918	0,7%
Estado e outros entes públicos	595 434	0,2%	609 749	0,2%
Financiamentos obtidos	8 906 867	2,4%	8 095 714	2,5%
Outras dívidas a pagar	12 930 486	3,5%	8 618 125	2,6%
Diferimentos	45 945	0,0%	56 539	0,0%
Total do passivo	129 377 423	34,8%	115 071 917	35,1%
Total do capital próprio e do passivo	372 177 492	100,0%	327 412 653	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.2. Fundos libertos

Em 2017 os Fundos libertos atingiram um valor negativo de 654.490 euros, em oposição ao valor observado em 2016, que se cifrara em 3.643.447 euros positivos. Esta diminuição extremamente elevada prende-se, na sua quase totalidade, com a evolução do resultado líquido de 2017, já que o efeito das restantes componentes para a constituição dos fundos libertos registaram variações ínfimas em termos de valores absolutos.

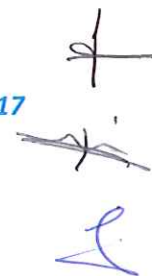
Tabela 58: Fundos libertos

	Unidade: euro		
	2017	2016	Var (%)
Resultado líquido do período	(7 463 949)	(3 399 716)	119,55%
Gastos de depreciação e de amortização	7 218 702	7 344 655	-1,71%
Imparidades/Provisões	(409 243)	(301 491)	35,74%
Fundos libertos	(654 490)	3 643 447	-117,96%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada na tabela seguinte.



7.4. Fundo de maneiio

O Fundo de maneiio da Portos dos Açores atingiu em 2017 um valor positivo superior a 4,2 milhões de euros, um valor consideravelmente acima do observado em 2016, que fora de pouco mais de 2,5 milhões de euros.

Do lado do Ativo corrente, registou-se um elevado aumento, da ordem de 9,8 milhões de euros, a par do já sucedera em 2016. Tal decorre, em grande medida do regime de atribuição de subsídios ao investimento, nomeadamente no âmbito do COMPETE 2020. Este tópico é detalhado na nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Deverá também referir-se a ocorrência de uma significativa redução a nível dos clientes, com uma quebra da ordem de 1,4 milhões de euros, por via da execução de uma política de cobrança mais incisiva e proativa.

Do lado do Passivo corrente, a principal alteração prende-se com o aumento das Outras dívidas a pagar, alvo do devido detalhe na nota 19 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Quanto ao endividamento de curto prazo, cresceu 811 milhares de euros, por via da proximidade do vencimento de alguns dos empréstimos em vigor.

Em suma, a estrutura do fundo de maneiio de 2017 apresenta-se perfeitamente equilibrada, com as maturidades dos compromissos de curto prazo a um nível considerado adequado.

Tabela 60: Fundo de maneiio

	2017	2016	Var (%)
Ativo corrente	29 736 460	22 092 029	34,60%
Passivo corrente	25 468 697	19 555 046	30,24%
Fundo de maneiio	4 267 762	2 536 983	68,22%

Unidade: euro
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores de âmbito económico, estes foram, em grande medida, afetados pela evolução dos resultados, por via do modo de cálculo na generalidade dos mesmos.

Assim, constata-se uma deterioração da totalidade dos indicadores, como consequência direta dos valores observados nos resultados de 2017.

Para além disto, deverá destacar-se o facto dos gastos com o pessoal terem excedido o valor acrescentado bruto (VAB) gerado pela empresa, ao contrário do que se observara em 2015.

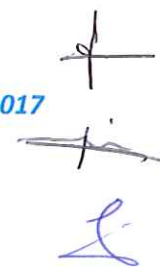


Tabela 61: Indicadores económicos

Descrição	2017	2016	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	104,67%	91,85%	13,96%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	-27,39%	-4,91%	457,64%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-1,44%	-0,30%	377,61%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-3,07%	-1,60%	92,00%

Un.: Euro

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de um aumento da liquidez geral, por via do aumento do ativo corrente (de 21,4 milhões de euros em 2016 para 29 milhões de euros em 2017) que ultrapassou o aumento ocorrido no passivo corrente (de 19,5 milhões de euros em 2016 para quase 25,5 milhões de euros em 2017).

A Autonomia financeira manteve-se ao nível de 2016, decorrente da evolução em proporções relativamente idênticas do capital próprio e do ativo total líquido, elementos que compõem este indicador.

Relativamente à Solvabilidade, observa-se uma melhoria embora não muito ampla, resultado de um aumento percentual do capital próprio superior ao do observado no caso do passivo total.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, ocorreu um aumento no seu valor, por via do crescimento mais acentuado dos capitais permanentes face à evolução do valor do Imobilizado líquido.

Tabela 62: Indicadores financeiros

Descrição	2017	2016	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,11	1,07	4,20%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,65	0,65	0,59%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,88	1,85	1,70%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,11	1,02	8,17%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de serviços))	126,19	148,08	-14,78%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	153,34	116,60	31,51%

Un.: Euro

Quanto ao Prazo médio de cobrança, registou uma melhoria de mais de 20 dias face aos dados dos últimos anos. De facto, observara-se que este indicador se situara de forma persistente à volta dos 150 dias. Esta melhoria constitui o resultado de uma das medidas implementadas em termos de cobrança e com particular ênfase em sede de perspetivas futuras do relatório e contas de 2016.

Ao invés, o prazo médio de pagamentos registou um acréscimo muito significativo, de mais de 36 dias, consequência direta das dificuldades observadas em termos de liquidez, com reflexo no saldo de fornecedores do final de 2017.



8. Participações financeiras

8.1. Enquadramento

A Portos dos Açores elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2017 são as que constam da tabela a seguir.

Tabela 63: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

O presente capítulo apresenta algumas notas acerca do conjunto de participações financeiras em posse da empresa Portos dos Açores no final do ano de 2017, com natural destaque para a empresa Atlânticoline.

A empresa em causa tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97 por cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros, pela Portos dos Açores. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores.

Relativamente à empresa Naval Canal, não apresentou no período em apreço atividade digna de registo, estando prevista a alienação da totalidade do respetivo capital, de acordo com indicações do acionista, já em meados de 2018 e melhor detalhada no próximo capítulo.

Atendendo à importância da atividade dos vários operadores portuários da Região Autónoma dos Açores e em que a Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento, é também efetuada uma breve menção aos principais aspetos de âmbito económico e financeiro dos vários operadores portuários.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 constante da tabela abaixo.

Tabela 64: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%



As participações nas entidades subsidiárias e associadas identificadas nas tabelas acima foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial. De referir que, de acordo com orientações do Governo Regional dos Açores, a Portos dos Açores deverá proceder à cedência da sua quota na AGESPI e ainda extinguir a sua participação na Associação Portas do Mar, aspetos a detalhar no capítulo seguinte.





8.2. Atlânticoline, S.A.

Pela relevância da participação da Portos dos Açores no capital social da Atlânticoline, conforme reportado na secção anterior, para além da importância da referida empresa no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, apresentam-se de seguida alguns dados que ilustram a atividade operacional e de âmbito financeiro da subsidiária.


8.2.1. Atividade operacional

Após o processo de fusão por incorporação da Transmaçor, Lda., ocorrido no final de março de 2015, a operação da subsidiária compreende as seguintes atividades:

Operação regular:



-  **Linha Rosa**, que compreende as ligações entre o porto de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores e a ilha do Corvo;
-  **Linha Azul**, que compreende as ligações entre os portos de Horta e Madalena;
-  **Linha Verde**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas;
-  **Linha Lilás**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo.

Operação sazonal:






-  **Linha Amarela**, que compreende as ligações entre todas as ilhas, com exceção do Corvo.

Em 2017 a operação sazonal foi efetuada por dois navios fretados, do tipo “High Speed Craft” (HSC), ao contrário do que sucedera em anos anteriores em que apenas se recorreu a um navio deste tipo e outro convencional. A lista completa de meios marítimos utilizados em 2017 pela empresa, e respetivas características, é a seguinte:

Navios fretados e afetos à operação sazonal:

-  **“Master Jet”**: navio do tipo HSC Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 600 passageiros e 60 viaturas;
-  **“Mega Jet”**: navio do tipo HSC Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 650 passageiros e 80 viaturas.

Navios próprios afetos à operação regular:

- 
 “Mestre Simão”: navio do tipo Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 334 passageiros e oito viaturas. Infelizmente, a 6 de janeiro de 2018 o navio em apreço sofreu um acidente na operação de entrada no porto da Madalena, tendo sido abatido à frota da empresa;
- 
 “Gilberto Mariano”: navio do tipo Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 297 passageiros e 12 viaturas;
- 
 “Cruzeiro das Ilhas”: embarcação de passageiros, com capacidade para 193 passageiros e duas macas;
- 
 “Cruzeiro do Canal”: embarcação de passageiros, com capacidade para 193 passageiros e três macas;
- 
 Lancha “Ariel”: embarcação de passageiros, com capacidade para 12 passageiros e três macas.

Em termos de fluxos de passageiros, será de referir, desde logo, a dimensão da Linha Azul, com ligação entre Horta e Madalena, com um fluxo de praticamente 422 milhares de passageiros em 2017, representando 71,97 por cento do total de passageiros movimentados pela empresa. Segue-se, em termos de importância relativa, a Linha Verde, ou seja, com ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas, que atingiu em 2017 um total de 82 milhares de passageiros, o que corresponde a 14,04 por cento do total de passageiros.

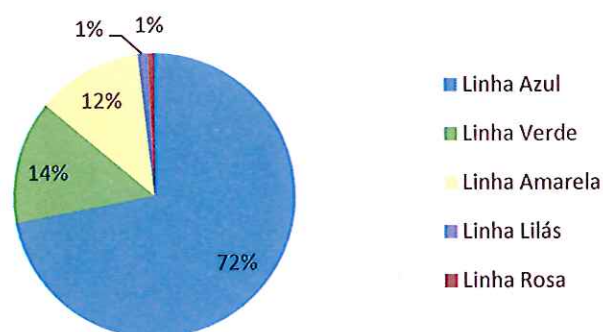
Tabela 65: Passageiros transportados por linha

Passageiros	2017	2016	Var. %
Linha Azul	421.816	412.805	2,18%
Linha Verde	82.262	72.374	13,66%
Linha Amarela	71.229	61.011	16,75%
Linha Lilás	6.449	4.855	32,83%
Linha Rosa	4.354	3.922	11,01%
Total	586.110	554.967	5,61%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

No conjunto, estas duas linhas que cobrem as designadas “Ilhas do Triângulo”, corresponderam, em 2017, a quase 450 milhares de passageiros transportados, ou seja, 86 por cento do total. Estas duas linhas registaram em 2017 um total de 2.303 viagens em 2017, com uma taxa média de ocupação na Linha Azul de 35,1 por cento e, na Linha Verde, de 21,7 por cento.

Figura 42: Passageiros transportados por linha em 2017



Em terceira posição temos a Linha Amarela, correspondente à operação sazonal inter-ilhas, com ligação a todas as ilhas dos Açores com exclusão da ilha do Corvo, que atingiu em 2017 mais de 71 mil passageiros (12,15 por cento do total). A operação incluiu 553 viagens realizadas entre 18 de maio e 24 de setembro, com os já referidos navios fretados do tipo HSC.

As restantes linhas apresentam volumes diminutos, sendo de destacar a importância da Linha Rosa, que liga as duas ilhas mais ocidentais da Europa. Nesta linha, em 2017 efetuaram-se 298 viagens das 350 previstas inicialmente, tendo sido canceladas 72 viagens devido a condições meteorológicas adversas, 20 das quais repostas posteriormente.

Relativamente ao movimento de viaturas, ocorre apenas em três das linhas (Linha Azul, Linha Verde e Linha Amarela), devido à inexistência de rampas Ro-Ro em alguns dos portos escalados pelos navios e embarcações.

Tabela 66: Viaturas transportados por linha

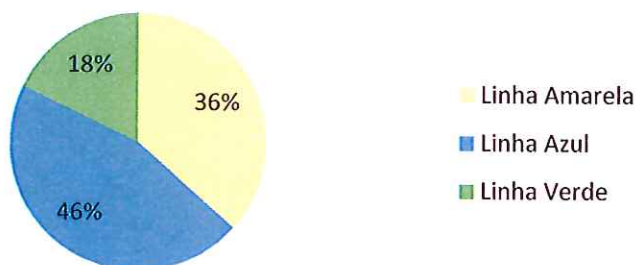
Viaturas	2017	2016	Var. %
Linha Amarela	11.107	11.873	-6,45%
Linha Azul	13.884	11.762	18,04%
Linha Verde	5.418	4.015	34,94%
Linha Rosa	0	0	-%
Linha Lilás	0	0	-%
Total	30.409	27.650	9,98%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

A Linha Azul concentrou uma parte muito significativa do volume de viaturas transportadas, ou seja, 46 por cento do total de viaturas transportadas, com um acréscimo de 18,04 por cento face a 2016. Já a Linha Verde, com 5.418 viaturas, representa 18 por cento do total de viaturas transportadas, com um acréscimo face ao ano anterior de quase 35 por cento.

A Linha Amarela registou um decréscimo relativo face ao ano transato, passando de 11.873 viaturas transportadas em 2016 para 11.107 em 2017.

Figura 43: Viaturas transportadas por linha em 2017



8.2.2. Elementos económicos e financeiros

Relativamente a informação de âmbito económico e financeiro, a atividade de 2017 caracterizou-se por uma quebra no volume de negócios de 2017 face a 2016 em 10,18 por cento, de pouco mais de



15 milhões de euros para 13,5 milhões de euros em 2017. Esta redução do volume de negócios registou-se num contexto de aumento do volume de passageiros e viaturas transportados pela empresa superior, respectivamente, a cinco e a 10 por cento, factos que não se repercutiram em fluxos financeiros acrescidos nessa mesma proporção.

Em oposição, observou-se um aumento muito expressivo de 18,56 por cento ao nível dos fornecimentos e serviços externos, de 10,5 milhões de euros em 2016 para praticamente 12,5 milhões em 2017. Adicionalmente, de referir também o acréscimo ocorrido nos gastos com o pessoal, da ordem dos 8,15 por cento, ultrapassando em 2017 os três milhões de euros.

Considerando apenas o conjunto destes elementos, verifica-se que contribuem em cerca de 75 por cento para o resultado líquido negativo atingido em 2017.

Em termos de resultado operacional, que em 2016 fora positivo em mais de 1,26 milhões de euros, registou-se uma relevante inversão, concluindo-se o ano de 2017 com um resultado negativo superior a 2,3 milhões de euros.

De referir ainda a melhoria ocorrida ao nível do resultado financeiro, num contexto de redução dos financiamentos obtidos, da ordem dos 863 milhares de euros em 2017.

Na mesma sequência da evolução do resultado operacional, o resultado líquido do exercício registou também uma inversão, de praticamente 885 milhares de euros em 2016 para quase 2,7 milhões de euros negativos em 2017.

Tabela 67: Demonstração de resultados da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. %
Vendas e serviços prestados	13.534.502	15.068.184	-10,18%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(104.292)	(123.120)	-15,29%
Fornecimentos e serviços externos	(12.495.361)	(10.539.553)	18,56%
Gastos com o pessoal	(3.059.699)	(2.829.070)	8,15%
Imparidade de dívidas a receber	47.565	66.980	-28,99%
Provisões (aumentos/reduções)	96.170	0	-%
Outros rendimentos	885.846	947.225	-6,48%
Outros gastos	(82.533)	(56.900)	45,05%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1.177.802)	2.533.746	-146,48%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.193.784)	(1.270.311)	-6,02%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2.371.585)	1.263.435	-287,71%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	4.692	-100,00%
Juros e rendimentos similares suportados	(309.122)	(319.176)	-3,15%
Resultado antes de impostos	(2.680.707)	948.952	-382,49%
Imposto sobre o rendimento do período	(15.535)	(64.106)	-75,77%
Resultado líquido do período	(2.696.242)	884.845	-404,71%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

A análise do balanço permite traçar também algumas notas, com particular ênfase na diminuição muito significativa do saldo de clientes, facto que se enquadra na redução em 2017 do volume de negócios.

Ao nível das grandes rubricas, observa-se um aumento do peso do ativo não corrente em 2017, por via do montante de créditos a receber que, em 2016, incidira sobre o ativo corrente com valor da

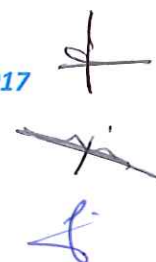
mesma ordem de grandeza. Excluindo esta alteração, a estrutura do balanço mantém-se relativamente idêntica à observada em 2016.

Por último, de referir ainda a diminuição do nível de endividamento da empresa subsidiária, conforme referido acima, com particular preponderância para os financiamentos obtidos de curto prazo, da ordem dos 614 milhares de euros.

Tabela 68: Balanços da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro			
	2017	%	2016	%
Ativo				
Ativo não corrente	24.801.619	89,1%	18.319.880	58,0%
Ativos fixos tangíveis	16.694.192	59,9%	18.101.522	57,3%
Ativos intangíveis	202.857	0,7%	155.046	0,5%
Propriedades de investimento	229.567	0,8%	0	0,0%
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	1	0,0%	1	0,0%
Outros investimentos financeiros	65.100	0,2%	63.310	0,2%
Créditos a receber	7.609.902	27,3%	0	0,0%
Ativo corrente	3.046.403	10,9%	13.249.023	42,0%
Inventários	90.128	0,3%	87.578	0,3%
Clientes	2.639.205	9,5%	4.769.482	15,1%
Estado e outros entes públicos	207.671	0,7%	343.419	1,1%
Outros créditos a receber	79.391	0,3%	7.988.088	25,3%
Diferimentos	0	0,0%	20.144	0,1%
Caixa e depósitos bancários	30.007	0,1%	40.312	0,1%
Total do ativo	27.848.022	100,0%	31.568.903	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	7.145.400	25,7%	7.145.400	22,6%
Reservas legais	533.975	1,9%	445.490	1,4%
Outras reservas	(4.790.531)	-17,2%	(4.790.531)	-15,2%
Resultados transitados	3.814.234	13,7%	3.017.873	9,6%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13.035.118	46,8%	13.668.994	43,3%
Resultado líquido do período	(2.696.242)	-9,7%	884.845	2,8%
Total do capital próprio	17.041.953	61,2%	20.372.072	64,5%
Passivo				
Passivo não corrente	6.194.115	22,2%	6.682.741	21,2%
Provisões	3.000	0,0%	99.170	0,3%
Financiamentos obtidos	3.270.241	11,7%	3.519.229	11,1%
Passivos por impostos diferidos	1.135	0,0%	2.621	0,0%
Outras dívidas a pagar	2.919.739	10,5%	3.061.721	9,7%
Passivo corrente	4.611.953	16,6%	4.514.090	14,3%
Fornecedores	1.980.947	7,1%	1.281.733	4,1%
Estado e outros entes públicos	74.294	0,3%	69.873	0,2%
Financiamentos obtidos	2.170.700	7,8%	2.784.822	8,8%
Outras dívidas a pagar	386.012	1,4%	377.662	1,2%
Total do passivo	10.806.068	38,8%	11.196.831	35,5%
Total do capital próprio e do passivo	27.848.022	100,0%	31.568.903	100,0%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



8.3. Operadores portuários

A Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento em cada uma das empresas licenciadas ao abrigo de legislação específica para a atividade de operação portuária na Região Autónoma dos Açores, ou seja, OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda. e OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda..

Em 2017 a totalidade destas empresas obteve resultados líquidos positivos, sendo de destacar as variações positivas ocorridas na OPERTERCEIRA (229.207 euros de lucro em 2017, mais 18,9 por cento do que em 2016) e na OPERPDL (119.408 euros de lucro em 2017, mais 28,03 por cento do que em 2016). Em oposição, na OPERTRI a variação face a 2016 foi negativa em mais de 62 por cento, de um lucro de 123.579 euros em 2016 para um lucro de 46.578 euros em 2017.

A evolução registada ao nível do volume de negócios foi relativamente exígua, observando-se uma variação positiva de 2,15 por cento no caso da OPERPDL, para quase 3,9 milhões de euros de volume de negócios em 2017. A OPERTRI manteve praticamente inalterado o seu volume de negócios à volta dos 937 milhares de euros, com um crescimento residual de 0,2 por cento. Por último, registo para o decréscimo de 6,19 por cento no volume de negócios da OPERTERCEIRA, decorrente de forma direta da redução na atividade portuária no porto da Praia da Vitória (quebra de 2,25 por cento no número de unidades de contentor e de 8,69 por cento no número de toneladas de granéis sólidos).

A estrutura dos balanços dos operadores portuários é, em geral, dominada pelas componentes do ativo corrente, em virtude da quase inexistência de equipamento próprio para exercício da atividade.

Os indicadores obtidos para os dois últimos anos são em geral bastante favoráveis, sendo de destacar a menor robustez de indicadores financeiros como a autonomia financeira e a solvabilidade da OPERPDL, quando comparados com os dos outros dois operadores portuários.

Tabela 69: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários

	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	3,98%	0,82%	16,09%	14,16%	6,13%	14,04%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	10,56%	2,34%	11,54%	11,33%	7,36%	17,70%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	23,43%	23,90%	12,37%	11,18%	7,05%	19,33%
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,41	1,27	14,10	11,77	5,01	5,43
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	34,79%	29,29%	76,61%	74,59%	84,62%	86,11%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	53,35%	41,41%	327,44%	293,60%	550,01%	619,69%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Tabela 70: Balanços dos Operadores Portuários

Unidade: euros

Descrição	OPERPDL		OPERPERCEIRA		OPERTRI	
	2017	%	2017	%	2017	%
Ativo						
Ativo não corrente	148.675	10,1%	169.729	12,7%	182.224	24,5%
Ativos fixos tangíveis	93.514	6,4%	83.766	6,3%	182.161	24,5%
Ativos intangíveis	1.008	0,1%	1.881	0,1%	0	0,0%
Outros investimentos financeiros	268	0,0%	129	0,0%	63	0,0%
Ativos por impostos diferidos	53.885	3,7%	83.953	6,3%	0	0,0%
Ativo corrente	1.316.463	89,9%	1.163.026	87,3%	560.142	75,5%
Clientes	932.867	63,7%	713.212	53,5%	175.016	23,6%
Estado e outros entes públicos	41.348	2,8%	28.978	2,2%	20.427	2,8%
Outros créditos a receber	9.871	0,7%	10.104	0,8%	0	0,0%
Diferimentos	24.520	1,7%	22.891	1,7%	346	0,0%
Outros ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Caixa e depósitos bancários	307.857	21,0%	387.841	29,1%	364.354	49,1%
Total do ativo	1.465.137	100,0%	1.332.755	100,0%	742.366	100,0%
Capital próprio						
Capital subscrito	250.000	17,1%	250.000	18,8%	125.000	16,8%
Reservas legais	50.000	3,4%	50.000	3,8%	31.300	4,2%
Outras reservas	530.673	36,2%	530.673	39,8%	359.336	48,4%
Resultados transitados	(440.371)	-30,1%	(533.638)	-40,0%	0	0,0%
Resultado líquido do período	119.408	8,1%	93.266	7,0%	123.579	16,6%
Total do capital próprio	509.710	34,8%	390.302	29,3%	699.215	86,1%
Passivo						
Passivo não corrente	18.562	1,3%	27.246	2,0%	0	0,0%
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	18.562	1,3%	27.246	2,0%	0	0,0%
Passivo corrente	936.866	63,9%	915.207	68,7%	103.151	13,9%
Fornecedores	275.037	18,8%	303.243	22,8%	1.801	0,2%
Estado e outros entes públicos	53.599	3,7%	64.879	4,9%	27.789	3,7%
Financiamentos obtidos	73.574	5,0%	8.442	0,6%	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	534.656	36,5%	538.643	40,4%	73.560	9,9%
Total do passivo	955.427	65,2%	942.453	70,7%	103.151	13,9%
Total do capital próprio e do passivo	1.465.137	100,0%	1.332.755	100,0%	742.366	100,0%

Fonte: OPERPDL, OPERPERCEIRA, OPERTRI

9. Perspetivas futuras





A evolução previsível para os próximos anos, de acordo com o FMI é a de que o crescimento registado em 2017 a nível global persista por mais algum tempo. As economias mais desenvolvidas continuarão a crescer a um ritmo superior ao das suas taxas de crescimento potencial em 2018 e 2019, desacelerando posteriormente. Já no que respeita aos mercados emergentes, o crescimento também aumentará antes de estabilizar.

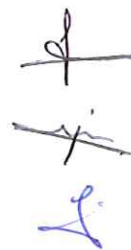
Quanto a Portugal, o *World Economic Outlook* da primavera, apresenta-se como otimista, apontando para taxas de crescimento do PIB de 2,4 por cento este ano de 2018 e 1,8 por cento no próximo, acima das previsões do governo nacional. Relativamente ao desemprego, o FMI estima que desça para 7,6 por cento em 2018 e fique abaixo dos sete por cento já em 2019. Em contrapartida, as previsões apontam para uma deterioração do saldo da balança corrente, com um excedente de 0,2 por cento do PIB em 2018 e um défice de 0,1 por cento em 2019. Relativamente à taxa de inflação, permanecerá a um nível estável de 1,6 por cento para os dois anos considerados.

Sob este enquadramento macroeconómico genericamente favorável, o quadro previsto para a atividade da empresa ao longo dos próximos anos apresenta uma estreita ligação com um conjunto de orientações por parte do acionista, sendo de destacar as *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*, aprovadas em Conselho de Governo de 13 de fevereiro de 2017. Neste quadro, e no que respeita especificamente à área de transportes marítimos, a proposta em apreço define o aprofundamento do modelo existente, numa perspetiva de optimização e de redução de custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana, e assegura a continuidade do fornecimento do serviço de transporte de passageiros e viaturas na Região, com obrigações de serviços público.

Quanto às infraestruturas portuárias, propõe-se o desenvolvimento de um conjunto de empreitadas para reforço da segurança e eficiência operacional. A nível da integração nas redes de transporte marítimo internacionais, é proposta a integração do porto da Praia da Vitória na rede transeuropeia de transporte como ponto de abastecimento de GNL e potenciar o papel desse porto no transporte de carga entre os continentes europeu e norte-americano.

No que respeita a investimentos diretamente da responsabilidade da Portos dos Açores, cuja predominância incide em intervenções a nível das infraestruturas portuárias, o *Plano de Investimentos 2018-2020*, aprovado em Assembleia Geral da empresa, mantém os principais desafios que se colocam à mesma, expressos no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprovou os estatutos da empresa e que se sintetizam nas seguintes linhas orientadoras:

-  Autonomia operacional de cada porto;
-  Uniformização de sistemas de gestão, com aplicação mais eficiente de recursos;
-  Redução de custos fixos de funcionamento;
-  Racionalização organizativa e financeira.



O desígnio de tais desafios é o de tornar os portos açorianos mais atrativos, garantindo a sua sustentabilidade e a qualidade e diversidade dos serviços prestados, em consonância com o estabelecido também nas *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*.

Neste contexto, encontram-se previstos para o triénio 2018-2020 um montante de investimento global da ordem dos 145,9 milhões de euros, espelhando este valor o contínuo esforço que vem sendo realizado pela empresa nos últimos anos na melhoria de acessibilidades, sobretudo em termos de infraestruturas portuárias. Em termos de financiamento, prevê-se que o plano de investimentos seja financiado em 92,6 milhões de euros por Programas Comunitários e em 36,1 milhões pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores, através da celebração de Contratos Programa. O valor remanescente será obtido através de capitais próprios e empréstimos bancários.

Quatro projetos concentrarão mais de metade desse volume de investimento. Tratam-se dos investimentos associados a:

- Ⓜ Reperfilamento do cais -10 ZH) do porto de Ponta Delgada, com repavimentação do terraplano portuário e beneficiação das redes técnicas, bem como dragagens da bacia portuária, com um volume de investimento previsto de 27.447,72 milhares de euros;
- Ⓜ Novo terminal de passageiros do porto de São Roque do Pico, com um total de investimento previsto de 20,5 milhões de euros;
- Ⓜ Construção de rampa Ro-Ro e trabalhos complementares no porto de Pipas (Angra do Heroísmo), com um volume previsto de investimento de 16.976 milhares de euros;
- Ⓜ Requalificação do porto da Horta, num investimento de 14.700 milhares de euros.

Para o ano de 2018, o total de investimento ultrapassará os 40 milhões de euros, sendo o principal investimento relativo à reparação dos danos causados pelo temporal de 27 e 28 de fevereiro de 2017 no molhe cais do porto da Madalena, ilha do Pico, com um montante de 4,5 milhões de euros. Dar-se-á também início aos trabalhos no porto de Pipas, que se prolongarão durante a vigência do referido Plano e Orçamento 2018-2020.

Ainda outro aspeto a destacar em termos da atuação futura da Portos dos Açores prende-se com a reforma do setor público empresarial detido direta ou indirectamente pela Região Autónoma dos Açores, reforma esta anunciada em março de 2018. Relativamente às participações da Portos dos Açores em diversas empresas e associações, o Governo Regional deliberou dar orientações no sentido de:

- Ⓜ Alienação da participação da totalidade do capital da Naval Canal;
- Ⓜ Cedência da quota de 25 por cento que a Portos dos Açores detém na AGESPI – Associação de Gestão do Parque Industrial da Terceira;
- Ⓜ Extinção da participação da Portos dos Açores na Associação Portas do Mar.

Conforme já referido em idêntico capítulo do Relatório e Contas de 2016, a Portos dos Açores confronta-se com a necessidade de preparar a sua sustentabilidade futura. Foi com esta perspetiva que o Conselho de Administração definiu, ainda em 2016, um conjunto de medidas prioritárias:

Ⓜ **A nível operacional:**

- Ⓜ A prática de aumentos consistentes no tempo das tarifas praticadas pelos serviços prestados nas diversas infraestruturas. Tais tarifas mantêm-se inalteradas desde o



ano de 2009, com visíveis efeitos negativos resultantes do desajustamento dos respetivos valores face aos custos envolvidos na prestação dos serviços. No início de 2017 foram já encetados os trabalhos conducentes à apresentação de propostas para alteração dos diversos regulamentos de tarifas;

⌘ A implementação de uma política de racionalização de atividades, com medidas a nível de:

⌘ Rentabilização da capacidade instalada das diversas infraestruturas da empresa, com destaque para a área dominial;

⌘ Rentabilização dos novos investimentos desenvolvidos pela empresa, tendo por referência o conteúdo de estudos de viabilidade;

⌘ Racionalização dos gastos correntes e com objetivos de maior eficiência e eficácia, alargada a toda a estrutura da empresa;

⌘ Reequacionamento do tipo de gestão a adotar face a alguns ativos da empresa, através de:

⌘ A implementação de uma política de concessões, a estudar caso a caso e a desenvolver de forma escalonada no tempo;

⌘ A obtenção de compensações financeiras pela realização de determinadas atividades consideradas acessórias em termos de objeto social da Portos dos Açores e que a mesma assume atualmente sem as devidas contrapartidas.

⌘ A nível financeiro:

⌘ A prossecução do esforço desenvolvido já durante o exercício de 2016 no âmbito de uma nova política de cobranças, materializado através da concretização de acordos de pagamento com um conjunto de clientes com dívidas com maturidades mais elevadas, e cujos efeitos são já perceptíveis, bem como o incremento de execuções contenciosas;

⌘ A prossecução da política de financiamento dos principais investimentos com a garantia de financiamento integral de tais investimentos, através de recurso a fundos comunitários e contratos programa que cubram a totalidade do valor dos investimentos;

⌘ A necessidade de garantia de acesso ao crédito em condições de financiamento mais favoráveis.

Neste âmbito foram já decididas para implementação, ao longo de 2018 e anos seguintes, algumas medidas conducentes à prossecução da referida sustentabilidade futura da empresa, sendo de destacar as seguintes:




⌘ Aumento extraordinário da generalidade das tarifas praticadas pela Portos dos Açores, a ser realizado ainda ao longo do primeiro semestre de 2018;

⌘ Alteração do regime de atualização de tarifas, de modo que o mesmo passe a ser automático a partir do ano de 2019, em face da taxa de inflação observada no ano anterior;

⌘ Lançamento de concurso para exploração do complexo "Portas do Mar", incluindo o Pavilhão do Mar;

⌘ Promoção de estudo conducente à reavaliação de contratos;

⌘ Estudo coordenado com a Tutela sectorial a respeito da operação da Atlânticoline, de modo a poder atingir-se uma redução de gastos suportada pela Portos dos Açores;

- ⌘ Revisão do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprova os estatutos da empresa, no sentido da inclusão de alterações referentes a:
 - ⌘ Correção da área de jurisdição da Portos dos Açores;
 - ⌘ Enquadramento para a isenção do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) relativamente a imóveis no interior da área de jurisdição da Portos dos Açores;
 - ⌘ Revisão ou extinção do cargo de Diretor-Geral;
 - ⌘ Reestruturação da orgânica da empresa.

Este vasto conjunto de elementos permitirá traçar uma perspetiva moderadamente mais otimista do que em anos transactos quanto à evolução da atividade da empresa em 2018 e anos seguintes.

10. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado Líquido apurado, no montante negativo de 7.463.949,12 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 19 de abril de 2018

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)



CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

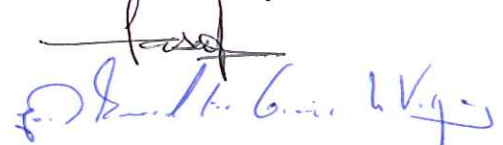
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	297.698.623,54	282.603.877,91
Ativos intangíveis	8	46.508,52	83.979,37
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	15.235.017,97	17.929.281,24
Outros investimentos financeiros	9	146.290,35	143.206,17
Créditos a receber	12	29.256.415,46	4.493.806,94
Ativos por impostos diferidos	10	58.176,44	66.472,09
		<u>342.441.032,28</u>	<u>305.320.623,72</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	35.547,95	29.584,39
Clientes	6 e 12	6.760.107,04	8.147.646,07
Estado e outros entes públicos	13	156.589,16	256.848,78
Outros créditos a receber	12	21.262.628,87	11.464.225,68
Diferimentos	14	713.484,52	664.419,67
Caixa e depósitos bancários	4	808.101,96	1.529.304,62
		<u>29.736.459,50</u>	<u>22.092.029,21</u>
Total do ativo		<u>372.177.491,78</u>	<u>327.412.652,93</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(23.903.223,50)	(19.701.201,59)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	233.702.938,00	194.977.350,52
		<u>250.264.017,65</u>	<u>215.740.452,08</u>
Resultado líquido do período		(7.463.949,12)	(3.399.716,38)
Total do capital próprio		<u>242.800.068,53</u>	<u>212.340.735,70</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	317.903,98	363.235,42
Estado e outros entes públicos	13	124.500,34	256.542,04
Financiamentos obtidos	18	53.497.816,52	53.531.841,24
Outras dívidas a pagar	19	49.968.505,09	41.365.252,41
		<u>103.908.725,93</u>	<u>95.516.871,11</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.989.964,69	2.174.918,49
Estado e outros entes públicos	13	595.434,38	609.749,28
Financiamentos obtidos	18	8.906.867,31	8.095.713,59
Outras dívidas a pagar	19	12.930.485,59	8.618.125,48
Diferimentos	14	45.945,35	56.539,28
		<u>25.468.697,32</u>	<u>19.555.046,12</u>
Total do passivo		<u>129.377.423,25</u>	<u>115.071.917,23</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>372.177.491,78</u>	<u>327.412.652,93</u>

O Contabilista Certificado



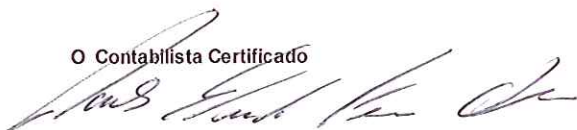
O Conselho de Administração



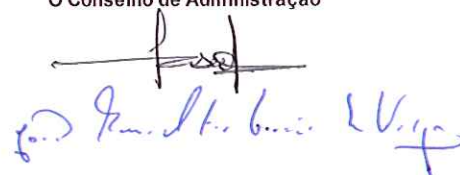
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	20	19.552.788,48	20.083.414,98
Subsídios à exploração	21	36.858,85	50.990,88
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(2.183.488,08)	827.305,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(648.299,72)	(467.342,92)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7.117.148,63)	(6.808.121,72)
Gastos com o pessoal	23	(12.376.757,49)	(11.806.320,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(426.924,86)	(286.338,86)
Provisões (aumentos/reduções)	17	17.682,24	(15.152,55)
Outros rendimentos	24	5.292.612,76	5.245.394,43
Outros gastos	25	(283.746,18)	(465.557,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.863.577,37	6.358.272,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.218.702,21)	(7.344.654,64)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.355.124,84)	(986.382,08)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	(2.083.853,26)	(2.393.750,03)
Resultado antes de impostos		(7.438.978,10)	(3.380.132,11)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(24.971,02)	(19.584,27)
Resultado líquido do período		(7.463.949,12)	(3.399.716,38)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



PORTOS DOS AÇORES, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2016		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(13.989.325,75)	9.681.908,87	170.565.277,49	(4.516.017,74)	202.206.146,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2015		-	-	-	(4.516.017,74)	-	-	-	4.516.017,74
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(1.195.858,10)	1.195.858,10	-	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	(439.775,55)	17.104.139,06	-	(3.130.057,45)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(5.711.875,84)	756.082,55	13.974,082	-	16.664,364
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								4.516.017,74	13.534.306,06
RESULTADO INTEGRAL								(3.399,716,38)	(3.399,716,38)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(19.701.201,59)	10.437.991,42	184.539.359,10	(3.399,716,38)	212.340.735,70
Saldo em 1 de janeiro de 2017		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(19.701.201,59)	10.437.991,42	184.539.359,10	(3.399,716,38)	212.340.735,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3.399,716,38)	-	-	-	3.399,716,38
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(802.305,53)	802.305,53	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(485.775,19)	47.012.309,82	-	(8.603.252,66)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4.202,021,91)	316.530,34	38.409.057,14	-	46.526,535
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								3.399,716,38	37.923.281,95
RESULTADO INTEGRAL								(7.463,949,12)	(7.463,949,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(23.903.223,50)	10.754.521,76	222.948.416,24	(7.463,949,12)	242.800.068,53

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



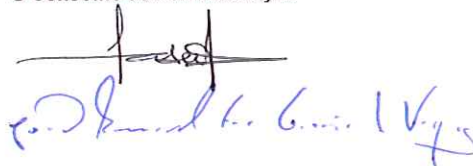
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		21.839.356,88	19.913.241,22
Pagamentos a fornecedores		(8.550.580,36)	(8.463.607,27)
Pagamentos ao pessoal		(12.348.392,09)	(11.821.938,56)
Caixa gerada pelas operações		940.384)	(372.304,61)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(11.724,33)	(14.659,21)
Outros recebimentos/(pagamentos)		1.819,36	(696.015,91)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		930.479)	(1.082.979,73)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(18.276.633,74)	(8.622.507,54)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.328,17	-
Investimentos financeiros		25.000,00	20.000,00
Subsídios ao investimento		17.755.211,36	6.433.074,40
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(495.094,21)	(2.169.433,14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		9.763.000,00	20.823.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8.970.125,51)	(15.148.058,50)
Juros e gastos similares		(1.950.276,05)	(1.833.588,77)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(1.157.401,56)	3.841.352,73
Varição de caixa e seus equivalentes		(722.016,31)	588.939,86
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.529.304,62	940.364,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	807.288,31	1.529.304,62

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS




Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2017 e 2016

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº7, 9900-062 Horta, que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras dos PORTOS DOS AÇORES, do período de 2017, contemplam as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.



Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais

próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Outras dívidas a pagar

As outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do financiamento obtido são incluídos no justo valor.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.



Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e



(iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(q) Capital social subscrito

O capital social apresentado corresponde ao capital subscrito que está totalmente realizado à data do relato financeiro.

(r) Subsídios e apoios das entidades públicas

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações,

as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do momento de realização dos saldos de clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações



financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração e, também na determinação das eventuais perdas de imparidade a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2017	2016
Caixa	38.246	8.297
Depósitos à ordem	769.856	1.521.008
	808.102	1.529.305
Descobertos bancários	(814)	-
	<u>807.288</u>	<u>1.529.305</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros que está apresentado na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo o valor de 807.288 considerado para efeitos de Fluxos de caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2016, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

(i) Divulgação da empresa mãe



O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

(ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2017	2016
Remunerações	199 048	194 317

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações	9 968	-

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2017	2016
Serviços de auditoria	11 450	11 450
Outros serviços	1 500	-
	<u>12 950</u>	<u>11 450</u>

(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20
Associação Portas do Mar	20



(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2017	2016
Cientes e outras contas a receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	645.672	735.997
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	331	331
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	302.401	468.249
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40.279	36.047
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	43	-
Associação Portas do Mar	310.025	303.313
	<u>1.298.751</u>	<u>1.543.936</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	3.630	374
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	42.851	67.627
	<u>46.481</u>	<u>68.000</u>
Empréstimos concedidos		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	118.000	118.000
	<u>118.000</u>	<u>118.000</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2017	2016
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	604 910	738 730
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	-
Associação Portas do Mar	15 930	24 680
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	612 573	729 499
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 634 837	1 617 945
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	241	223
	<u>2 868 491</u>	<u>3 111 077</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	10 410	789
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	277 821	266 268
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	20 714	12 389
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40 518	23 902
	<u>349 463</u>	<u>303 347</u>



7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2017					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 098 012	-	147 807	(39 490)	300 206 329
Equipamento básico	29 122 785	72 548	295 994	(56 251)	29 435 076
Equipamento de transporte	662 262	44 872	-	(8 978)	698 156
Equipamento administrativo	2 532 212	27 463	-	-	2 559 674
Outros ativos fixos tangíveis	1 144 634	77 141	-	-	1 221 775
Investimentos em curso	14 179 272	22 108 941	(470 251)	-	35 817 962
	<u>365 817 548</u>	<u>22 330 964</u>	<u>(26 451)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>388 017 343</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	55 871 586	5 804 909	-	-	61 676 495
Equipamento básico	23 214 120	1 227 798	-	(56 251)	24 385 667
Equipamento de transporte	639 341	11 685	-	(8 978)	642 047
Equipamento administrativo	2 498 404	40 550	-	-	2 538 953
Outros ativos fixos tangíveis	990 220	85 337	-	-	1 075 557
	<u>83 213 670</u>	<u>7 170 278</u>	<u>-</u>	<u>(65 229)</u>	<u>90 318 719</u>
Valor líquido	<u>282 603 878</u>				<u>297 698 624</u>

31 de dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	298 784 279	2 109	1 311 624	-	300 098 012
Equipamento básico	29 038 319	55 502	31 179	(2 216)	29 122 785
Equipamento de transporte	668 262	-	-	(6 000)	662 262
Equipamento administrativo	2 522 583	9 755	-	(127)	2 532 212
Outros ativos fixos tangíveis	1 056 827	87 807	-	-	1 144 634
Investimentos em curso	4 276 983	11 280 043	(1 377 754)	-	14 179 272
	<u>354 425 624</u>	<u>11 435 218</u>	<u>(34 952)</u>	<u>(8 343)</u>	<u>365 817 548</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	50 119 989	5 751 597	-	-	55 871 586
Equipamento básico	21 823 357	1 392 978	-	(2 216)	23 214 120
Equipamento de transporte	634 046	11 294	-	(6 000)	639 341
Equipamento administrativo	2 459 845	38 685	-	(127)	2 498 404
Outros ativos fixos tangíveis	918 620	71 600	-	-	990 220
	<u>75 955 858</u>	<u>7 266 155</u>	<u>-</u>	<u>(8 343)</u>	<u>83 213 670</u>
Valor líquido	<u>278 469 767</u>				<u>282 603 878</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram



compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	14 179 272	4 276 983
Investimento direto	22 108 941	11 280 043
	36 288 213	15 557 026
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(443 800)	(1 342 802)
Transferência para gastos do período	(26 451)	(34 952)
Saldo em 31 de dezembro	35 817 962	14 179 272

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2017	2016
Ampliação Cais Comercial Velas	16 260 642	10 556 456
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgada	6 037 157	80 686
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto Casa Corvo	5 554 609	1 349 599
Melhoramento Porto Poças Santa Cruz Flores	4 775 300	452 986
Novo terminal passageiros de São Roque do Pico	368 690	290 000
Reperfil e ampl Cais 10 e Parq Cont	302 716	241 844
Requalificação porto com. HOR	260 205	237 281
Ordenamento do Porto de SRPico	183 435	183 435
Const. Recreio Náutico Madalena	101 475	101 475
Outros	1 973 733	685 511
	35 817 962	14 179 273

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:



31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	137 708	10 953	-	148 661
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>265 399</u>	<u>10 953</u>	<u>-</u>	<u>276 352</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	135 310	5 865	-	141 175
Outros ativos intangíveis	46 109	42 559	-	88 669
	<u>181 419</u>	<u>48 424</u>	<u>-</u>	<u>229 843</u>
Valor líquido	<u>83 979</u>			<u>46 509</u>

31 de dezembro de 2016

	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	135 911	1 797	-	137 708
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>135 911</u>	<u>1 797</u>	<u>-</u>	<u>265 399</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	99 370	35 940	-	135 310
Outros ativos intangíveis	3 550	42 559	-	46 109
	<u>99 370</u>	<u>78 499</u>	<u>-</u>	<u>181 419</u>
Valor líquido	<u>36 541</u>			<u>83 979</u>

9. Participações financeiras – método de equivalência patrimonial e outros investimentos financeiros

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	17 929 281	17 561 751
Dívidenos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	(5 000)	
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio nas participadas	(485 775)	(439 776)
Resultados do ano das participadas	<u>(2 183 488)</u>	<u>827 306</u>
Saldo final	<u>15 235 018</u>	<u>17 929 281</u>



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2017				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(62 190)	(1 843)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 041 953	(2 696 242)	14 310 146
				14 310 146
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 280 467	6 043	320 117
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	509 710	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
				924 872
				15 235 018

31 de dezembro de 2016				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(60 347)	(19 130)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	20 372 072	884 845	17 106 450
				17 106 450
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 372 528	9 509	343 132
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	390 301	93 266	78 060
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 368 977	192 768	273 795
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	639 215	123 579	127 843
				822 831
				17 929 281

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava a seguinte decomposição:



	2017	2016
Participações financeiras - método de custo		
Associação Portas do Mar	20 000	20 000
Participações financeiras - método de justo valor		
Fundo de Compensação do Trabalho	8 290	5 206
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias		
Naval Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	118 000	118 000
	<u>146 290</u>	<u>143 206</u>

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	66 472	-	(8 296)	58 176
	<u>66 472</u>	<u>-</u>	<u>(8 296)</u>	<u>58 176</u>
	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	68 922	2 773	(5 222)	66 472
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	(2 539)	-
	<u>71 460</u>	<u>2 773</u>	<u>(7 761)</u>	<u>66 472</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte (Nota 13).

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:



	2017	2016
Saldo inicial	29 584	23 292
Compras	654 263	473 636
Inventário final	(35 548)	(29 584)
Custo das vendas	<u>648 300</u>	<u>467 343</u>
Inventário final	<u>35 548</u>	<u>29 584</u>
Saldo líquido	<u>35 548</u>	<u>29 584</u>

12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	1.298.751	-	1.543.936	-
Outros	5.461.356	-	6.603.710	-
Cobrança duvidosa	<u>2.174.311</u>	-	<u>1.829.614</u>	-
	8.934.418	-	9.977.260	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(2.174.311)</u>	-	<u>(1.829.614)</u>	-
	<u>6.760.107</u>	-	<u>8.147.646</u>	-
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos	22.630	-	69.174	-
Subsídios a receber	20.595.257	29.256.415	10.851.220	4.481.835
IMI	632.574	-	542.631	-
Outros créditos	<u>12.168</u>	-	<u>1.200</u>	<u>11.972</u>
	<u>21.262.629</u>	<u>29.256.415</u>	<u>11.464.226</u>	<u>4.493.807</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, dos quais destacam-se:

	2017	2016
Reordenamento do porto da Horta	92 185	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	6 301 143	14 214 776
Const. Rampa RO-RO, Dragagem Calheta, S. Jorge	806 438	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	10 806 590	-
Requalificação do porto de Ponta Delgada	31 661 160	-
Reachstackers	184 157	184 157
Outros	-	35 500
	<u>49 851 672</u>	<u>15 333 056</u>



Em conformidade com as condições contratadas com as entidades financiadoras, PORTOS DOS AÇORES prevê que as verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento seja recebidas nos seguintes anos:

	2017	2016
2017	-	10 851 220
2018	20 595 257	4 481 835
2019	29 256 415	-
	<u>49 851 672</u>	<u>15 333 056</u>

Regra geral, as participações financeiras relacionadas com os contratos-programa atribuídos pelo Governo Regional para financiar parcialmente determinados investimentos, são apenas reconhecidos na data do seu recebimento, porque existe um preceito restritivo da sua atribuição definitiva, em de um apoio suplementar de outra entidade financiadora.

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos de 2010 a 2016 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado da decisão da Autoridade Tributaria, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados de anos anteriores.

O IMI de 2016 que irá ser exigido em 2017 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.602 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 829 614	531 172	(104 247)	(82 228)	2 256 539
	<u>1 829 614</u>	<u>531 172</u>	<u>(104 247)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 256 539</u>

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 583 928	405 462,55	(105 252)	(54 524)	1 829 614
Outras contas a receber	13 872	-	(13 872)	-	-
	<u>1 597 800</u>	<u>405 463</u>	<u>(119 124)</u>	<u>(54 524)</u>	<u>1 829 614</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos não cobertos por imparidades apresentavam a seguinte antiguidade:

Antiguidade de saldos	31/12/2017	31/12/2016
Inferiores a 6 meses	5 081 019	6 127 455
Inferiores a 12 meses	470 248	715 036
Inferiores a 18 meses	300 425	264 869
Inferiores a 24 meses	130 159	149 412
Superiores a 24 meses	778 256	890 850
	<u>6 760 107</u>	<u>8 147 623</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 426.925 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2016 – 286.339 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	44 183	-	69 588	-
IRC a pagar	-	15 594	-	13 536
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	-	-	-	-
Trabalho dependente	-	156 997	-	174 088
Rendimentos profissionais	-	2 355	-	1 399
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	12 406	-	7 261	-
IVA - reembolsos pedidos	100 000	-	180 000	-
IMI	-	64 480	-	107 186
Contribuições sociais	-	479 167	-	567 744
Outros	-	1 342	-	2 340
	<u>156 589</u>	<u>719 935</u>	<u>256 849</u>	<u>866 291</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2016-18,30%).



O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresenta se como se segue:

	2017	2016
Retenções efetuadas por terceiros	1.081	1.061
Estimativa de IRC do ano	<u>(16.675)</u>	<u>(14.596)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(15.594)</u>	<u>(13.536)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2017	2016	Período da dedução
2011	-	-	2016
2012	-	-	2017
2013	-	25.405	2018
2014	29.868	29.868	2021
2015	<u>14.315</u>	<u>14.315</u>	2022
	<u>44.183</u>	<u>69.588</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos subsequentes, pelo que se ultrapassar o período de dedução sem existência de lucros fiscais são reconhecidos como gastos.

O montante de euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2017	2016
Imposto corrente	(16 675)	(14 596)
Imposto diferido	<u>(8 296)</u>	<u>(4 988)</u>
	<u>(24 971)</u>	<u>(19 584)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis varia de acordo com o ano da sua ocorrência. E, adicionalmente, a dedução desses prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:



Ano de geração	2017	2016	Ano de reporte
2012		3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 196 960	2018
2014	5 388 079	5 388 079	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 327 183	3 327 183	2028
2017 (a)	3 334 405		2022
	<u>20 180 089</u>	<u>20 786 420</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 479.167 euros, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2017, às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, no montante de 107.287 euros, 170.859 euros e 10.243, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 190.778 euros que serão liquidados em prestações mensais montante de 7.338 euros nos seguintes anos:

	2017	2016
2017	88 051	86 707
2018	88 051	88 051
2019	14 675	88 051
2020	-	15 960
	<u>190 778</u>	<u>278 770</u>

O saldo a pagar do IMI, no valor de 64.480 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio



público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros. O montante em dívida deste plano prestacional em 31 de dezembro de 2017 é de 64.480 euros.

	2017	2016
2017	-	42 706
2018	42 706	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>64 480</u>	<u>107 186</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela PORTOS DOS AÇORES totaliza 632.574 euros.

Na sequência dos acordos de pagamento acima referidos, a rubrica de Estado e outros entes públicos está assim classificada no balanço:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança Social	88 051	102 727	190 101	192 062
IMI	42 706	21 774	42 706	64 480
Outros	464 677	-	376 942	-
	<u>595 434</u>	<u>124 500</u>	<u>609 749</u>	<u>256 542</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:



	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	45 150	57 415
Combustíveis	130 055	102 997
Fardamento/EPI	3 685	3 335
Lubrificantes e outros	46 493	29 805
Máquinas e equipamentos	430 673	416 625
Material de consumo	57 428	54 054
Outros	-	189
	<u>713 485</u>	<u>664 420</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	45 945	56 539
	<u>45 945</u>	<u>56 539</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual em 2019.

Estão registados na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer" as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com os estatutos e legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2017 e 2016 decorreram de:

Resultados transitados



	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	(19 701 202)	(13 989 326)
Aplicação dos resultados do período anterior	(3 399 716)	(4 516 018)
Resultados não atribuídos das participadas	(802 306)	(1 195 858)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(23 903 224)</u>	<u>(19 701 202)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 19 de abril de 2017, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 3.399.716 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	10 437 991	9 681 909
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(532 267)	(415 250)
OPERTERCEIRA	71 017	-
AGESPI	(24 526)	(24 526)
Resultados não atribuídos	802 306	1 195 858
Saldo em 31 de dezembro	<u>10 754 522</u>	<u>10 437 991</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento.

Esta rubrica contempla ainda os resultados atribuídos do ano anterior não distribuídos pelas participadas que tinham sido reconhecidos na rubrica dos resultados transitados no ano da atribuição.

Outras variações em capitais próprios

	Subsídio	Ajustamento subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2016	208 770 229	(38 204 952)	
Subsídios atribuídos (Nota 12)	22 312 833	(4 083 249)	
Desreconhecimento de subsídios	(2 031)	372	
Transferência para resultados (Nota 24)	(5 206 663)	952 819	<u>184 539 359</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>225 874 369</u>	<u>(41 335 009)</u>	
Subsídios atribuídos e anulados (Nota 12)	52 997 166	(9 698 481)	
Desreconhecimento de subsídios	(760 198)	139 116	
Transferência para resultados (Nota 24)	(5 224 659)	956 113	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>272 886 678</u>	<u>(49 938 262)</u>	<u>222 948 416</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro

que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras dívidas a pagar assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	363 235	-	(17 682)	(27 649)	317 904

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	376 621	15 153	-	(28 538)	363 235

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:



	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	7 032 583	49 019 937	6 687 563	47 217 083
Contratos de locação financeira	22 450	54 942	13 495	33 801
Incentivos financeiros	1 875 000	4 672 338	1 405 000	6 497 338
Descontos de títulos	17 426	-	-	-
Descobertos bancários	814	-	-	-
	<u>8 948 272</u>	<u>53 747 216</u>	<u>8 129 292</u>	<u>53 748 221</u>
Custos de transação	(41 405)	(249 400)	(33 578)	(216 380)
	<u>8 906 867</u>	<u>53 497 817</u>	<u>8 095 714</u>	<u>53 531 841</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros representado na rubrica de financiamentos obtidos.

A PORTOS DOS AÇORES inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, reconhecendo como gasto ao longo do período do contrato de financiamento.

Na rubrica de Incentivos Financeiros são registados os subsídios reembolsáveis atribuídos por entidades públicas relacionados com investimentos em ativos fixos tangíveis.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por avals (30.054.881 euros) e cartas conforto (12.536.885 euros) da Região Autónoma dos Açores em 31 de dezembro de 2017.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2017, originou encargos no valor de 2.083.853 (2.393.750 em 2016), traduzindo numa taxa média de financiamento de 3.3% (3.9% em 2016).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Desconto de títulos	Total
2018	7 032 583	1 875 000	22 450	17 426	8 947 458
2019	7 523 858	1 347 083	23 102	-	8 894 043
2020	3 090 969	1 347 083	14 162	-	4 452 214
2021	3 117 211	50 000	9 006	-	3 176 217
2022	6 396 917	200 000	8 671	-	6 605 588
2023 e seguintes	28 890 982	1 728 172	-	-	30 619 154
	<u>56 052 520</u>	<u>6 547 338</u>	<u>77 392</u>	<u>17 426</u>	<u>62 694 675</u>


19. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	46 481	-	68 000	-
Fornecedores	<u>2 943 484</u>	-	<u>2 106 918</u>	-
	<u>2 989 965</u>	-	<u>2 174 919</u>	-
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	6 148	-	6 506	-
Fornecedores de investimento	10 119 747	-	6 104 913	-
Remunerações a liquidar	1 203 048	-	1 158 133	-
Juros a liquidar	93 902	-	65 508	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	-	30 243	-	30 243
Ajustamentos em subsídios	-	49 938 262	-	41 335 009
Acrescimos de gastos	33 566	-	147 317	-
Extração da areia	1 140 818	-	975 958	-
Cauções recebidas	324 183	-	156 081	-
Outros	9 073	-	3 709	-
	<u>12 930 486</u>	<u>49 968 505</u>	<u>8 618 125</u>	<u>41 365 252</u>

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.140.818 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações, que a PORTOS DOS AÇORES terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.

O saldo classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2017	2016
Vendas		
Combustível	<u>663.046</u>	<u>491.660</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4.970.147	5.069.404
Operações de carga	3.634.398	3.569.637
Utilização de equipamentos	5.687.769	6.172.520
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1.532.077	1.713.202
Alugueres, ocupações e concessões	1.450.200	1.480.208
Exploração náutica de recreio	976.156	943.919
Outros serviços prestados	638.995	642.865
	<u>18.889.743</u>	<u>19.591.755</u>
Vendas e serviços prestados	<u>19.552.788</u>	<u>20.083.415</u>



21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016, a PORTOS DOS AÇORES reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2017	2016
PIIE	413	34 331
Projeto GAIN4MOS	16 436	16 660
Interreg Nautico	2 423	-
Interreg Ecomarport	17 587	-
	<u>36 859</u>	<u>50 991</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que servem para compensar a entidade por gastos incorridos no âmbito dos projetos PIIE e GAINN4MOS e Interreg.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

	2017	2016
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	612 824	612 824
Subcontratos - outros	1 016 025	936 097
Trabalhos especializados	573 566	393 412
Vigilância e segurança	1 065 839	1 046 849
Conservação e reparação	1 219 843	1 216 771
Serviços especializados - outros	125 365	91 256
Materiais	106 581	100 405
Eletricidade	620 171	666 097
Combustíveis	592 901	478 107
Energia e fluídos - outros	287 989	329 008
Deslocações, estadas e transportes	146 618	122 443
Serviços diversos	749 428	814 854
	<u>7 117 149</u>	<u>6 808 122</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:



	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	199 048	194 317
Remunerações do pessoal	9 779 667	9 240 142
Benefícios pós-emprego	-	38 836
Encargos sobre remunerações	2 215 943	2 113 269
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	63 698	114 913
Gastos de ação social	8 187	9 828
Outros gastos com o pessoal	110 215	95 016
Indeminizações	19 773	-
Outros	90 442	95 016
	<u>12 376 757</u>	<u>11 806 320</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2017 é de 279 trabalhadores (em 2016 – 268 trabalhadores).

A rubrica Benefícios pós-emprego corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados, por intermédio de um seguro contratado.

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:

	2017	2016
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	24 729	3 662
Descontos de pronto pagamento obtidos	70	10
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 684	31 005
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5 224 659	5 206 663
Correções relativas a períodos anteriores	34 602	1 095
Excesso de estimativa para imposto	1 811	2 960
Juros de mora	57	-
	<u>5 292 613</u>	<u>5 245 394</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

25. Outros gastos

Na rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentava o seguinte detalhe:



	2017	2016
Outros gastos		
IMI	493	912
Impostos indiretos	3 876	5 100
Taxas	6 712	17 268
Quotizações	9 075	28 693
Donativos	103 704	128 407
Multas e penalidades	6 305	65 975
Juros de mora	116 212	123 502
Correções relativas a exercício anteriores	798	36 514
Outros	36 571	59 187
	<u>283 746</u>	<u>465 557</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado a decisão da Autoridade Tributaria e não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12 e 24).

26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1 651 424	1 809 787
Juros de mora e compensatórios	1 045	163
Outros juros	56	220
Outros		
Comissões bancárias	303 670	442 057
Imposto de selo	126 691	120 598
Outros despesas	968	20 926
	<u>2 083 853</u>	<u>2 393 750</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 32.856.891 euros (2016 – 33.364.459 euros).

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2017 atingiam um valor de 6.079.119 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos. (em 2016 – 6.387.184 euros).

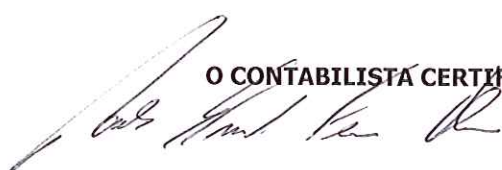
29. Ativos e passivos contingentes

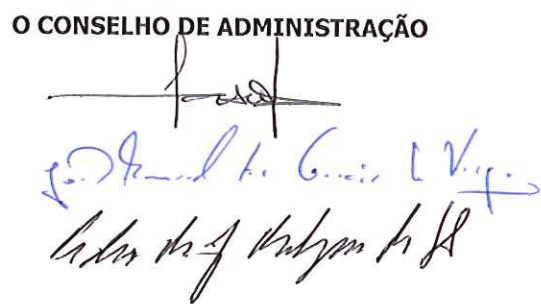
A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais. Nesta conformidade, a Administração entendeu não reconhecer quaisquer gastos nas demonstrações financeiras relativamente às liquidações que anualmente são exigidas pela Autoridade Tributária.

30. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2017	2016
Serviços de auditoria	11 450	11 450
Outros serviços	1 500	-
	<u>12 950</u>	<u>11 450</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Three handwritten signatures in blue ink are stacked vertically on the right side of the page.

CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Acionista:

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.



Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos colaboradores dos diversos departamentos e serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

Ponta Delgada, 26 de Abril de 2018

O CONSELHO FISCAL



Duarte Félix Tavares Giesta (Dr.) – Presidente



Maria João Cordeiro Rodrigues (Dra.) – Vogal



Vera Silva Amaro (Dra.) – Vogal

CAPÍTULO V – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

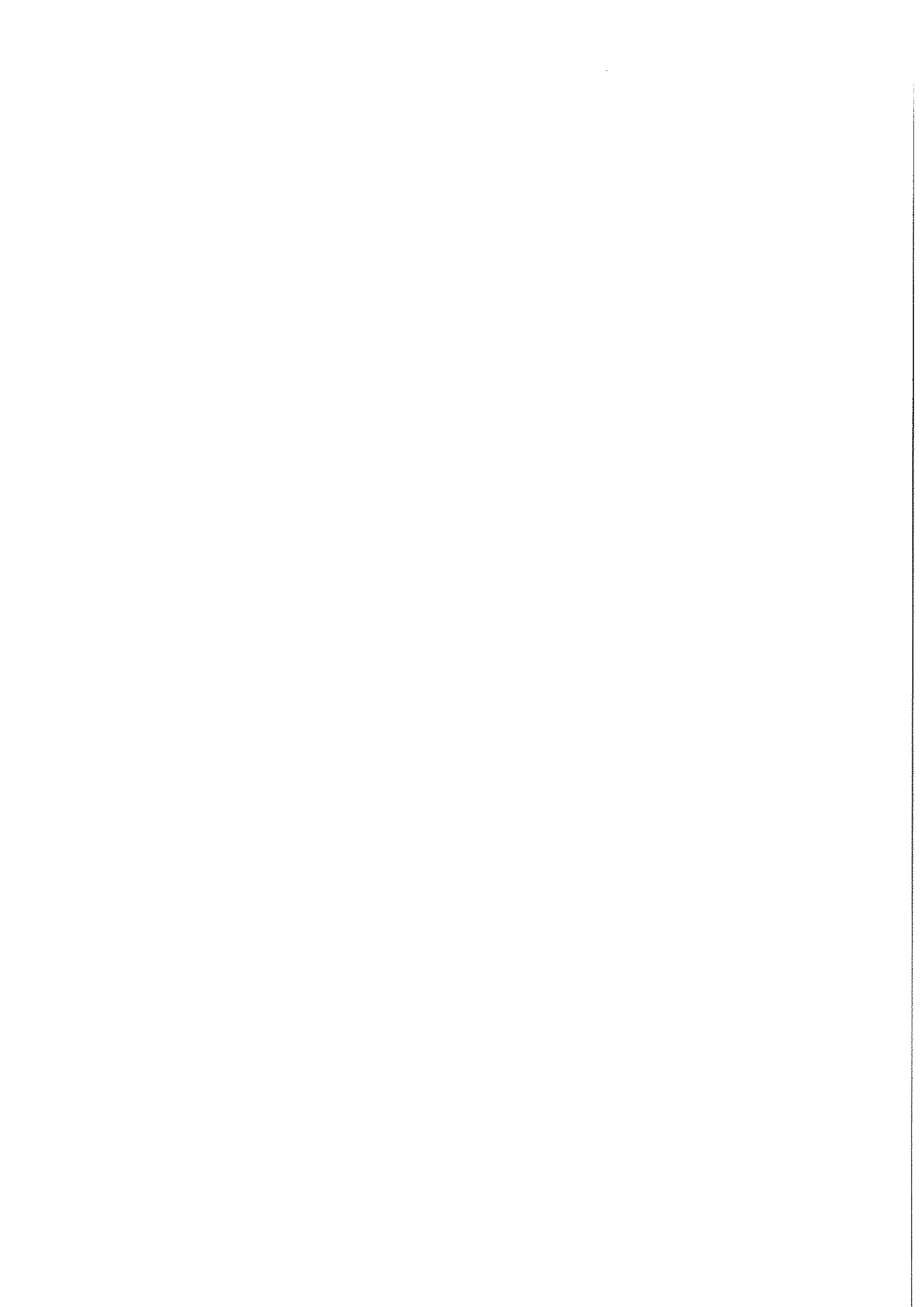
Opinião com reservas

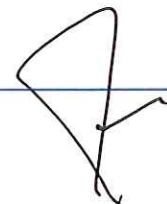
Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 372.177.492 euros e um total de capital próprio de 242.800.069 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.463.949 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 e quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 3 e 4 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas. Como não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e da sua parcial ou total recuperabilidade, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.
2. Como evidenciado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber no montante de 428.356 euros devidos pela subsidiária NAVAL CANAL e pela Associação Portas de Mar, associação sem fins lucrativos, cuja alienação, no primeiro caso, e extinção no outro é pretendida pelo Governo Regional dos Açores. Ambas entidades encontram-se incapazes de solver a integralidade das suas responsabilidades e, inclusivamente, poderão assumir outros encargos adicionais relacionados com matérias não totalmente clarificadas ou resolvidas. Atendendo que,





na presente data, não estão definidas as condições em que decorrerão os processos de liquidação e extinção, não nos podemos pronunciar sobre a recuperabilidade desses ativos e/ou de eventuais encargos adicionais a assumir com essas entidades.

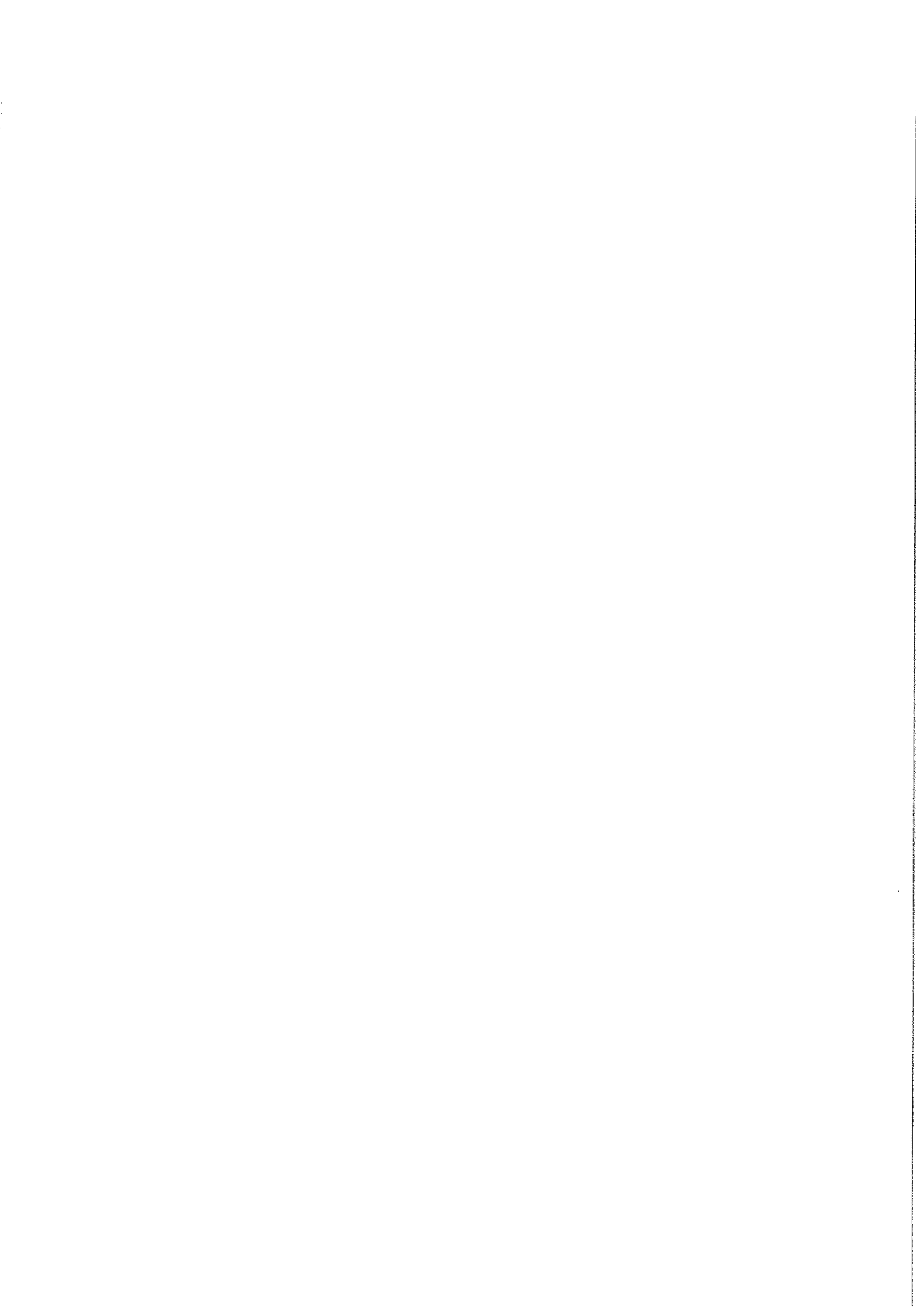
3. Como indicado na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 720.176 euros, montante acumulado correspondente ao imposto não reconhecido com gasto do período (87.602 euros) e de períodos anteriores (632.574 euros).
4. As imparidades das contas a receber de 2.256.539 euros em 31 de dezembro de 2017 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 800.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança.

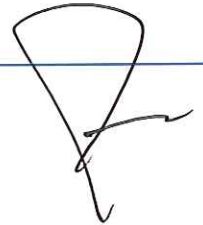
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rentabilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 13 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.





A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na seção “Bases para opinião com reservas”, decidimos que a matéria descrita a seguir é matéria relevante de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Recuperação das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade detinha participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial que ascendiam a 15.235.018 euros, sendo de destacar a participação detida na ATLÂNTICOLINE que explora o transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias através sob de um contrato de fornecimento do serviço público celebrado por períodos e montantes variáveis com a Região Autónoma dos Açores, que é detentora da parte remanescente do capital não detido.

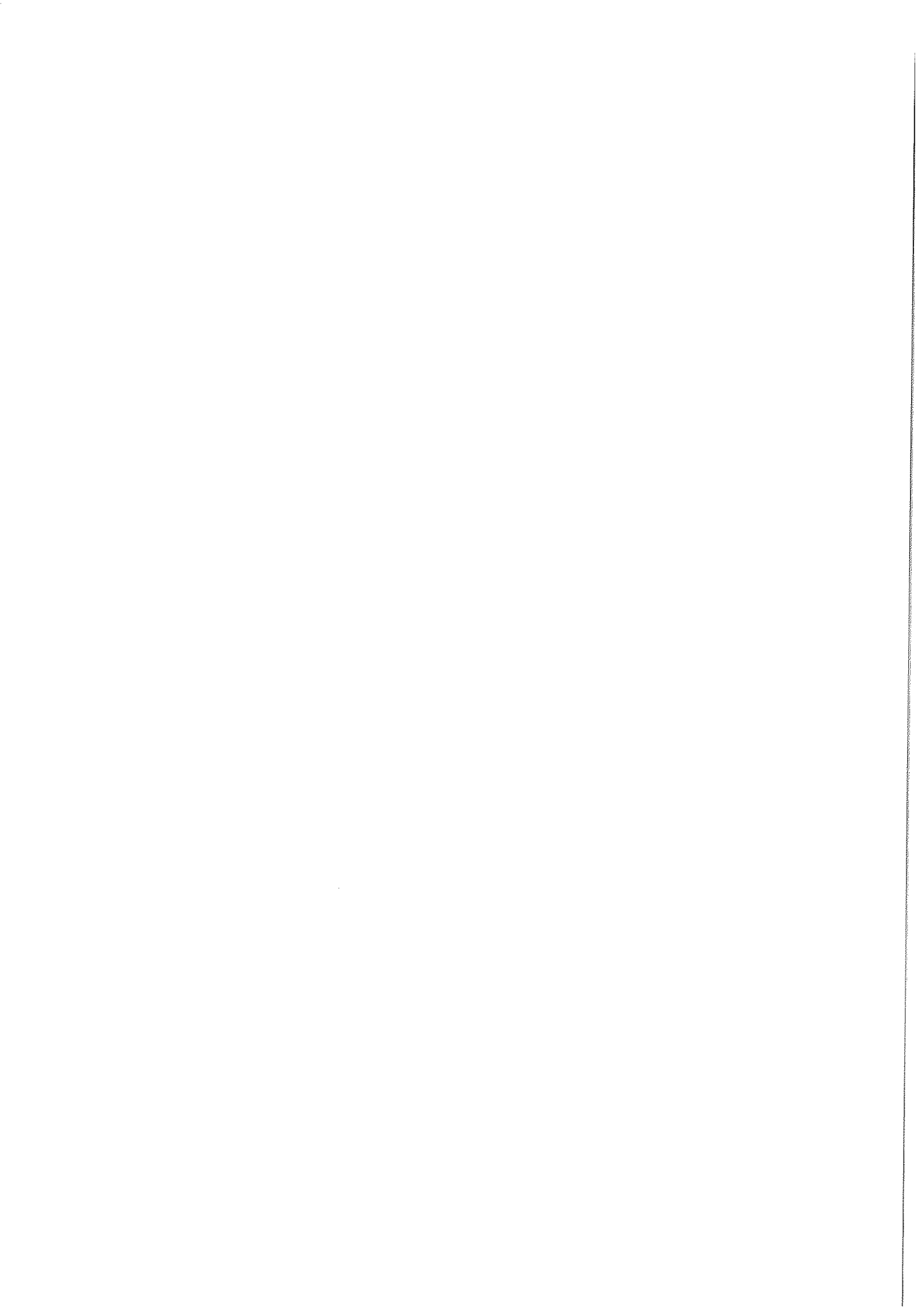
Como divulgado no anexo das demonstrações financeiras desta subsidiária, existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.609.902 euros, que transitam de anos anteriores, e que foram reclassificados neste período para ativos não correntes. A não realização destes saldos pode provocar alguns constrangimentos na tesouraria de exploração que pelo facto do prejuízo ocorrido neste período se encontra pressionada.

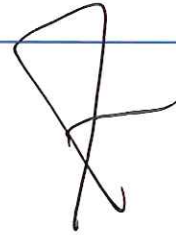
As perdas por imparidades são baseadas na avaliação anual efetuada pela Administração do

Síntese da abordagem aos riscos de distorção material mais significativos

Os procedimentos de auditoria de verificação da adequabilidade da valorização das participações financeiras incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indícios de imparidade;
- (ii) Análise dos testes de imparidade, quando aplicável, através da verificação da razoabilidade dos pressupostos que suportam o modelo dos fluxos de caixa descontados e a adequabilidade da taxa de desconto; e
- (iii) Avaliação da adequabilidade das divulgações expressas nas demonstrações financeiras.





desempenho financeiro passado e previsto desta participada. Sempre que se perspetivem indícios de imparidade, é desencadeado o processo da sua avaliação.

A determinação do valor recuperável é subjetiva e, por isso, consideramos uma área sujeita a riscos significativos de distorção material.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

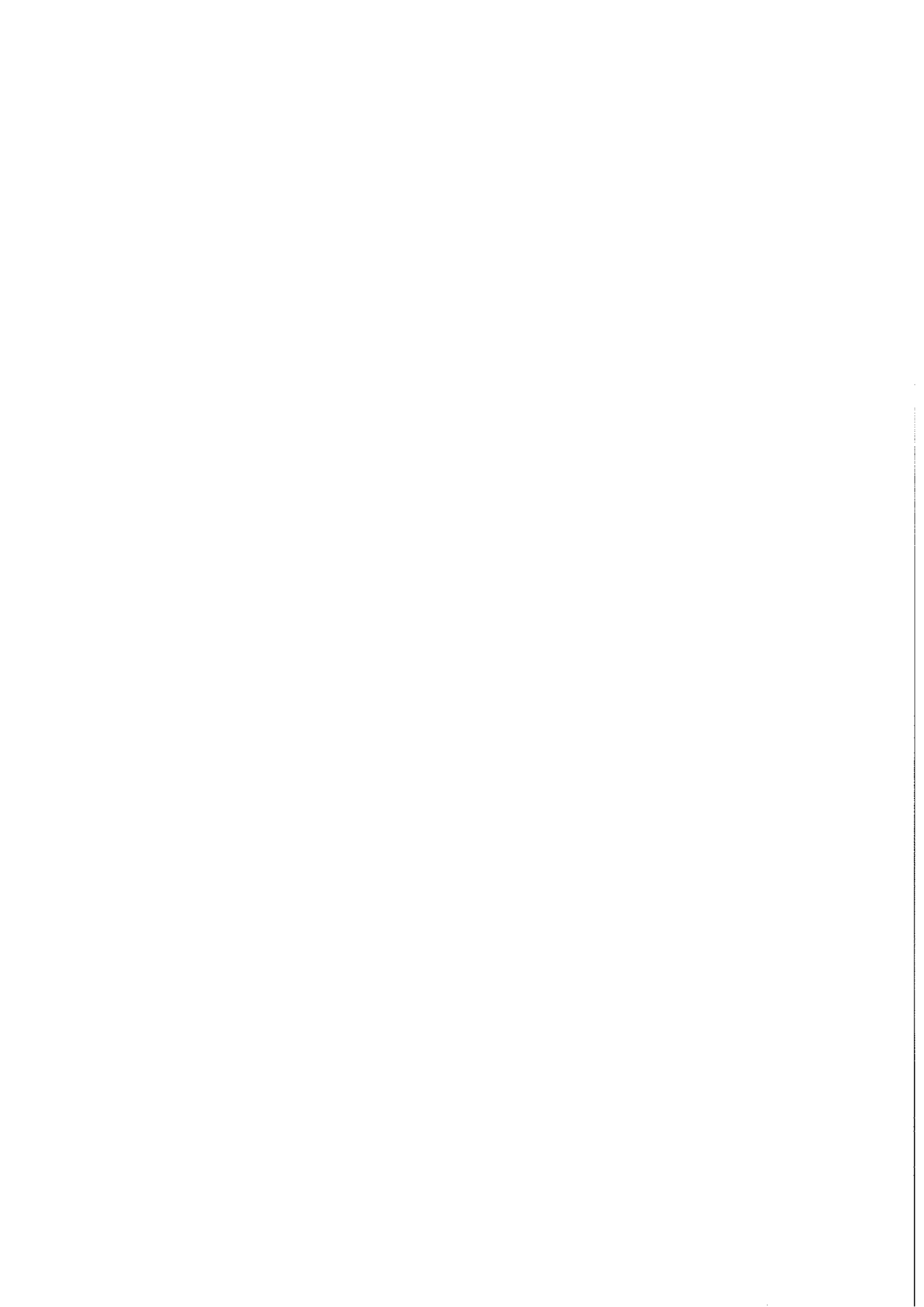
O órgão de gestão é responsável pela:

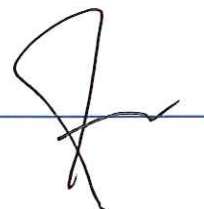
- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

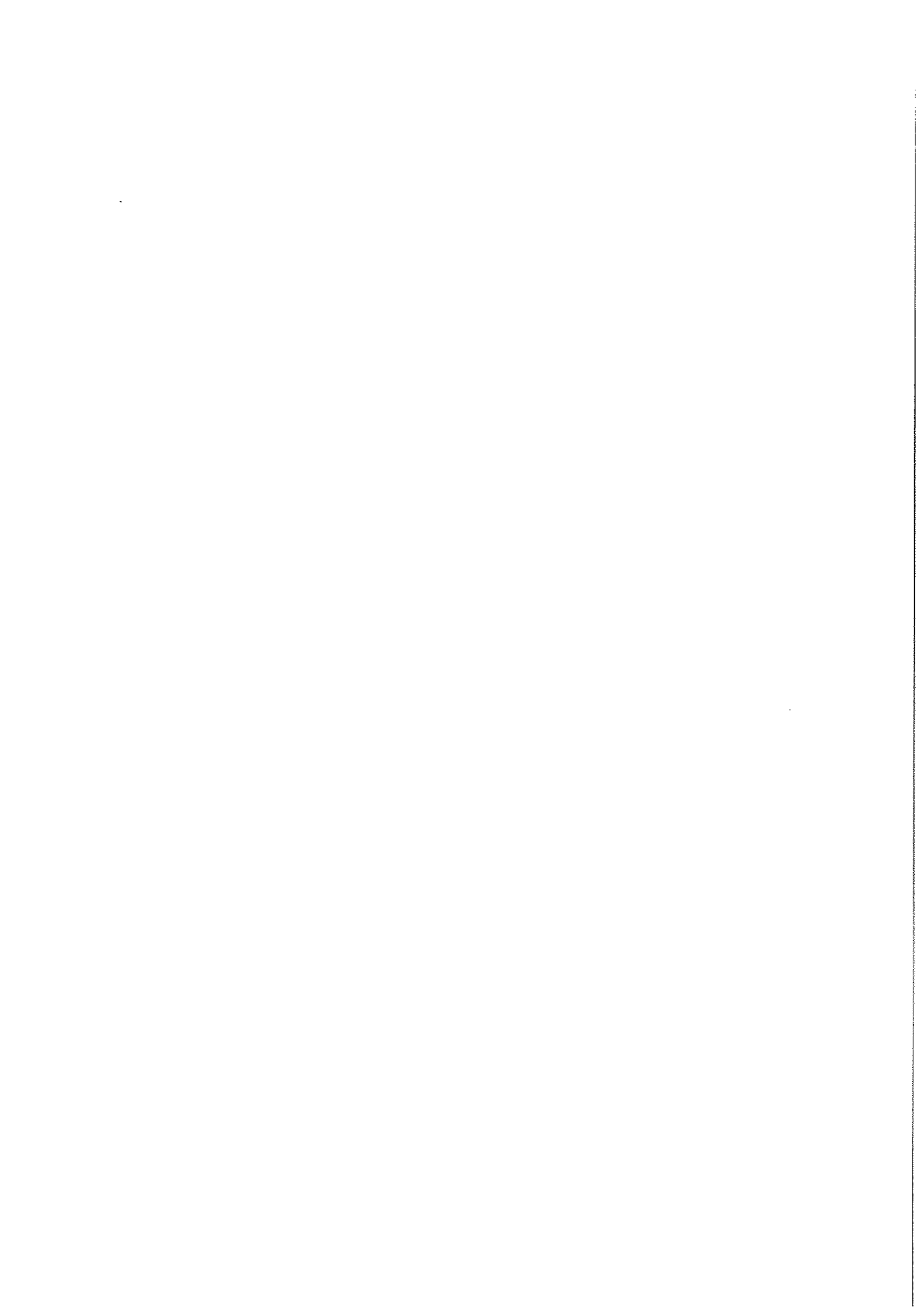
A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

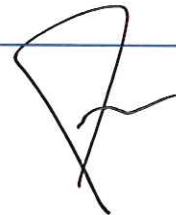




Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação





pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

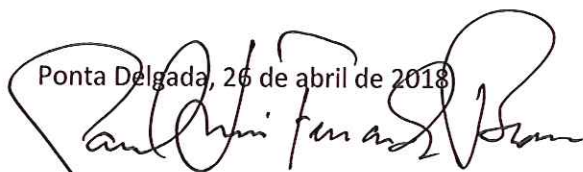
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para o atual mandato em curso, compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de abril de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)



CAPÍTULO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)

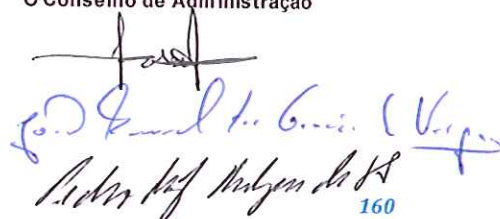
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO	NOTAS	2017	2016
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	314.392.816	300.705.400
Ativos intangíveis	8	249.366	239.026
Propriedades de investimento	9	229.567	-
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	10	924.871	822.831
Outros investimentos financeiros	10	211.391	206.517
Outros créditos a receber	13	36.866.318	4.493.807
Ativos por impostos diferidos	11	58.176	66.472
		<u>352.932.504</u>	<u>306.534.053</u>
Ativo corrente			
Inventários	12	125.676	117.162
Cientes	13	8.753.640	12.181.131
Estado e outros entes públicos	14	364.261	600.268
Outros créditos a receber	13	21.342.020	19.452.314
Diferimentos	15	713.485	680.162
Caixa e depósitos bancários	4	838.109	1.571.303
		<u>32.137.190</u>	<u>34.602.340</u>
Total do ativo		<u>385.069.694</u>	<u>341.136.393</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 16	40.238.700	40.238.700
Reservas legais	17	204.200	204.200
Outras reservas	17	21.403	21.403
Resultados transitados	17	(26.526.331)	(23.168.925)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	17	236.326.046	198.445.074
		<u>250.264.018</u>	<u>215.740.452</u>
Resultado líquido do período		(7.463.950)	(3.399.716)
Interesses que não controlam	18	2.731.807	3.265.621
		<u>245.531.875</u>	<u>215.606.357</u>
Total do capital próprio		<u>245.531.875</u>	<u>215.606.357</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	19	320.904	462.406
Estado e outros entes públicos	14	124.500	256.542
Financiamentos obtidos	20	56.768.057	57.051.070
Passivos por impostos diferidos	11	1.135	2.621
Outras dívidas a pagar	21	52.888.244	44.426.973
		<u>110.102.841</u>	<u>102.199.612</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	21	4.325.240	2.722.341
Estado e outros entes públicos	14	669.728	679.622
Financiamentos obtidos	20	11.077.567	10.880.536
Outras dívidas a pagar	21	13.316.498	8.995.788
Diferimentos	15	45.945	52.138
		<u>29.434.978</u>	<u>23.330.424</u>
Total do passivo		<u>139.537.819</u>	<u>125.530.036</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>385.069.694</u>	<u>341.136.393</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



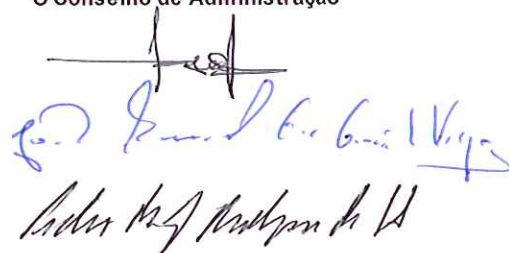
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
 EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	22	32.480.460	34.433.275
Subsídios à exploração	23	36.859	50.991
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	10 e 24	80.549	84.300
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(752.591)	(590.463)
Fornecimentos e serviços externos	25	(19.005.679)	(16.629.350)
Gastos com o pessoal	26	(15.436.457)	(14.635.391)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	(379.360)	(219.359)
Provisões (aumentos/reduções)	19	113.852	(15.153)
Outros rendimentos	27	6.178.459	6.192.619
Outros gastos	28	(366.279)	(522.457)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.949.813	8.149.013
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(8.412.486)	(8.614.965)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.462.673)	(465.952)
Juros e rendimentos similares obtidos	29	-	4.692
Juros e gastos similares suportados	29	(2.392.975)	(2.712.926)
Resultado antes de impostos		(7.855.648)	(3.174.186)
Imposto sobre o rendimento do período	14	(40.506)	(83.691)
Resultado líquido do período		(7.896.154)	(3.257.876)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(7.463.950)	(3.399.716)
Interesses que não controlam	18	(432.205)	141.840
		(7.896.154)	(3.257.876)
Resultado por acção básico		(19,62)	(8,10)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



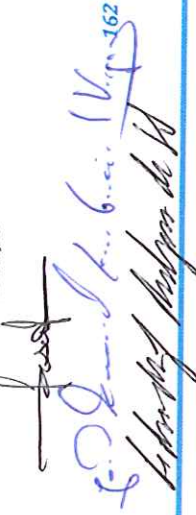
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016		40.238.700	204.200	21.403	(18.887.460)	185.145.321	(4.323.775)	202.398.389	3.203.053	205.601.441
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação dos resultados de 2015		-	-	-	(4.516.018)	-	4.516.018	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(36.961)	36.961	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	(2.976.229)	-	(2.976.229)	-	(2.976.229)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	271.514	16.239.022	(192.243)	16.318.293	(79.271)	16.239.022
		-	-	-	(4.281.465)	13.299.754	4.323.775	13.342.064	(79.271)	13.262.793
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(3.399.716)	141.840	(3.257.877)
RESULTADO INTEGRAL								(3.399.716)	141.840	(3.257.877)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		40.238.700	204.200	21.403	(23.168.925)	198.445.076	(3.399.716)	212.340.735	3.265.621	215.606.356
Saldo em 1 de janeiro de 2017		40.238.700	204.200	21.403	(23.168.925)	198.445.076	(3.399.716)	212.340.735	3.265.621	215.606.356
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3.399.716)	-	3.399.716	-	-	-
Resultados não atribuídos		-	-	-	(59.300)	59.300	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos		-	-	-	-	(8.461.271)	-	(8.461.271)	-	(8.461.271)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	101.610	46.282.941	-	46.384.553	(101.610)	46.282.943
		-	-	-	(3.357.406)	37.880.970	3.399.716	37.923.282	(101.610)	37.821.672
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(7.463.950)	(432.205)	(7.896.155)
RESULTADO INTEGRAL								(7.463.950)	(432.205)	(7.896.155)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		40.238.700	204.200	21.403	(26.526.331)	236.326.046	(7.463.950)	242.800.068	2.731.806	245.531.875

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



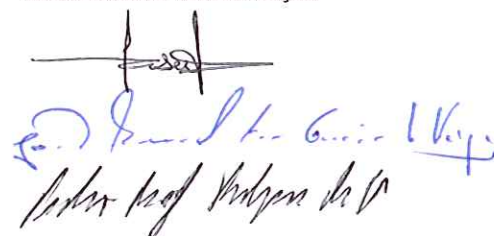
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		37.046.847	30.821.418
Subsídios à exploração		148.158	372.000
Pagamentos a fornecedores		(20.543.534)	(18.657.749)
Pagamentos ao pessoal		(15.103.195)	(14.660.172)
Caixa gerada pelas operações		<u>1.548.276</u>	<u>(2.124.502)</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		108.986	(43.033)
Outros recebimentos/(pagamentos)		386.210	(796.077)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>2.043.473</u>	<u>(2.963.613)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(18.300.884)	(8.901.522)
Ativos intangíveis		(39.136)	(101.168,00)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.328	2.736
Subsídios ao investimento		17.888.903	6.531.754
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		25.000	20.000
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(424.789)</u>	<u>(2.448.199)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		21.942.500	33.623.000
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(22.010.021)	(25.689.888)
Juros e gastos similares		(2.285.170)	(2.128.962)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(2.352.692)</u>	<u>5.804.151</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(734.008)	392.339
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.571.303	1.178.964
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	837.295	1.571.303

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CAPÍTULO VII – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas****Exercício de 2017 e 2016****1. Introdução**

A Portos dos Açores, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a Portos dos Açores, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A., que detinha a totalidade do capital social. Assim, o património da Portos dos Açores, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, conseqüentemente, do capital social da Portos dos Açores.

As ações da Portos dos Açores só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A Portos dos Açores rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são:



Empresas	Sede	Proporção do capital detido Direta
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL, empresa participada a 100%, não foi incluída na consolidação pelo método de integração global, por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

Foi adjudicado à ATLÂNTICOLINE o contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores", celebrado em 23 de fevereiro de 2017 durante o período de 32 meses contados a partir desta data, terminando a 31 de dezembro 2019, e pode se prorrogado por um período máximo de 12 meses, pelo valor máximo de 37.995.994 euros, pagável em:

2017 – 7.998.485 euros

2018 – 9.999.153 euros

2019 – 9.999.153 euros

2020 – 9.999.153 euros

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores no capital social desta participada.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Sede	Proporção do capital detido Direta
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que em que a Portos dos Açores exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a Portos dos Açores adquire a influência significativa até ao momento em que a



mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Portos dos Açores incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

(c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostradas ao custo de aquisição, com exceção dos ativos oriundos das administrações portuárias extintas que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 25
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da Portos dos Açores só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são classificadas como tal, quando são detidas com a pretensão de obter rendas ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento estão reconhecidas pelo custo de aquisição ou pelo valor revalorizado, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

(f) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Portos dos Açores são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(g) Participações financeiras

As participações financeiras noutras empresas são mensuradas pelo método custo deduzida das perdas por imparidade acumuladas.

(h) Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

(i) Ativos e passivos financeiros

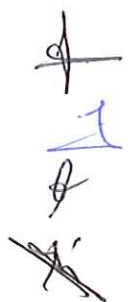
Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Portos dos Açores se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

(j) Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Caixa e seus equivalentes





Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(l) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(m) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(n) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(o) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Portos dos Açores tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(u) Especialização de gastos e rendimentos

A Portos dos Açores regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

**(p) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Portos dos Açores desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Portos dos Açores desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(q) Capital subscrito

O capital subscrito apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(r) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Portos dos Açores. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Portos dos Açores reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação no preço do passageiro transportado não diretamente suportado pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores no âmbito do contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores".

(s) Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela Portos dos Açores são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(t) Benefícios dos empregados

A Portos dos Açores reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago

**(w) Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(x) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(y) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

(z) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos subsequentes são as que seguem:

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos não correntes são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do período.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem



determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação são analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados ou pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

Embora sejam apenas reconhecidos quando existam fortes probabilidades de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, os ativos por impostos diferidos são reapreciados periodicamente pela Administração com base na expectativa do desempenho futuro.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2017	2016
Numerário	45.500	14.908
Depósitos à ordem	792.609	1.556.395
	838.109	1.571.303
Descobertos bancários	(814)	-
	<u>837.295</u>	<u>1.571.303</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros que está apresentado na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo o valor de 837.295 considerado para efeitos de Fluxos de caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2017 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2016, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.



6. Partes relacionadas

Divulgação da empresa mãe imediata

O capital social da Portos dos Açores é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da Portos dos Açores, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

	2017	2016
Remunerações	194 317	194 317

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Portos dos Açores apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:



	2017	2016
Cientes e Outros créditos a receber		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	365	365
Associação Portas do Mar	310 025	303 313
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	302 401	468 249
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40 279	36 047
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	43	-
	<u>653 113</u>	<u>807 974</u>
Fornecedores e Outras dívidas a pagar		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	3 630	374
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	42 851	67 627
	<u>46 481</u>	<u>68 059</u>
Empréstimos concedidos		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	118 000	118 000
	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2017	2016
Serviços prestados		
Associação Portas do Mar	15 930	24 680
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	612 573	729 499
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 634 837	1 617 945
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	241	223
	<u>2 263 582</u>	<u>2 372 347</u>
Compras de produtos e serviços		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	277 821	266 268
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	24 303	16 090
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40 518	23 902
	<u>342 642</u>	<u>306 259</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2017

	Saldo em 01-01-2017	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações /abates	Saldo em 31-12-2017
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 571 282	-	(159 459)	(39 490)	300 372 333
Equipamento básico	52 586 038	76 178	295 994	(56 251)	52 901 959
Equipamento de transporte	821 581	44 872	-	(8 978)	857 475
Equipamento administrativo	3 191 267	28 673	-	-	3 219 939
Outros ativos fixos tangíveis	1 417 730	77 141	-	-	1 494 871
Investimentos em curso	14 241 499	22 108 941	(470 251)	-	35 880 189
	<u>390 907 769</u>	<u>22 335 804</u>	<u>(333 717)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>412 805 138</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	55 960 081	5 818 475	(71 854)	-	61 706 702
Equipamento básico	29 176 542	2 334 552	-	(56 251)	31 454 844
Equipamento de transporte	735 487	32 207	-	(8 978)	758 715
Equipamento administrativo	3 129 317	53 552	-	-	3 182 868
Outros ativos fixos tangíveis	1 200 942	108 250	-	-	1 309 192
	<u>90 202 369</u>	<u>8 347 036</u>	<u>(71 854)</u>	<u>(65 229)</u>	<u>98 412 322</u>
Valor líquido	<u>300 705 400</u>				<u>314 392 816</u>

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-01-2016	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações /abates	Saldo em 31-12-2016
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	299 127 239	132 419	1 311 624	-	300 571 282
Equipamento básico	52 511 857	80 218	31 179	(37 216)	52 586 038
Equipamento de transporte	792 427	50 154	-	(21 000)	821 581
Equipamento administrativo	3 160 020	31 373	-	(127)	3 191 267
Outros ativos fixos tangíveis	1 329 923	87 807	-	-	1 417 730
Investimentos em curso	4 320 562	11 429 001	(1 508 064)	-	14 241 500
	<u>379 320 399</u>	<u>11 810 974</u>	<u>(165 262)</u>	<u>(58 343)</u>	<u>390 907 770</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	50 201 882	5 758 199	-	-	55 960 081
Equipamento básico	26 633 309	2 580 254	-	(37 021)	29 176 542
Equipamento de transporte	726 059	30 427	-	(21 000)	735 487
Equipamento administrativo	3 059 812	69 826	-	(322)	3 129 317
Outros ativos fixos tangíveis	1 105 991	94 951	-	-	1 200 942
	<u>81 727 053</u>	<u>8 533 658</u>	<u>-</u>	<u>(58 343)</u>	<u>90 202 369</u>
Valor líquido	<u>297 593 346</u>				<u>300 705 400</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Conforme referido na Nota 33 o navio Mestre Simão, que será patrimonialmente abatido em 2018 na sequência do sinistro ocorrido nesse ano, tem um valor líquido contabilístico de 8.049.720 euros em 31 de dezembro de 2017.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

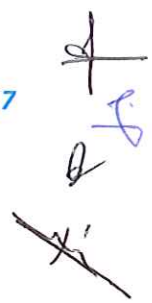
	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	14 241 500	4 320 562
Investimento direto	<u>22 108 941</u>	<u>11 298 692</u>
	36 350 441	15 619 254
Menos:		
Transferência para ativos tangíveis e	<u>(470 253)</u>	<u>(1 377 754)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>35 880 189</u></u>	<u><u>14 241 500</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2017	2016
Ampliação do cais comercial das Velas	16 260 642	10 556 456
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgada	6 037 157	80 686
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	5 554 609	1 349 599
Melhoramento do porto das poças de Santa Cruz das Flores	4 775 300	452 986
Novo terminal de passageiros de São Roque do Pico	368 690	290 000
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	183 435	183 435
Construção recreio náutico Madalena	101 475	101 475
Requalificação e reordenamento da frente marítima da Horta-II	260 205	237 281
Reperfilamento e ampliação Cais 10 e Parque de Contentores	302 716	241 844
Encargos com a construção de navios	43 579	43 579
Outros	<u>1 992 381</u>	<u>704 160</u>
	<u><u>35 880 189</u></u>	<u><u>14 241 500</u></u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:



	2017	2016
Saldo inicial	239 025	163 742
Aquisições:		
Programas informáticos	58 928	6 054
Investimentos em curso	11 017	150 538
Amortizações do ano	(59 605)	(81 308)
Saldo em 31 de dezembro	<u>249 366</u>	<u>239 025</u>
Em exploração	87 811	11 786
Investimento em curso	<u>161 555</u>	<u>150 538</u>
	<u>249 366</u>	<u>239 025</u>

Conforme referido na Nota 33, o navio Mestre Simão, que será patrimonialmente abatido em 2018 na sequência do sinistro ocorrido nesse ano, tem um valor líquido contabilístico de 8.049.720 euros em 31 de dezembro de 2017.

9. Propriedades de investimento

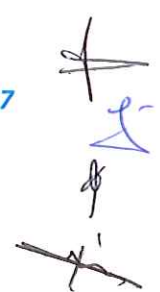
Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na rubrica Propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento
Ativo bruto	
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	307 266
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	<u>307 266</u>
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas	
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	-
Transferência de ativos fixos tangíveis	71 854
Depreciações do ano	5 845
Saldo final a 1 de janeiro de 2017	<u>77 699</u>
Valor líquido em 2017	<u><u>229 567</u></u>

Na rubrica Propriedades de investimento está reconhecido o antigo edifício sede da TRANSMACOR, incorporado no processo de fusão com aquela entidade. O total de rendas em 2017 foi de 15.830 euros (em 2016 -13.500 euros).

10. Participações e outros investimentos financeiros

O saldo da rubrica "Participações financeiras" encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:



	2017	2016
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	924 872	822 831
	<u>924 872</u>	<u>822 831</u>
Outros investimentos financeiros		
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	118 000	118 000
Participações financeiras - método de custo	78 277	78 277
Participações financeiras - método de justo valor	15 113	10 239
	<u>211 391</u>	<u>206 517</u>
	<u>1 136 262</u>	<u>1 029 347</u>

Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Empresas associadas	31 de dezembro de 2017			
	Capital detido	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	(62 190)	(1 843)	-
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 280 467	6 043	320 117
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	509 710	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
				<u>924 872</u>

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2016			
	Capital detido	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participaç
NAVAL CANAL, LDA.	100	(60 347)	(19 130)	-
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 372 528	9 509	343 132
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	390 301	93 266	78 060
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 368 977	192 768	273 795
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	639 215	123 579	127 843
				<u>822 831</u>

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:



	2017	2016
Saldo inicial	822 831	783 057
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	(5 000)	-
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	46 491	(24 526)
Resultados do ano	80 549	84 300
Saldo final	924 872	822 831

Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias

Em 2015, foram concedidos dois empréstimos de financiamento à subsidiária Naval Canal, um no montante de 8.000 euros com prazo de reembolso de 6 meses, com termo a 1 de março de 2016 vencendo juros à taxa anual de 4%, e outro no montante de 110.000 euros com um prazo de reembolso de 9 meses, com termo a 25 de junho de 2016, vencendo juros a uma taxa anual de 4%.

Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo está registada (i) a participação financeira de 0,28% no capital social da sociedade Ilhas de Valor, S.A. no montante de 25.000 euros, (ii) a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar (iii) uma jóia de 1.000 euros na Associação de Armadores da Marinha do Comércio, e (iv) uma participação de 5%, no capital social da empresa Mareaçor, Lda adquirida por 32.277 euros.

Os fundos patrimoniais da Associação Portas do Mar eram negativos em 259.809 euros em 31 de dezembro de 2017. Nesta data, existia um saldo devedor de 310.025 euros (em 2016 – 303.313 euros).

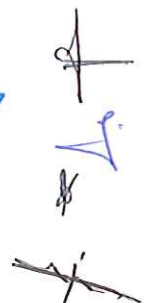
Participações financeiras – método do justo valor

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são as seguintes:

Participações financeiras - método de justo valor	2017	2016
Fundo de Compensação do Trabalho	15 113	10 239

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como se segue:



Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos			
Provisões não aceites fiscalmente	66.472	(8.296)	58.176
	<u>66.472</u>	<u>(8.296)</u>	<u>58.176</u>
Passivos por impostos diferidos			
Valores a pagar à RAA	2.621	(1.486)	1.135
	<u>2.621</u>	<u>(1.486)</u>	<u>1.135</u>

Em 31 de dezembro de 2016				
	Constituição		Reversão	
	Saldo inicial	Resultados do ano	Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	68.922	2.773	(5.222)	66.472
Perdas por imparidade de créditos	2.539	-	(2.539)	-
	<u>71.460</u>	<u>2.773</u>	<u>(7.761)</u>	<u>66.472</u>
Passivos por impostos diferidos				
Valores a pagar à RAA	1.762	859	(174)	2.447
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	-	174
	<u>1.937</u>	<u>859</u>	<u>(174)</u>	<u>2.621</u>

Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras da empresa-mãe o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis, por não existirem condições para determinar com rigor a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

Na determinação dos ativos e passivos por impostos diferidos foi aplicada a taxa de IRC, que na Região Autónoma dos Açores é de 16,8%, taxa que foi acrescida da taxa de derrama de 1,5%, correspondendo a uma taxa agregada de 18,3% (em 2016 – 18,3%).

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Inventário inicial	117 162	108 723
Compras	761 105	598 902
Inventário final	<u>(125 676)</u>	<u>(117 162)</u>
Custo das vendas	<u>752 591</u>	<u>590 463</u>
Inventário final	125 676	117 162
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u><u>125 676</u></u>	<u><u>117 162</u></u>

13. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Empresas associadas (Nota 6)	343.088	-	504.661	-
Empresas relacionadas				
Associação Portas do Mar	310.025	-	303.313	-
Outros	<u>10.331.464</u>	<u>-</u>	<u>13.306.962</u>	<u>-</u>
	10.984.577	-	14.114.936	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(2.230.937)</u>	<u>-</u>	<u>(1.933.805)</u>	<u>-</u>
	<u>8.753.640</u>	<u>-</u>	<u>12.181.131</u>	<u>-</u>
Outros créditos a receber				
Pessoal	-	-	7.030	-
Acréscimos de rendimentos	47.630	-	94.174	-
Outros devedores				
Subsídios à exploração	-	4.946.577	5.094.735	-
Subsídios para investimentos	20.595.257	31.919.740	13.648.237	4.481.835
IMI	632.574	-	542.631	-
Outros	<u>90.905</u>	<u>-</u>	<u>89.852</u>	<u>11.972</u>
	21.366.366	36.866.318	19.476.659	4.493.807
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(24.346)</u>	<u>-</u>	<u>(24.346)</u>	<u>-</u>
	<u>21.342.020</u>	<u>36.866.318</u>	<u>19.452.314</u>	<u>4.493.807</u>

A classificação da quantia escriturada líquida de Clientes e das Outros créditos a receber é mostrada no balanço de acordo com os planos previstos.

Anos	2017	2016
RAA-Serviço público		
2014	2 622 235	2 622 235
2017	<u>1 287 682</u>	<u>-</u>
	<u>3 909 917</u>	<u>2 622 235</u>



Na rubrica de Outros devedores estão reconhecidos saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores, no montante de 7.609.902 euros que transitam de anos anteriores (2012 e 2014) que foram reclassificados neste período para ativos não correntes, por o momento da sua realização. Não nos foi disponibilizada informação que nos permita aferir se os saldos serão integralmente aceites e liquidados e, nestas circunstâncias, não nos podemos pronunciar sobre a sua efetiva realização.

O saldo devedor da rubrica de Subsídios para investimentos, compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

	2017	2016
Reordenamento do porto da Horta	92 185	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	6 301 143	14 214 776
Construção Rampa RO-RO, Dragagem Calheta, S. Jorge	806 438	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	10 806 590	-
Requalificação do porto de Ponta Delgada	31 661 160	-
Reachstackers	184 157	184 157
Construção navios 40 m	2 663 325	2 797 017
Outros	-	35 500
	<u>52 514 997</u>	<u>18 130 073</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estes saldos contabilizados por contrapartida de capitais próprios, poderão ser disponibilizadas nos seguintes anos:

Anos	2017	2016
2017	-	13 648 237
2018	20 595 257	4 481 835
2019	<u>31 919 740</u>	-
	<u>52 514 997</u>	<u>18 130 073</u>

Regra geral, as comparticipações financeiras relacionadas com os contratos-programa atribuídos pelo Governo Regional para financiar parcialmente determinados investimentos, são apenas reconhecidos na data do seu recebimento, porque existe uma preceito restritivo da sua atribuição definitiva, em de um apoio suplementar de outra entidade financiadora.

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 30.243 euros (em 2016 era de 30.243 euros) são mostrados em Outras dividas a pagar (Nota 21).

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos 2010 e 2016 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/ reclamado da decisão da Autoridade eTributária, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados de anos anteriores.

O IMI de 2016 que irá ser exigido em 2017 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.602 euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos não cobertos por imparidades apresentavam a seguinte antiguidade:

	31/12/2017	31/12/2016
Antiguidade de saldos		
Inferiores a 6 meses	6 335 860	10 000 471
Inferiores a 12 meses	491 582	761 403
Inferiores a 18 meses	859 281	270 123
Inferiores a 24 meses	185 576	154 093
Superiores a 24 meses	<u>881 341</u>	<u>995 041</u>
	<u>8 753 640</u>	<u>12 181 131</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

Em 31 de dezembro de 2017					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	1 933 805	531 172	(151 812)	(82 228)	2 230 937
Outras contas a receber	<u>24 346</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24 346</u>
	<u>1 958 151</u>	<u>531 172</u>	<u>(151 812)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 255 283</u>

Em 31 de Dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	1 755 099	417 962	(184 732)	(54 524)	1 933 805
Outras contas a receber	<u>38 217</u>	<u>-</u>	<u>(13 872)</u>	<u>-</u>	<u>24 346</u>
	<u>1 793 316</u>	<u>417 962</u>	<u>(198 603)</u>	<u>(54 525)</u>	<u>1 958 150</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 379.360 euros (perda) e de 219.359 euros (perda) em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar/pagar	77 028	15 594	205 706	13 536
Pagamento especial por conta	44 183	-	78 282	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	176 091	-	192 775
Trabalho independente	-	2 494	915	-
Rendimentos profissionais	-	2 188	-	1 946
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	142 818	-	135 364	-
IVA - reembolsos pedidos	100 000	-	180 000	-
Outros impostos	-	64 480	-	107 186
Contribuições para a segurança social	232	529 182	-	615 525
Outras tributações	-	4 199	-	5 197
	<u>364 261</u>	<u>794 228</u>	<u>600 268</u>	<u>936 164</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a Portos dos Açores exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Os impostos a pagar são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a seu estado de recuperação ou de liquidação.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser revistas.

A Portos dos Açores entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2017	2016
Imposto corrente	(33 696)	(78 018)
Imposto diferido	<u>(6 810)</u>	<u>(5 672)</u>
	<u>(40 506)</u>	<u>(83 690)</u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar/a pagar em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresenta se como se segue:

	2017		2016	
	A recuperar	A pagar	A recuperar	A pagar
Pagamento por conta	93 690	-	269 097	-
Retenções na fonte	358	1 081	31	1 061
Estimativa de IRC	<u>(17 021)</u>	<u>(16 675)</u>	<u>(63 422)</u>	<u>(14 596)</u>
IRC a recuperar/(a pagar)	77 028	(15 594)	205 706	(13 535)
PEC não utilizados	44 183	-	78 282	-
Imposto sobre o rendimento	<u>121 211</u>	<u>(15 594)</u>	<u>283 988</u>	<u>(13 535)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de pagamentos especiais por conta que poderão ainda ser recuperados apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2017	2016	Ano de reporte
2012	-	3 408	2017
2013	-	28 586	2018
2014	29 868	29 867	2021
2015	<u>14 315</u>	<u>16 421</u>	2022
	<u>44 183</u>	<u>78 282</u>	

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é variável de acordo com o ano da sua ocorrência e como indicado abaixo. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prejuízos fiscais reportáveis da empresa-mãe e da subsidiária ATLÂNTICOLINE, podem ser assim resumidos:

Ano de geração	2017	2016	Ano de reporte
2012	-	3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 291 775	2018
2014	5 388 079	5 450 585	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 327 183	3 327 183	2028
2017 (a)	<u>5 988 973</u>	-	2022
	<u>22 834 657</u>	<u>20 943 741</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

O saldo a pagar do IMI, no valor de 64.480 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 13, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em



fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributaria, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução de juros de mora e aderiu a um novo plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 euros para 3.559 euros.

	2017	2016
2017	-	42 706
2018	42 706	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>64 480</u>	<u>107 186</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 479.167, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2017, às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE no montante de 107.287 euros, 170.859 euros e 10.243 euros, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 190.778 euros que serão liquidados em prestações mensais no montante de 7.338 nos seguintes anos:

	2017	2016
2017	88 051	86 707
2018	88 051	88 051
2019	14 675	88 051
2020	-	15 960
	<u>190 778</u>	<u>278 770</u>

Na sequência destes acordos de pagamento a exigibilidade da rubrica Estado e outros Entes públicos é a seguinte:

	2017	2016
Corrente	<u>669 728</u>	<u>679 622</u>
Não corrente	<u>124 500</u>	<u>256 542</u>

15. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:



	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	45 150	73 157
Combustíveis	130 055	102 997
Fardamento/EPI	3 685	3 335
Lubrificantes e outros	46 493	29 805
Máquinas e equipamentos	430 673	416 625
Material de consumo	57 428	54 054
Outros	-	189
	<u>713 485</u>	<u>680 162</u>
Rendimentos a reconhecer		
Encargos com fretamento e outros	<u>45 945</u>	<u>52 138</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com o período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

16. Capital subscrito

O capital subscrito da Portos dos Açores é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

17. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a Portos dos Açores é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas decorreram de:

Resultados transitados



	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	(23 168 925)	(18 887 460)
Aplicação de resultados	(3 399 716)	(4 516 018)
Resultados não atribuídos	(59 300)	(36 961)
Outras variações	101 610	271 514
Saldo em 31 de dezembro	<u>(26 526 331)</u>	<u>(23 168 925)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 19 de abril de 2017, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 3.399.716 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas.

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	236 721	224 286
Variações nos capitais próprios:		
AGESPI	(24 526)	(24 526)
OPERTERCEIRA	71 017	-
Resultados não atribuídos	59 300	36 961
Saldo em 31 de dezembro	<u>342 512</u>	<u>236 721</u>

Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Ajustamentos em subsídios	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2016	226 341 536	(41 420 501)	
Subsídios atribuídos	22 312 833	(4 083 249)	
Transferência para resultados	(6 047 254)	1 106 648	
Desreconhecimento de subsídios	(2 031)	372	
Saldo em 1 de janeiro de 2017	242 605 083	(44 396 731)	<u>198 208 353</u>
Subsídios atribuídos	52 997 166	(9 698 481)	
Transferência para resultados	(6 000 517)	1 098 095	
Desreconhecimento de subsídios	(760 198)	139 116	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>288 841 535</u>	<u>(52 858 001)</u>	<u>235 983 534</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido dos correspondentes impostos associados a pagar no futuro que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O ajustamento por impostos que estão registados em Outras dívidas a pagar será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 27).

Conforme referido na Nota 7 e 33, o navio Mestre Simão que será abatido, em 2018, tem associado um subsídio ao investimento de 7.944.961 euros, que é evidenciado nesta rubrica líquido de impostos no montante de

6.491.034 euros. Na presente data, não são ainda conhecidas as condições que serão definidas para este subsídio, cujo valor inicial atribuído foi de 9.458.288 euros.

18. Interesses que não controlam

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 diz respeito à subsidiária ATLÂNTICOLINE, cujo parte do capital subscrito é detido pelo acionista Região Autónoma dos Açores. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:

	2017	2016
Saldo inicial	3 265 621	3 203 053
Varição no capital próprio	(101 610)	(79 271)
Lucro/(prejuízo) do período	(432 205)	141 840
Saldo final	<u>2 731 807</u>	<u>3 265 621</u>

19. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reversão	Pagamentos	Saldo final
Banco Popular	96 170	(96 170)	-	-
Pessoal	3 000	-	-	3 000
Acidentes em serviço	363 236	(17 682)	(27 649)	317 904
	<u>462 406</u>	<u>(113 852)</u>	<u>(27 649)</u>	<u>320 904</u>

31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Pagamentos	Saldo final
Banco Popular	96.170	-	-	96.170
Pessoal	3.000	-	-	3.000
Acidentes em serviço	507.621	15.153	(28.538)	363.236
	<u>606.791</u>	<u>15.153</u>	<u>(28.538)</u>	<u>462.406</u>

Na base da legislação em vigor, a Portos dos Açores têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão constituída para esse efeito, no montante de 317.904 euros e 363.236 euros, respetivamente, não está baseada num estudo atuarial.

Em 2017, procedeu-se à anulação da provisão de 96.170 euros constituída na sociedade incorporada em 2015, por se ter concluído pela inexistência de qualquer obrigação presente resultante de acontecimentos passados.

20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos bancários	7 277 979	6 932 959	52 208 655	50 651 196
Conta corrente caucionada	1 898 000	2 513 000	-	-
Incentivos financeiros	1 890 840	1 419 471	4 738 580	6 556 830
Contratos de locação finan	33 915	25 450	70 223	59 425
Descontos de títulos	17 426	23 234	-	-
Descobertos bancários	814	-	-	-
	<u>11 118 973</u>	<u>10 914 114</u>	<u>57 017 457</u>	<u>57 267 450</u>
Encargos a pagar	<u>(41 405)</u>	<u>(33 578)</u>	<u>(249 400)</u>	<u>(216 380)</u>
	<u>11 077 567</u>	<u>10 880 536</u>	<u>56 768 057</u>	<u>57 051 070</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros representado na rubrica de Financiamentos obtidos.

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, reconhecendo como gasto ao longo do período do contrato de financiamento.

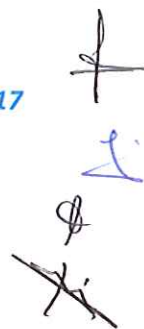
As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por avales (30.054.881 euros) e cartas conforto (12.536.885 euros) da Região Autónoma dos Açores em 31 de dezembro de 2017.

O empréstimo concedido à subsidiária ATLATICOLINE, cujo saldo era de 3.434.114 euros em 31 de dezembro de 2017, está garantido por hipoteca sobre um imóvel.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a taxa de juro média dos empréstimos bancários era de 3.53% e 4.24%.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam contas correntes caucionadas disponíveis em várias instituições financeiras, tendo sido constituídas como garantias as livranças e cartas conforto, até ao limite de sete milhões de euros que estavam utilizadas em 1.898.000 euros.

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):



	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Descontos de títulos	Total
2018	9 176 792	1 890 840	33 915	17 426	11 118 973
2019	7 769 254	1 362 503	32 930	-	9 164 687
2020	3 336 364	1 362 094	19 193	-	4 717 652
2021	5 815 137	64 613	9 429	-	5 889 179
2022	6 396 917	214 226	8 671	-	6 619 814
2023 e seguintes	28 890 984	1 735 143	-	-	30 626 127
	<u>61 385 449</u>	<u>6 629 419</u>	<u>104 139</u>	<u>17 426</u>	<u>68 136 430</u>

21. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Empresas associadas (Nota 6)	45.988	-	68.000	-
Outros	4.279.252	-	2.654.341	-
	<u>4.325.240</u>	<u>-</u>	<u>2.722.341</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	6.148	-	8.293	-
Fornecedores de investimento	10.196.027	-	6.178.637	-
Acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	1.433.490	-	1.372.582	-
Juros a liquidar	93.902	-	65.508	-
Outros acréscimos de gastos	49.036	-	162.787	-
Outros credores				
Subsídios a devolver	-	30.243	-	30.243
Ajustamentos em subsídios	-	52.858.001	-	44.396.730
Extração de areia	1.140.818	-	975.958	-
Cauções recebidas	324.183	-	156.081	-
Outros	72.894	-	75.941	-
	<u>13.316.498</u>	<u>52.888.244</u>	<u>8.995.787</u>	<u>44.426.973</u>

O saldo de subsídios a devolver refere-se essencialmente a subsídios recebidos indevidamente no âmbito de projetos de investimento que a Portos dos Açores tem de devolver.

O saldo de Ajustamentos em subsídios, classificado em não corrente, é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.140.818 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações que a Portos dos Açores terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.



22. Vendas e serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela Portos dos Açores, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:

	2017	2016
Vendas		
Combustível	663 046	491 660
Produtos a bordo e outros	<u>11 666</u>	<u>24 862</u>
	<u>674 712</u>	<u>516 522</u>
Serviços prestados		
Atividade portuária		
Operações de navios e embarcações	4 563 628	4 562 180
Operações de carga	3 634 398	3 569 525
Utilização de equipamentos	5 679 031	6 143 071
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1 489 915	1 671 837
Alugueres, ocupações e concessões	1 324 404	1 374 112
Exploração náutica de recreio	976 156	932 740
Outros serviços prestados	<u>615 379</u>	<u>619 965</u>
	<u>18 282 912</u>	<u>18 873 431</u>
Atividade de transporte marítimo e carga		
Transporte de passageiros e carga	5 136 011	4 699 386
Obrigações serviço público	7 998 485	9 998 655
Outros	<u>388 341</u>	<u>345 281</u>
	<u>13 522 837</u>	<u>15 043 322</u>
Vendas e serviços prestados	<u>32 480 460</u>	<u>34 433 275</u>

Em conformidade com as condições previstas no contrato mencionado na nota introdutória do anexo, todas as obrigações de prestação de serviço de transporte público foram cumpridas e, consequentemente, reconhecida a totalidade da receita contratualmente prevista (equivalente a 586.110 passageiros transportados).

23. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica Subsídio à exploração, apresentava os seguintes saldos:

	2017	2016
PIIE	413	34 331
Projeto GAIN4MOS	16 436	16 660
Interreg Nautico	2 423	-
Interreg Ecomarport	<u>17 587</u>	<u>-</u>
	<u>36 859</u>	<u>50 991</u>

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito do projeto GAIN4MOS e PIIE.



24. Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas

Os ganhos e perdas em empresas de grupo e associadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Empresas associadas		
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	23 882	18 653
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	1 511	2 377
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	45 841	38 554
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	9 316	24 716
	<u>80 549</u>	<u>84 300</u>

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi a seguinte:

	2017	2016
Subcontratos		
Gestão Portas do Mar	612 824	612 824
Aluguer de navios	5 951 406	5 419 918
Outros	1 016 025	936 097
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	829 443	768 333
Vigilância e segurança	1 070 696	1 050 860
Conservação e reparaçã	2 104 504	1 505 511
Outros	321 900	191 890
Materiais	155 554	163 956
Energia e fluídos		
Eletricidade	624 814	669 958
Combustíveis de navios	3 581 025	3 211 388
Outros	289 080	364 502
Deslocações, estadas e tra	458 485	253 762
Serviços diversos		
Seguros	427 310	433 221
Limpeza, higiene e confo	408 605	448 719
Outros	1 154 010	598 411
	<u>19 005 679</u>	<u>16 629 350</u>

Os encargos com o aluguer dos navios, durante o ano de 2017 e 2016, foram assim distribuídos:



	2017	2016
Expresso Santorini	3 378 480	3 049 999
Hellenic Wind	2 571 360	2 369 919
Outros	1 566	-
	<u>5 951 406</u>	<u>5 419 918</u>

26. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	337 415	326 528
Remunerações do pessoal	11 924 100	11 259 981
Benefícios pós emprego	-	38 836
Encargos sobre remunerações	2 707 745	2 581 038
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	193 489	179 308
Gastos de ação social	8 756	19 977
Outros		
Indemnizações	19 773	25 280
Outros	245 179	204 444
	<u>15 436 457</u>	<u>14 635 391</u>

O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 391 trabalhadores (em 2016 – 372 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica “Benefícios Pós-Emprego” corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Empresa, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a entidade Açoreana Seguros.

27. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	43 033	48 794
Descontos de pronto pagamento obtidos	70	10
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 684	33 741
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios ao investimento	6 000 517	6 047 254
Benefícios e penalidades	-	32 465
Juros de mora	71	-
Outros	128 084	30 357
	<u>6 178 459</u>	<u>6 192 619</u>

A rubrica de Rendimentos suplementares inclui rendas pela utilização parcial do imóvel da sede da Atlânticoline, referido na Nota 9 no montante de 15.830 euros (em 2016- 13.500 euros).

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados (Nota 17).

28. Outros gastos

Os outros gastos , nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	2017	2016
Impostos - IMI e outros	60 488	60 946
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	1 133	42 327
Quotizações	10 425	29 915
Donativos	104 238	128 407
Multas e penalidades	122 517	189 477
Outros	67 477	71 385
	<u>366 279</u>	<u>522 457</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real do IMI, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributária, em fevereiro de 2016, pelo que não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 13 e 27).

Na rubrica de Multas e penalidades estão consideradas os juros debitados por fornecedores e outras entidades por atrasos de pagamento e planos prestacionais.

29. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e 2016, tinham a seguinte composição:



	2017	2016
Juros e outros rendimentos similares		
Juros - valor descontado	-	4 692
	<u>-</u>	<u>4 692</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de financiamentos obtidos	1 832 334	1 995 292
Mora e compensatórios	1 045	163
Juros - valor descontado	8 118	23 802
Outros juros	56	220
Outros gastos e perdas de financiamento		
Comissões bancárias	423 763	551 925
Imposto selo	126 691	120 598
Outros	968	20 926
	<u>2 392 975</u>	<u>2 712 926</u>

30. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 32.856.891 euros e 33.364.459 euros, respetivamente.

31. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as garantias bancárias prestadas eram de contratos de concessão de incentivos financeiros em 31 de dezembro de 2017 atingiam um valor de 6.942.039 euros (em 2016 – 6.507.641 euros).

32. Outros ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 13 e 14), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito.

33. Acontecimentos após a data do Balanço

Em janeiro de 2018, ocorreu um sinistro grave com o navio Mestre Simão, tendo a Administração decidido pelo seu abate patrimonial, que implicará uma redução dos ativos fixos tangíveis em 8.049.720 euros. A indemnização decorrente do desreconhecimento deste ativo atribuída pela entidade seguradora perfaz o montante de 9.178.921 euros. Nesta data, não são ainda conhecidas as condições que serão estabelecidas para o montante do

subsídio ao investimento que foi atribuído na aquisição deste ativo, que está reconhecido em capitais próprios pelo valor líquido de 7.944.961 euros em 31 de dezembro de 2017.

34. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

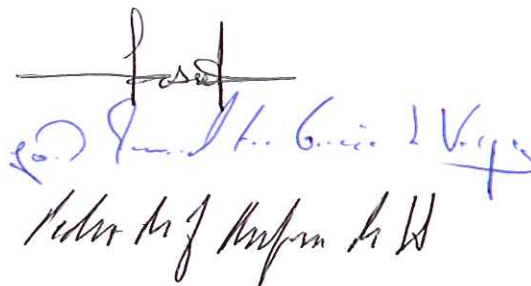
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os honorários faturados ao pelo Revisor Oficial de Contas é a seguinte:

	2017	2016
Revisão Legal de Contas		
Empresa	11 450	11 450
Subsidiárias e associadas	16 020	16 020
Outros serviços		
Subsidiárias	1 500	5 000
	<u>28 970</u>	<u>32 470</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CAPÍTULO VIII – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS

Senhor Acionista:

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

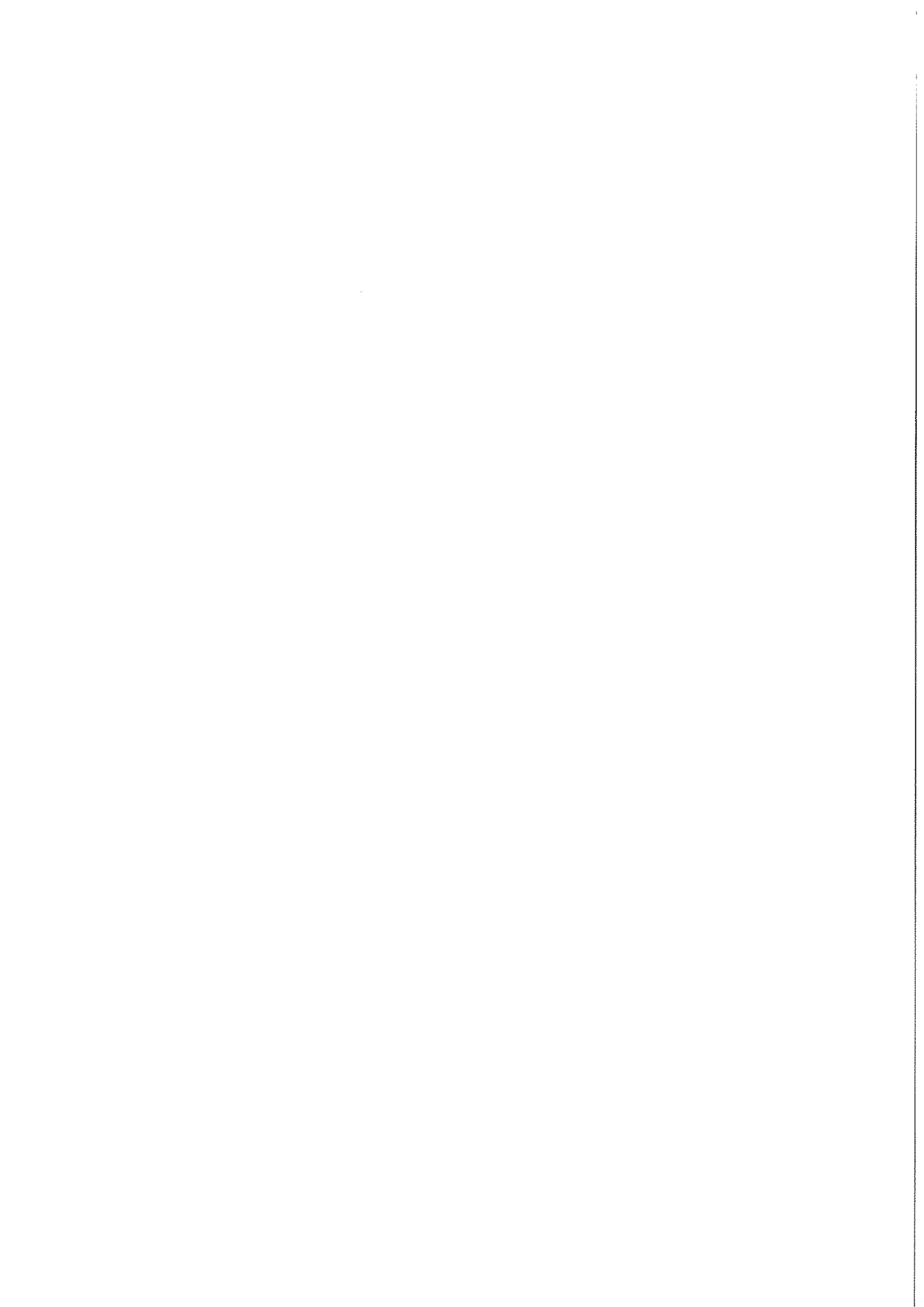
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.

D. Silva
WZ
[assinatura]



Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos colaboradores dos diversos departamentos e serviços o nosso apreço pela colaboração prestada.

Ponta Delgada, 26 de Abril de 2018

O CONSELHO FISCAL



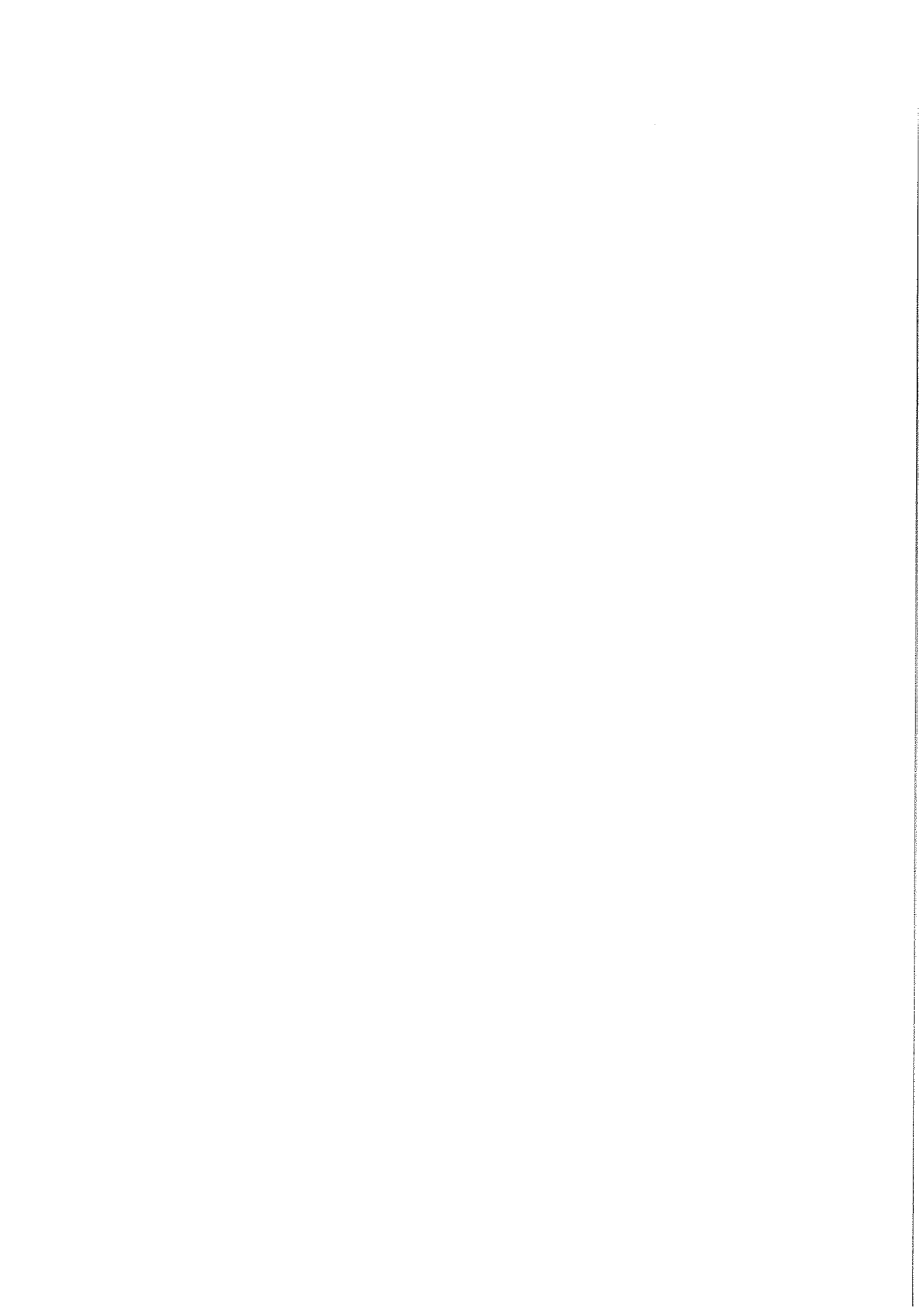
Duarte Félix Tavares Giesta (Dr.) – Presidente



Maria João Cordeiro Rodrigues (Dra.) – Vogal

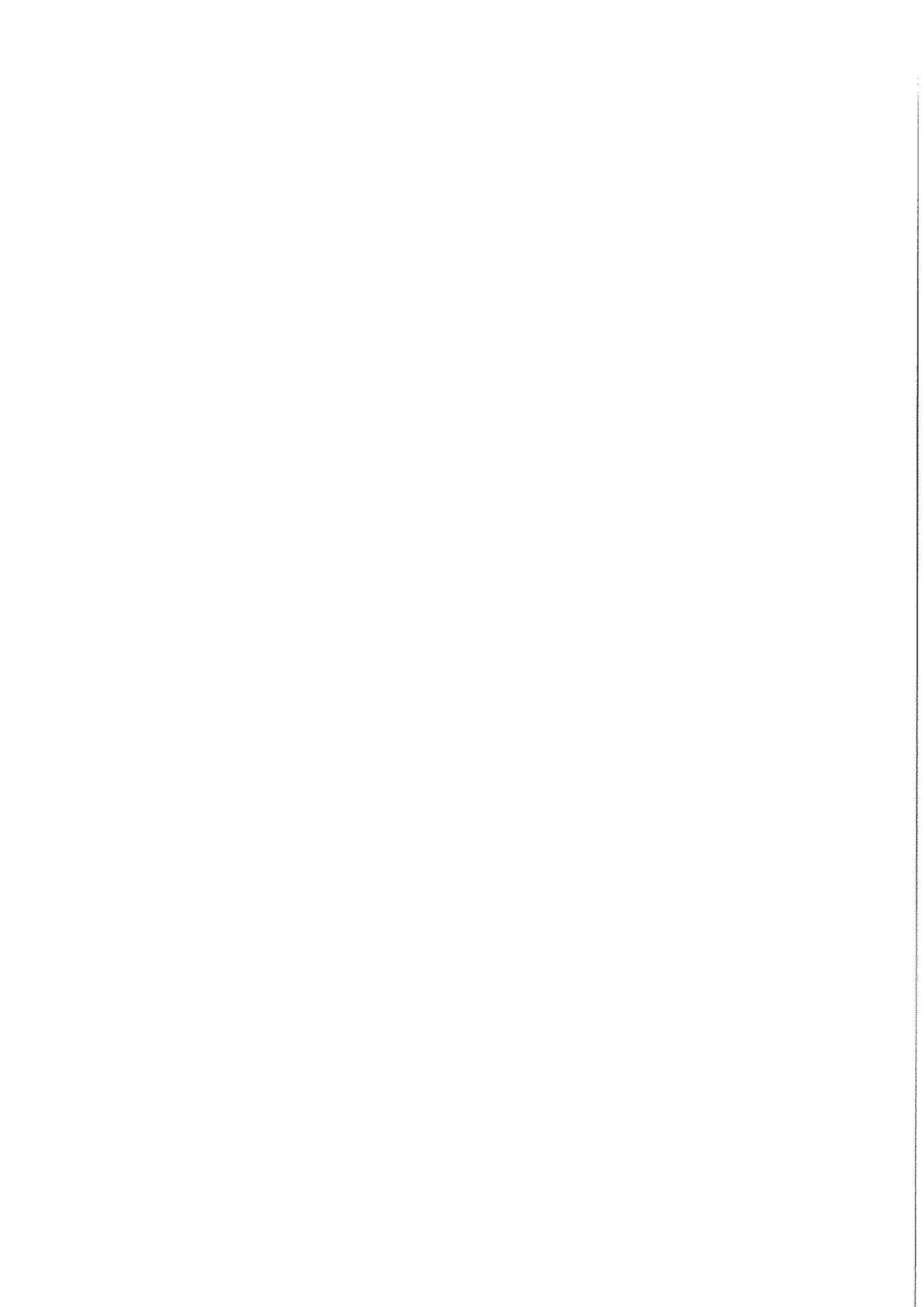


Vera Silva Amaro (Dra.) – Vogal





CAPÍTULO IX – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

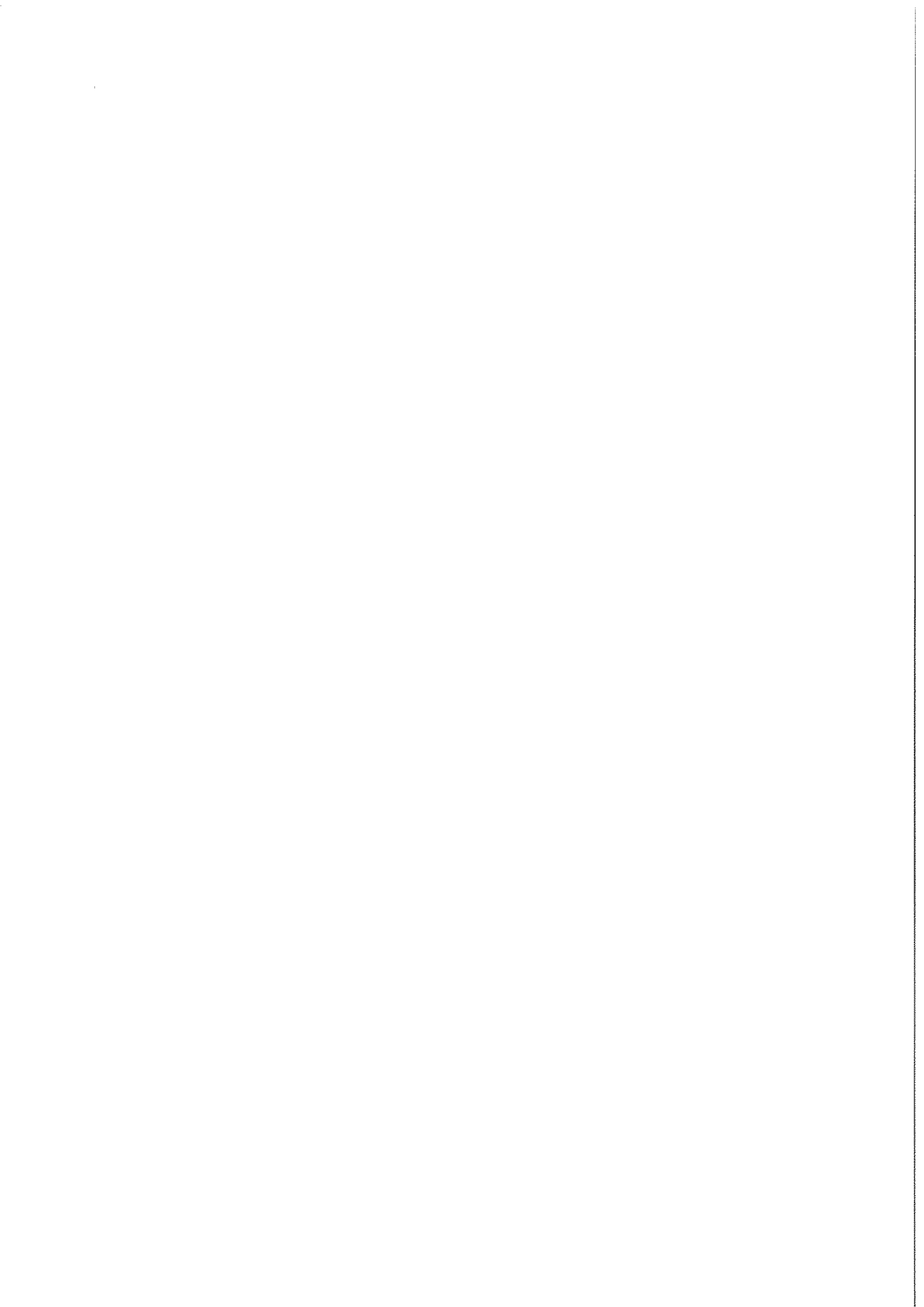
Opinião com reservas

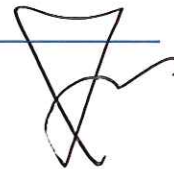
Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 385.069.694 euros e um total de capital próprio de 245.531.875 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos detentores do capital de 7.463.950 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por natureza, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 3 e quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 4 e 5 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas. Como não foi avaliada a eventual existência de indícios que possam originar imparidades nos ativos fixos tangíveis e da sua parcial ou total recuperabilidade, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.
2. Como evidenciado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existem saldos a receber no montante de 428.356 euros devidos pela subsidiária NAVAL CANAL e pela Associação Portas de Mar, associação sem fins lucrativos, cuja alienação, no primeiro caso, e extinção no outro é pretendida pelo Governo Regional dos Açores. Ambas entidades encontram-se incapazes de solver a integralidade das suas responsabilidades e, inclusivamente, poderão assumir outros encargos adicionais relacionados com matérias não totalmente clarificadas ou resolvidas. Atendendo que,





na presente data, não estão definidas as condições em que decorrerão os processos de liquidação e extinção, não nos podemos pronunciar sobre a recuperabilidade desses ativos e/ou de eventuais encargos adicionais a assumir com essas entidades.

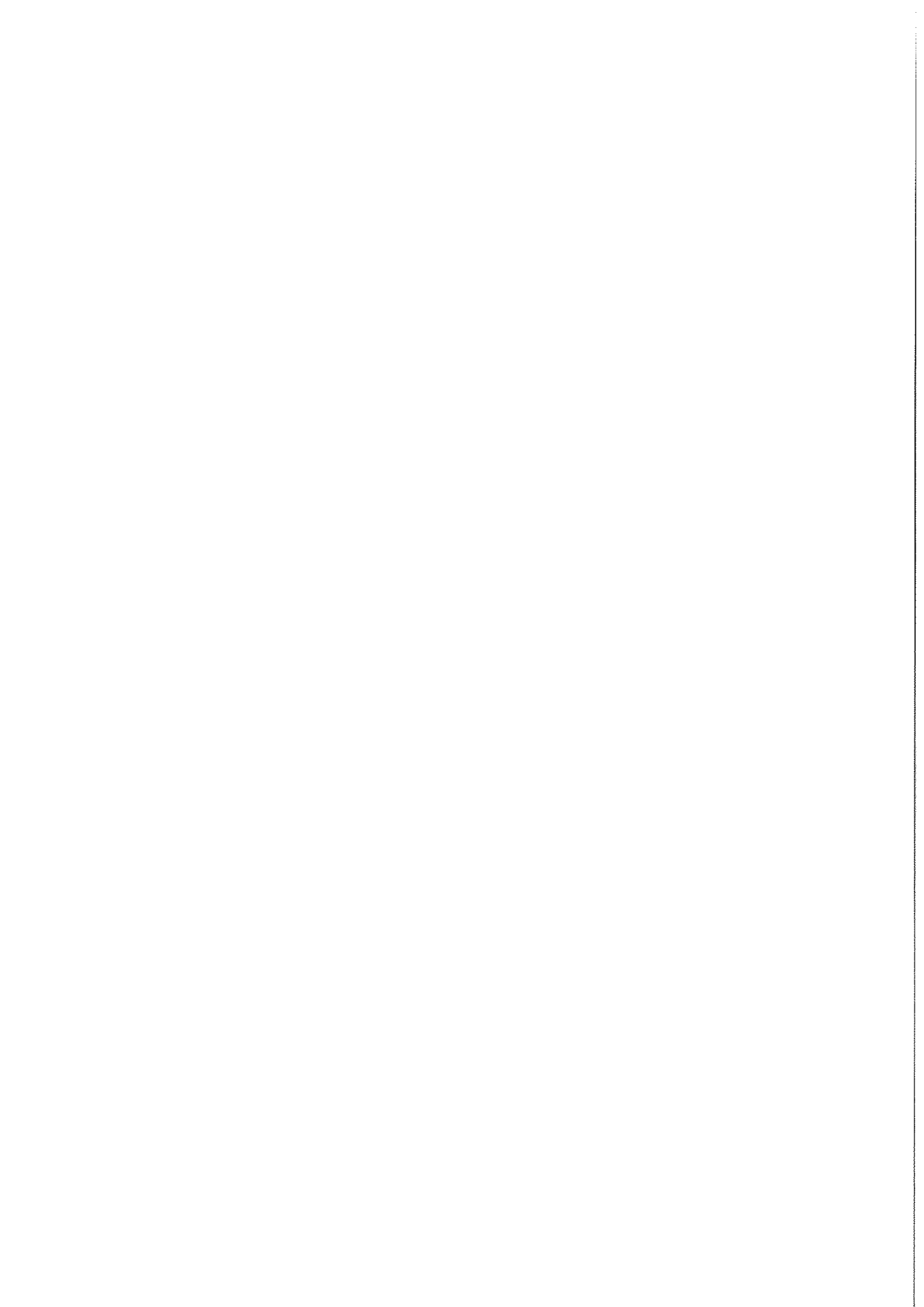
3. Existem saldos devidos pela Região Autónoma dos Açores que perfazem o montante de 7.609.902 euros que transitam de anos anteriores (Nota 6 do Anexo), que foram reclassificados neste período para ativos não correntes. Não nos foi disponibilizada informação que nos permita aferir se os saldos serão integralmente aceites e liquidados e, nestas circunstâncias, não nos podemos pronunciar sobre a sua efetiva realização.
4. Como indicado na nota 13 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 720.176 euros, montante acumulado correspondente ao imposto não reconhecido com gasto do período (87.602 euros) e de períodos anteriores (632.574 euros).
5. As imparidades das contas a receber de 2.256.539 euros em 31 de dezembro de 2017 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 800.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança.

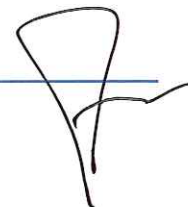
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rendibilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das





atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 14 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.

2. Como evidenciado na nota 33 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica de Ativos fixos tangíveis inclui o navio sinistrado Mestre Simão com o valor líquido contabilístico de 8.049.720 euros em 31 de dezembro de 2017, montante que será desreconhecido no período da ocorrência do sinistro que foi indemnizado pela entidade seguradora em 9.178.921 euros. Nesta data, não são ainda conhecidas as condições que serão definidas para os auxílios de 9.458.288 euros atribuídos na sua aquisição, que estão registados em capitais próprios pelo montante líquido de 7.944.961 euros.

A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras consolidadas não é modificada com respeito a estas matérias.

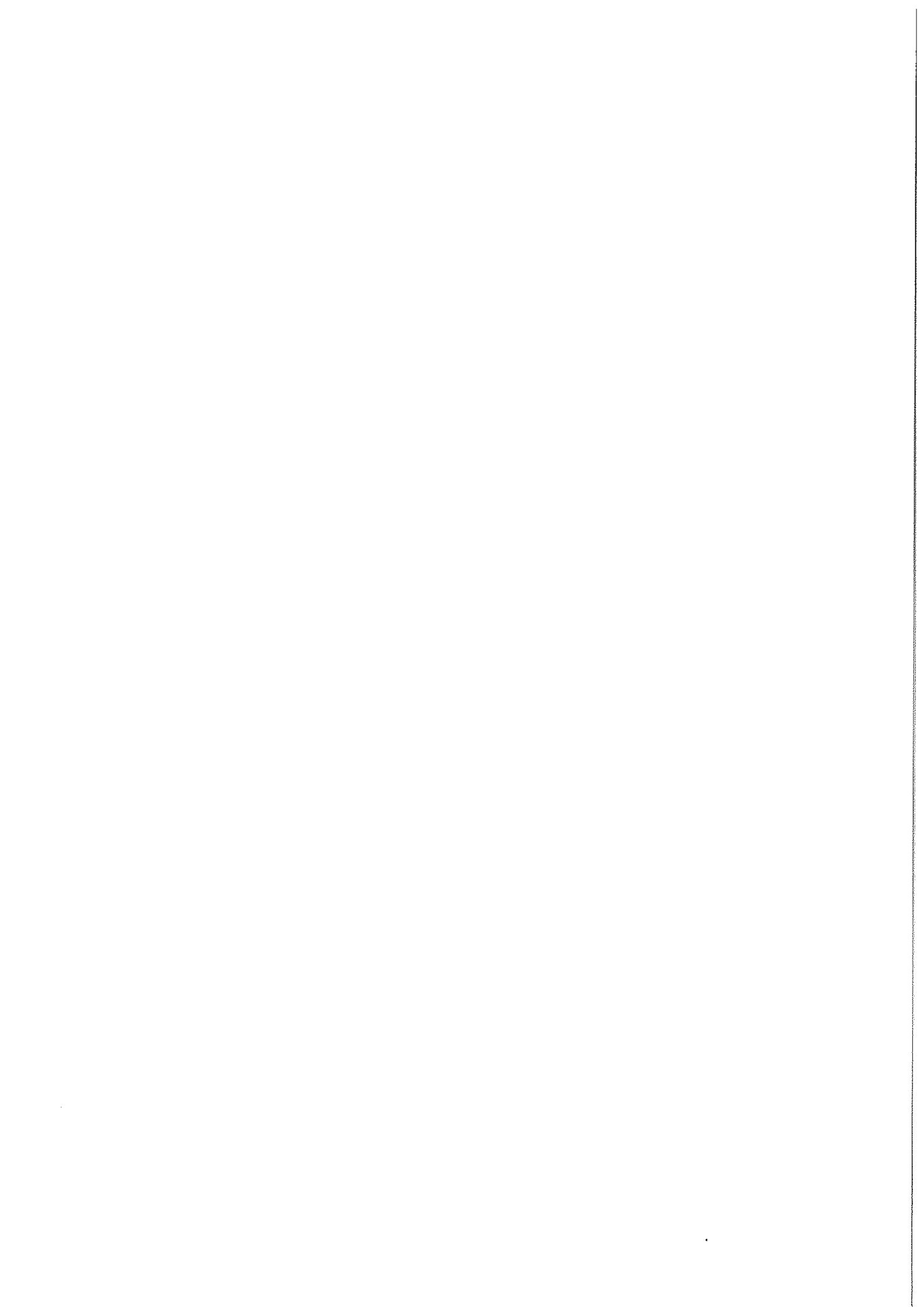
Matérias relevantes de auditoria

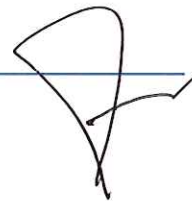
As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias, que, para além das que se encontram descritas na seção “Bases para opinião com reservas”, consideramos que não existem outras matérias relevantes de auditoria neste relatório.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e





- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

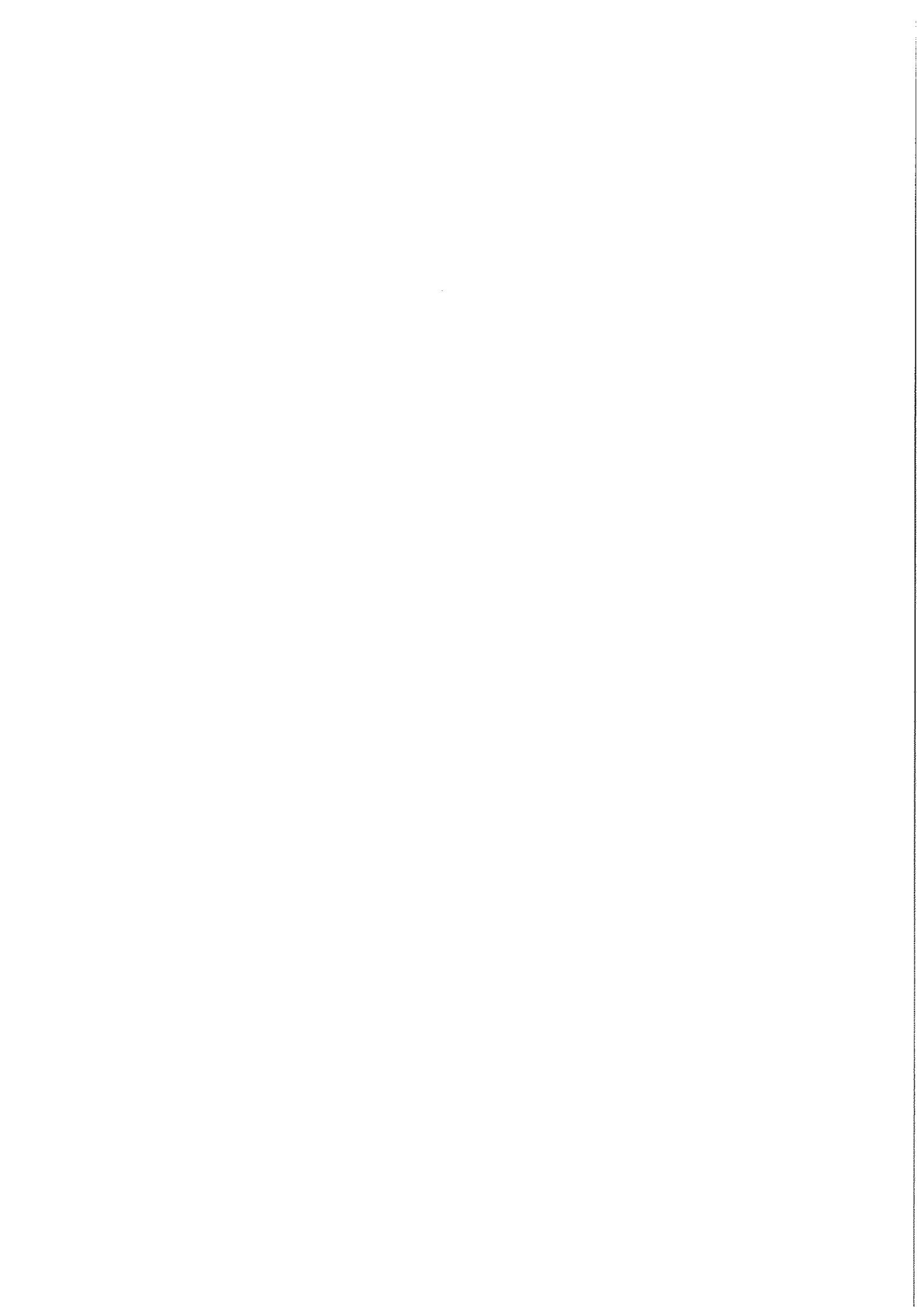
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

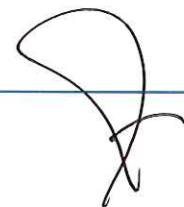
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso





relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

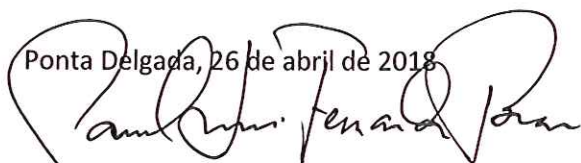
Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para o atual mandato em curso, compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 26 de abril de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 26 de abril de 2018



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

